

Nº 491 Nº 52848

Reg

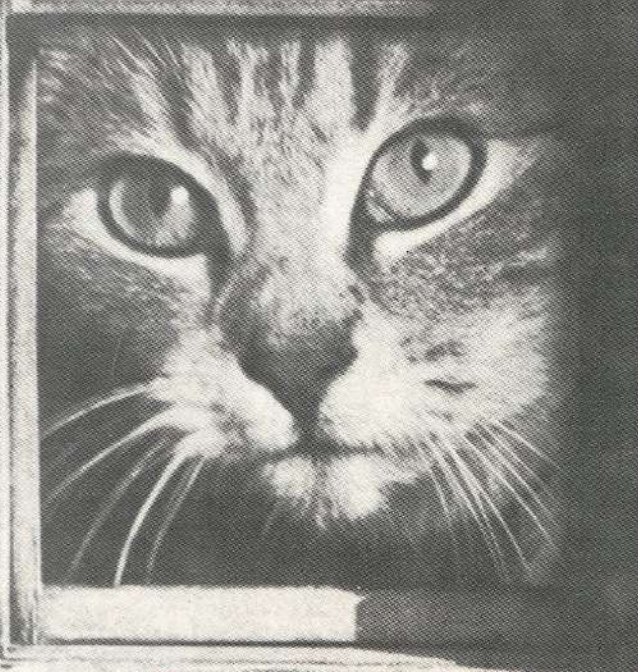
abril

revista de reflexão socialista

2º GOVERNO

gato por lebre

inquérito
à
esquerda



Jean-Pierre
Faye
escreve
sobre
Otelo

convenção da esquerda
socialista e democrática

FEVEREIRO 1978
N.º 1
25500

DIX

estatuto editorial

1. ABRIL pretende ser uma revista de reflexão socialista abrangendo o campo político, o campo cultural, o campo social e o campo económico. Procurará, de modo claro, objectivo, preciso e pedagógico, contribuir para a formulação de uma alternativa socialista que vise uma transformação global da sociedade, tendo em conta as realidades concretas da vida portuguesa e o tempo histórico que vivemos.
2. ABRIL pretende contribuir para a criação de um espaço de diálogo aberto a todas as forças e vozes da Esquerda portuguesa, tentando estimular a prática do debate e do confronto criador, e procurando discutir os problemas fundamentais do projecto socialista considerado na complexidade da sua dimensão mundial e na especificidade da situação portuguesa.
3. ABRIL defenderá nas suas páginas as conquistas fundamentais dos trabalhadores alcançadas no movimento popular instituído pelo 25 de Abril e consagradas na Constituição da República.
4. ABRIL pretende contribuir para a discussão sobre os problemas da transição para o socialismo, tendo em conta as lições da história do movimento operário, a realidade das experiências contemporâneas, a multiplicidade de formas de luta e a pluralidade de vias revolucionárias.
5. ABRIL pretende produzir e divulgar a cultura socialista e uma perspectiva socialista da cultura — entendida esta como alteração global das relações quotidianas entre os homens através do desenvolvimento ilimitado de novas formas de comunicação, sensibilidade e inteligência.
6. ABRIL reger-se-á no âmbito interno por princípios de colegialidade e democraticidade. Para a plena realização deste objectivo possuirá um Conselho Editorial, composto por redactores, colaboradores e pelo director, que presidirá. A este Conselho caberá, entre outras funções, velar pelos cumprimentos dos princípios do Estatuto Editorial.

abril

SUMÁRIO

Editorial (Eduardo Prado Coelho) pág. 2/3

NACIONAL

Actualidade	4/5/6/7/8
O caso Edmundo Pedro (Rui Pereira da Silva)	9/10
Quando chega ao fundo (Vitor Guerra)	11/12/13
Facar: uma desintervenção exemplar	14/15/16
Legislação sobre desintervenções (José Manso)	16/17

INTERNACIONAL

A situação no Médio-Oriente (artigo cedido pelo «Monde Diplomatique»	18/19/20/21
Sará: um Rastilho na África do Norte	22/23
Somália: «mudar de Rumo»?	24/25

CONVENÇÃO DA NACIONAL ESQUERDA SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA
Textos de Lopes Cardoso, Kalidás Barreto e Jacinto Prado Coelho

CULTURA E IDEOLOGIA

O QUE É A ESQUERDA?

Respondem: Fernando Belo/Teresa, Manuela Silva, José Saramago e César Oliveira

Otelo evitou uma guerra civil em Portugal (Jean-Pierre Faye)	38/39/40
Veneza: a Esquerda encontra os Dissidentes de Leste (F. Claudin, M. Antunes)	41/42/43
Informação e Socialismo (Nuno Teixeira Neves)	44/45
A poesia vitaliza a vida (Herberto Helder)	46
«Escrita do Teatro»: faço-me entender? (Maria Teresa Lopes)	47/48

Director — Eduardo Prado Coelho.
Propriedade — Associação de Cultura Fraternidade
Operária.

Sede — Apartado 2860 Lisboa.

Composição e impressão — Ohgnius artes gráficas

Rua St. António dos Capuchos N.º 15 R/C

Distribuição — Dijornal distribuidora de livros
e periódicos, Lda.

Condições de assinatura
anual.

Portugal 300\$00

Estrangeiro 500\$00

Publica-se na primeira
sexta feira
de cada mês

revolução isto é

Desafio, aposta.

Será possível que? Que a Esquerda institua um lugar onde se decida à análise, à desmitificação, ao afrontamento, ao debate, das questões mais profundas que hoje a determinam na sua perplexidade e na sua deriva? Que a Esquerda tenha a coragem de — sem abrandar — na sua firmeza e na sua radicalidade — se encarar mais enquanto problema do que enquanto solução? Que a Esquerda aceite desfibrar os seus dogmas, os seus pontos de fé, as suas mágicas evidências, as suas terras sagradas, e se lance, sem receios nem hesitações, no projecto de uma reflexão sobre si própria, sobre o drama dos seus erros repetidos, sobre a fragilidade ou imprecisão das suas vitórias, sobre a aventura do seu futuro?

A Esquerda toda, se isto faz sentido. Não importa: faz o sentido que faz, e a gente percebe. Há, por um lado, aqueles que estão no campo das coisas que são, e que da mudança apenas aceitam o necessário para que elas continuem a ser. Há, por outro, aqueles que se deixam mover, pior ou melhor, pelo desejo de coisas outras — sejam radicais, reformistas, revolucionários, revisionistas ou libertários. É por aqui que passa a pulsão de Esquerda: nesta negação do que é em nome do que não é — sem que por agora venha muito ao caso saber no concreto o que se nega e o que se afirma. Admitamos que se trata de um critério formal, mas é dumã forma assim que precisamos para nos encontrarmos num espaço de discussão que seja útil e desbloqueante, descongelando os esquemas cristalizados das velhas oposições e alternativas. O socialismo que hoje desejamos — esse projecto sem rosto — atravessa necessariamente o risco de uma reflexão disposta a repensar tudo: os pequenos mitos, as fossilizações psicológicas, as falsas querelas, os cíclicos desentendimentos, os repetidos dramas conjugais, as precárias unidades, os paraísos perdidos, as praias ocultas.

Será assim possível uma revista de Esquerda capaz de ir ao encontro das questões fundamentais sem deixar de as articular com os enredos da actualidade? Será possível uma revista capaz de inserir as peripécias da nossa vida política nos quadros complexos de uma evolução histórica global sem deixar de atender à especificidade da história portuguesa que vivemos? Será possível abordar os problemas sem simplificações brutais, e garantir ao mesmo tempo a possibilidade para o homem comum de entender o que está em causa sob as formulações mais elaboradas e especializadas? Poderemos nós assegurar que sempre que enunciarmos respostas procuraremos antes delimitar o espaço dos problemas a que elas correspondem?

Há, pois, que articular uma preocupação teórica (os grandes problemas muitas vezes escamoteados ou adiados) com uma intuição conjuntural (a desmontagem do curso político

quotidiano) que permita evitar os erros conhecidos: um teorismo desencarnado, um pragmatismo oportunista. Há ainda que procurar não esquecer a complexidade de certas questões, mas sem nunca esquecer o trabalho de formação dos próprios leitores no domínio de esquemas e conceitos progressivamente alicerçados e amadurecidos. Precisamos de encontrar fórmulas intermédias, aptas a deslocarem hábitos resistentes, sem contudo serem fórmulas de compromisso, híbridas e incharacterísticas. Há também que ter em conta a tradição da cultura política portuguesa e tentar intervir nela para a transformar, mas sem acentuar rupturas irreversíveis ou agudizar polémicas insanáveis. Não interessa repetir lugares-comuns de uma Esquerda armada de uma interminável boa-consciência. Mas também não faz sentido traumatizar essa Esquerda à força de proclamações brutais ou de afirmações implacáveis. Trata-se, antes, de alterar progressivamente o tecido cultural da vida política portuguesa, de modo a insinuar dúvidas, produzir inquietações, levantar debates, despertar questões de há muito recalçadas, incentivar a pesquisa de territórios inesperados.

Precaução e frontalidade, clareza e tecnicismo, abertura e rigor, sentido histórico e capacidade de invenção — eis algumas das balizas que nos servem para definir um rumo. Utopia, dirão. E talvez estejam certos os que apontarem alguma insensatez neste projecto de levar a Esquerda a descobrir-se a si mesma afastando dela os mitos que a cobrem sem nesse gesto de algum modo pôr em risco a paixão que a movimenta. Utopia, também, isto de julgarmos que uma intervenção política poderá desenvencilhar-se de apertadas preocupações táticas e asfiantes subtilidades no jogo dos fios do poder. Talvez.

Mas digamos que esta utopia nos é, neste momento em que escrevemos, necessária e urgente. E que, por ingénua e precária que ela seja, julgamos não haver Esquerda digna desse nome que a possa ignorar.

Que nos une neste lugar donde escrevemos? Em primeiro lugar, um feixe de diferenças convergentes. Pensamos que o socialismo — essa palavra por que se designa a imagem dumã terra onde o homem se invente livremente a si mesmo — se deverá definir por uma dupla negativa: nem totalitário ou estalinista, nem oportunista ou social-democrata. Mas supomos que este duplo não, embora traçando um espaço, é sobretudo o limiar de problemas e confrontações de que mal nos apercebemos ainda. Estamos prontos a descobrir e a pensar, sem excluir nesta aventura a contribuição dos que tentam inclinar as sociedades burocráticas e totalitárias no sentido de uma maior humanização e a dos que procuram introduzir nos mecanismos democráticos das sociedades capitalistas uma inflexão que permita dar pleno sentido à vida democrática que dalgum modo tais mecanismos asseguram. Daí que a especificidade do nosso projecto de reflexão socia-

abril

O projecto: uma revista mensal de reflexão socialista; um foco de radiação de princípios democráticos, socialistas, autogestionários; uma prática escrita de liberdade, lucidez, pluralismo progressista; um espaço de reflexão e de autocrítica; uma frente onde, por tudo isto, o perigo da Direita se arruína e a Esquerda se constrói, descobre e inventa.

Os meios: a participação de todos aqueles que estão empenhados num projecto de transformação da sociedade e de emancipação dos trabalhadores; uma vez mais: transformar o mundo, mudar a vida: e para tal: não iludir problemas, não escamotear questões, não venerar mitos, não multiplicar tabus; ousar ver, ousar ler, ousar pensar; incentivar o pensamento da revolução e a revolução do pensamento; destruir monopólios e imperialismo: os do capital, os da acção, os da teoria, os da sensibilidade; fazer da revolução um dever revolucionário.

ABRIL: ainda, e apesar de tudo (e de nós também), um marco, uma referência, uma marca indelével: antes de Abril, depois de Abril. Ficamos sempre depois de Abril porque aí se marcou em nós o percurso difícil de uma liberdade praticada e de uma libertação projectada; mas ficamos sempre antes de todo o Abril que Abril foi. Por isso Abril, apesar do desgaste, resiste e mobiliza. Abril é desejo de Abril. Por outras palavras: mito precário, emblema de luta, testemunho, nó apertado, palavra de senha, lugar de encontro. E assim: encontro de nós com o Abril de ABRIL.

lista se defina mais pelas questões que levanta do que pelas respostas que traz. Avançamos no sentido de uma sociedade que desejáramos produtora de diferenças (garantindo a verdadeira liberdade, e não a uniformização), desburocratizada (quebrando monolitismos estatais e dando lugar à iniciativa social) e autogestionária. Sabemos que existe um pensamento revolucionário que nem sempre passa hoje pela tradição das leituras marxistas mas que não deixa de assumir o essencial dessa tradição. Sabemos que existem versões do marxismo que o esterilizaram, desfiguraram e asfixiaram. Procuramos pensar livremente com os instrumentos — todos — de que dispomos na dimensão teórica e prática do nosso horizonte português. Nisso nos pretendemos encontrar com camadas mais largas de leitores e colaboradores, que em muitos casos não compartilham nem as nossas dúvidas nem as nossas hipóteses de trabalho. Gostaríamos que uma publicação como ABRIL estabelecesse formas múltiplas de diálogo e empenhamento dos seus leitores, transformando-se progressivamente num foco de implantação comunitária e irradiação cultural.

E, a propósito de cultura, será conveniente dizermos que desejáramos levar à prática a ideia de que a teoria ou a criação estética não são revolucionárias na medida em que reflectem realidades revolucionárias, mas são fundamentalmente revolucionárias na medida em que introduzem a própria força da revolução no interior de si mesmas: isto é, a ideia de que a vanguarda política, a vanguarda teórica e a vanguarda estética estabelecem relações de equivalência, que não são de modo algum meras relações de eco, reflexo ou tradução.

Pensamos que é a revolução que está ao serviço da arte, porque é a arte que diz o máximo do nosso desejo de revolução.

Sabemos que este projecto é precário. Precário pelo espaço político em que se desenrola. Precário pelos jogos de mediocridade que o podem ensombrar. Precário ainda pelas próprias condições materiais em que se processa. Precário por tudo.

Desejaríamos apenas que aqueles que sentem a obstinada exigência que nos move fossem capazes de nos trazer a contribuição que lhes solicitamos. Contribuição isto é: apoio, compreensão, colaboração, intervenção, crítica e entusiasmo. Trata-se de articular tudo isto num trabalho de organização, num movimento de esperança, numa sintaxe viva — ou, como diz o poeta, uma "sintaxe que produz / coisas aéreas como o vento e a luz".

Idéias Justas

Luís Cabral em Lisboa

enterrar o passado colonial

A visita que o Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, empreendeu a Portugal no início do corrente mês constitui um acto de real importância para os dois países, não só por ser a primeira visita que um Chefe de Estado da África de expressão portuguesa efectua ao nosso país, como também, e sobretudo, pela forma como decorreu, bem expressa nos resultados obtidos. É de salientar no entanto que à obtenção de tais resultados não é estranho o clima de entendimento e cooperação que tem presidido às relações com a Guiné-Bissau — primeira colónia africana de Portugal a tornar-se independente — entendimento.

dizíamos, mais relacionado com a política externa de vários governos provisórios do que com a do Governo PS, a qual se limitou a manter os pontos de entendimento já abertos, tendo efectuado no entanto um trabalho apreciável na cooperação no domínio das pescas.

Por outro lado, quer o facto de a Guiné-Bissau não ser alvo preferencial dos ataques sistemáticos de certa imprensa portuguesa às ex-colónias, quer uma certa consonância entre a dois países sobre alguns problemas candentes de actividade mundial designadamente a situação na África Austral são outras tantas achegas ao entendimento entre os dois

países. Daí que não espante os bons resultados obtidos no domínio da cooperação aliás salientada por Luís Cabral em termos de "alto apreço". Os resultados desta importante visita saldou-se pois pela assinatura de vários acordos que não deixarão de contribuir para o fortalecimento dos laços de amizade entre os dois povos, numa base de reciprocidade, não-ingerência e respeito mútuo.

A Guiné-Bissau é hoje um país empenhado em todo um processo de transformação social e de desenvolvimento e na consolidação duma independência que custou bem cara ao seu povo.

Na ordem de prioridades fixadas pelo III Congresso do PAIGC encontra-se o desenvolvimento económico do país, a promoção e expansão da agricultura, o lançamento das primeiras bases dum desenvolvimento industrial que responde às necessidades do seu povo. Neste sentido a Guiné-Bissau procura capitais, cooperação externa adequada e favorável à realização dos objectivos expressos.

Portugal e a Guiné-Bissau tem pois um largo campo aberto para o desenvolvimento de relações económicas com vantagens mútuas. Para já foi possível a assinatura de acordos nos âmbitos cultural, de saúde, transportes e particularmente no avanço para a formação duma empresa luso-guineense de pesca. Tudo isso é bom, tudo isso é útil.

Mas acima de tudo o que a visita de Luís Cabral representa é a garantia de que o passado colonial está definitivamente enterrado e com ele totalmente liquidadas as relações de domínio e de exploração. Portugal e Guiné-Bissau são hoje duas nações soberanas e libertadas trilhando cada qual o caminho que o seu povo decidir. Esta é a grande vitória do 25 de Abril e a grande vitória de Amílcar Cabral.



I ACTO

31 de OUTUBRO

O PS e o seu Governo Constitucional reafirmam a disposição de dialogar com todas as forças políticas e sociais de modo a chegar a uma plataforma política, económica e social com todas ou algumas dessas forças. O documento lido por Alfredo Barroso resume a linha de comportamento seguida nas conversações com as forças políticas e sociais a respeito do FMI.

1 de NOVEMBRO

Os "centristas" consideram o documento positivo enquanto os comunistas reservariam a sua atitude. Os sociais-democratas entendem que ele consubstancia a "resposta oficial" do governo ao seu partido, e acentam a sua complexidade.

2 de NOVEMBRO

Jorge Campinos revela que o Governo irá apresentar um texto-base aos partidos até ao fim da semana.

3 de NOVEMBRO

A Comissão Política Nacional do PSD nomeia os elementos para negociarem com o Governo e fixarem a agenda.

7 de NOVEMBRO

Barbosa de Melo em entrevista a um matutino mostra-se favorável a um acordo com o PS, de natureza ampla, extravasando o nível parlamentar.

Sá Carneiro pede a demissão não só da presidência como do próprio partido.

O presidente demissionário é o protagonista da farsa que de uma assentada, põe "offside" a Comissão Política que, de uma votação algo misteriosa, saíra vencedora.

8 de NOVEMBRO

Sá Carneiro retira o pedido de demissão do partido, mas mantém o de presidente.

10 de NOVEMBRO

Data histórica para o PSD. O Conselho Nacional transfere para o dia seguinte as decisões de fundo quanto à resolução da crise partidária.

C. D. S.

de «oposição civilizada» a partido do poder

Quem em 1976 ouviu a declaração de voto de Freitas do Amaral contra a Constituição "marxista", quem no início de 1977 viu o CDS votar contra a lei de delimitação do sector público e privado, por "insuficiente", quem no Verão desse mesmo ano viu os deputados do CDS levantarem-se para estar contra a Lei Barreto pelos mesmos motivos, certamente não vislumbraria o partido de Freitas do Amaral a negociar ministérios dum governo que no fundo irá aplicar essas mesmas leis, irá (?) cumprir essa mesma Constituição que o Presidente da República jurou defender.

Quando se ouve hoje Basílio Horta declarar que "pelo menos até 1980 o debate político se deve centrar nos problemas concretos e não na dialéctica partidária", parece ser óbvio que alguma coisa está a mudar, pelo menos na táctica, do partido de Freitas do Amaral.

Uma questão pertinente e inevitável é a de saber até onde poderá o CDS levar a sua política de alianças, sem graves perdas da sua base social de apoio, que congrega como é sabido o que de mais retrógrado e reaccionário existe ainda na sociedade portuguesa.

É evidente que por muito talentosa que seja a acção política de Freitas do Amaral e de Amaral da Costa, as mexidas na base de apoio do CDS não se farão esperar. E com eles virão necessariamente os reajustamentos na composição das forças de direita, recomposição que terá certamente incidência parlamentar.

Sistematizando, toda a estratégia do CDS em assumir deliberadamente uma feição centrista passou por várias fases: Numa primeira fase que podemos situar até ao Outono de 1977 o CDS nunca engeitando em teoria a sua vocação centrista assumiu sempre na Assembleia as posições do bloco mais conservador e reaccionário da burguesia portuguesa.

A partir de Outubro e paralelamente



à crise do PSD, na qual é cada vez mais evidente a rotação à direita, o CDS usará posições cada vez mais moderadas, em perfeito contraste com os duros ataques de Sá Carneiro ao Governo e ao próprio Presidente da República, que o CDS teve sempre a preocupação de não hostilizar de modo algum. Esta segunda fase do partido de Freitas do Amaral não é ainda de activa colaboração com o PS na procura de soluções, tanto mais que o CDS não votaria a confiança a Mário Soares.

É com a queda do Gabinete Soarista que o CDS se lança deliberadamente no compromisso com o PS, abandonando na prática a Convergência Democrática, vindo mais tarde a rompê-lo formalmente, após denúncia daquele por parte do PSD. Nesta fase, o discurso dos centristas já é totalmente diferente, já é de facto o discurso do poder, bem patente nas palavras de Basílio Horta: "O Governo (refere-se ao II) tem de aparecer como a primeira entidade que tem de dar o exemplo dos tempos atásteros que estamos a viver, que tem de dar o exemplo da capacidade de trabalho, de diálogo das forças produtivas nacionais, e tem de dar por consequência este testemunho de confiança às pessoas". Já não é mais o discurso da oposição, e a doutrina do poder.

Da doutrina do poder, o secretário-geral do CDS passa ao programa do poder. Assim dirá: "Se este Governo não consegue a mobilização social, se este Governo não consegue pôr as pessoas do seu lado (...) pois é evidente que este Governo também falha."

Como conseguirá esse Governo a mobilização social, hostilizando o PCP e os sindicatos é uma questão a saber, que deveria preocupar principalmente Mário Soares.

No fundo ser o CDS ou o PSD o congregador da direita reaccionária, não sendo indiferente, não é mais importante. O que importa efectivamente saber é qual a política, que a concessão duma fatia do poder a um partido de direita, vai originar.

Sá Carneiro não fala. Fugas de informação teriam estado na base da atitude do presidente do partido. Quem possibilitou as fugas — a quem serviam? Baralhando o feitiço, o feiticeiro joga as bases contra alguns “atrevidos não toleráveis”.

11 de NOVEMBRO

É a renúncia de Sá Carneiro à presidência do PSD.

Mário Mesquita no “DN” notava, então, que a doutrina do presidente do 2.º maior partido Português, pretendia isolar o governo, de forma a que este só pudesse subsistir no Parlamento, com o apoio, pelo menos tácito, do PC.

13 de NOVEMBRO

Salgado Zenha em Santarém: “Não alteraremos a actual fórmula governativa, pois não há salvação nacional fora da presente solução política. A entrada para o Governo de qualquer outro partido iria agravar de tal forma os conflitos sociais entre os portugueses que não seria possível a recuperação económica”.

Amara da Costa na Figueira da Foz afirma: “É imperioso substituir urgentemente este governo por outro a formar no prazo máximo de um mês, com base parlamentar e política maioritária.

II ACTO

15 de NOVEMBRO

Soares revela na TV que entregará no dia seguinte “sob reserva”, aos partidos políticos, um documento que constituiria uma proposta de acordo com vista à solução dos problemas político-económicos que Portugal enfrenta.

16 de NOVEMBRO

A Presidência da República divulga um comunicado, a propósito das manifestações convocadas para sexta-feira e sábado, em Lisboa e no Porto. Eanes não só recordou o que dissera quando foi eleito como desmentiu que o Presidente da República alimentasse aliados preferenciais.

17 de NOVEMBRO

Soares apresenta na Assembleia da República a proposta de acordo com os partidos da oposição e os parceiros so-

P. S. D.

a táctica do P. S. no Verão de 75?

Progressivo isolamento no plano internacional e radicalização à direita no plano interno: tais são os resultados visíveis da trajectória do Partido Social Democrata desde o chamado “golpe Sá Carneiro” ocorrido em Novembro último.

da trajectórias política do Partido Social Democrata desde o chamado “golpe Sá Carneiro” ocorrido em Novembro último.

Afastada a viabilidade de uma associação à Internacional Socialista — para o que muito contou a influência, neste domínio, do secretário-geral do P.S. — impossibilitada a adesão à União Europeia das Democracias Cristãs — incompatível com o programa do partido e já “ocupada” pelo C.D.S. — anulados os esforços para a constituição duma Internacional Social-Democrata — na qual colaborariam, entre outros, certos partidos espanhóis e da América Latina — recusada a participação numa Internacional Liberal — que, na prática, não existe — só restaria ao P.S.D., no quadro das relações internacionais, o aprofundamento dos contactos bilaterais com países como os Estados Unidos e a República Federal Alemã.

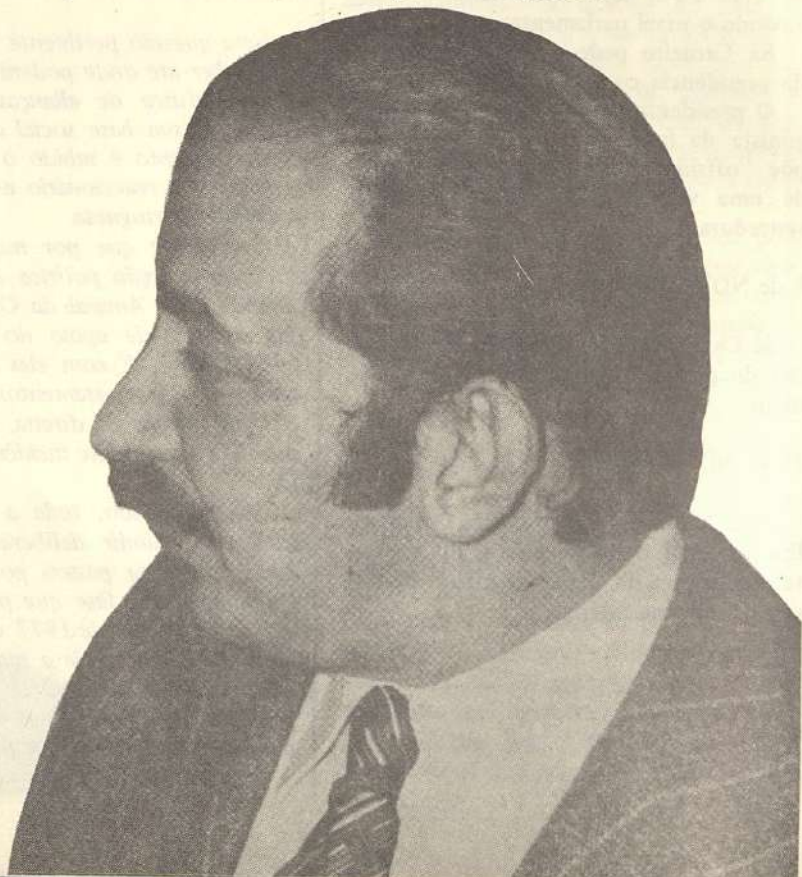
Mesmo isto falhou. Americanos e Alemães decidiram apostar no P.S.: que

mostrou ser o “campeão” na defesa das “liberdades democráticas”; que logrou apoios na classe operária; que praticou, no poder, uma política adequada aos interesses capitalistas na Europa.

O P.S. preencheu o espaço que parecia reservado ao P.S.D. E o P.S.D. cansou-se de correr atrás duma quimera. Procurou novos horizontes. À direita.

Condenou a Constituição (que tinha votado), atacou o Presidente da República (que ajudara a eleger), alheou-se da “maioria democrática” (que procurara suscitar). E aí está ele. “Orgulhosamente só.” A denunciar os “erros do regime”. A tentar polarizar todos os descontentamentos, normais num país em crise. A tentar reeditar, embora num contexto diferente, a táctica do P.S. no Verão de 1975?

A evolução política do País determinará, seguramente, o futuro do P.S.D.: ou se dilui ou se reforça. No caso de se confirmar a segunda hipótese, as contradições existentes entre a “tendência urbana” e a “tendência rural”, entre o “grupo de Lisboa” e o “grupo do Porto”, tornar-se-ão simples acidentes de percurso inerentes à fase de reconstrução do aparelho do partido.



caso da confiança ser recusada, a imediata demissão do Governo.

Sousa Franco (PSD): "Se se entender que esta proposta é uma imposição... então, da nossa parte, vejo que as probabilidades de acordo sejam muito reduzidas".

F. do Amaral (CDS): "O que é o mais importante é o facto de o Governo e o PS terem decidido aceitar a ideia da necessidade de uma plataforma.

C. Brito (PC): "É inaceitável todo o capítulo sobre a estratégia económica constante do memorando entregue aos partidos, e para a qual temos uma concepção oposta".

18 de NOVEMBRO

O PSD divulga a sua proposta de agenda. Os restantes partidos preparam respostas escritas ao memorando de Soares.

23 de NOVEMBRO

Resposta oficial do CDS: Democratas-cristãos não assinarão qualquer plataforma de que faça parte o PCP, ou que este partido se disponha a assinar. Menos exigentes que o PSD, em relação aos comunistas.

25 de NOVEMBRO

Os sociais-democratas consideram inaceitável um Governo extrapartidário, entendendo como tal o que fosse constituído à margem dos partidos e sem o seu consentimento ou interferência nas respectivas estruturas e composição. Na intransigência e na firmeza com que os documentos surgem redigidos fica bem expresso a personalidade política de Sá Carneiro. Tese defendida: coligação a três e a rejeição de todo e qualquer acordo com a participação do PCP.

No aniversário do 25 de Novembro, Eanes reafirma os ideais do 25 de Abril resgatados, há dois anos no 25 de Novembro, ao renovar a firma oposição, das FA's, aos "mercadores da incerteza, aos pregoeiros da desgraça, aos totalitaristas camuflados".

29 de NOVEMBRO

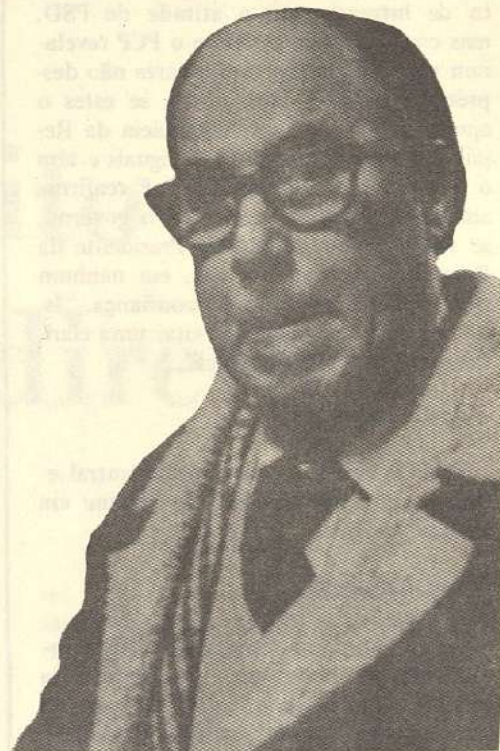
A Comissão Nacional do PS dá luz verde a Soares. A opção estava tomada. O conteúdo não é revelado.

30 de NOVEMBRO

Os partidos não chegaram a acordo. Soares afirma à imprensa que as negociações fracassaram e que o consenso não se

caso edmundo pedro

também o PS teve o seu «capitão Fernandes»



A guarda Fiscal monta uma operação, diz-se que de âmbito nacional, com o objectivo declarado de desmontar uma rede de contrabandistas especializados na importação de artigos electrodomésticos. Edmundo Pedro, proprietário duma empresa de importação e venda desses produtos mas, também, deputado e secretário nacional do PS, presidente da Comissão Administrativa da televisão portuguesa é posto ao corrente. Sobressalta-se. Desloca-se a Almada para retirar de um dos seus armazéns alguns caixotes comprometedores. É apanhado por uma brigada que o esperava no local. Dentro dos tais caixotes não há rádios nem televisões. Mas 35 G-3 e 6 pistolas FN.

Tudo isto se passa na quarta-feira dia 11 de Janeiro.

Visivelmente embaraçado o PS convoca uma reunião do secretariado para preparar um comunicado sobre o assunto. Fica-se a saber, pela leitura deste documento, que Edmundo Pedro foi militante anti-fascista. Que várias vezes esteve preso. Que passou dez anos no Tarrafal. Que foi dos socialistas mais activos durante o "Verão quente" de 1975. Nada se diz, no entanto, sobre as suas actividades profissionais... Quanto ao caso das armas: o PS compreende mas reprova: "Não tinha conhecimento" acrescenta o mesmo comunicado.

Edmundo Pedro estava ou não na posse de contrabando. E as armas? Foram-lhe todas entregues, pelos militares como ele e o próprio Estado-Maior o declararam? Quais os reais objectivos da

1.º A corrupção que se instalou no aparelho do Estado manifestada, já, pela prisão de Lopes da Neta, chefe de gabinete do antigo secretário de Estado da Comunicação Social, acusado de impressão de marcos, de importação ilegal de automóveis, etc.

2.º O oportunismo que presidiu à escolha de elementos do PS chamados a ocupar postos importantes da administração pública. Que competência tinha Edmundo Pedro para dirigir uma estrutura tão complicada como é a da televisão? A não ser que se tenham tido em conta, para o desempenho dessa função, os conhecimentos por ele adquiridos na qualidade de comerciante.

3.º A falta de esclarecimentos sobre o que de facto se passou em 25 de Novembro de 1975. A versão oficial que opunha os comunistas e esquerdistas civis e militares - todos "putchistas" - a "cidadãos conscientes" aliados a forças armadas respeitadoras da disciplina e da hierarquia, já não serve. Dois anos depois é o próprio jornal "A Luta" a declarar que "todos os partidos estavam armados". Também o PS teve o seu "capitão Fernandes". Por enquanto incógnito. E o seu "Otelo"?

Guarda Fiscal?

A estas perguntas a imprensa procura dar resposta, directa ou indirectamente. Jornais há que minimizam o acontecimento. Outros especulam sobre ele.

Para lá de todas as conjecturas, o caso Edmundo Pedro levanta, porém, algumas questões que importa destacar:

filme da crise

conseguiu. Logo, é a moção de confiança a debater em dois dias — quase ininterruptamente. O Primeiro-Ministro classifica de intransigente, a atitude do PSD, mas considera que o CDS e o PCP revelaram uma maior abertura. Soares não desprezará os votos comunistas, se estes o ajudarem a passar na Assembleia da República. “Os votos são todos iguais e têm o mesmo valor democrático”. E reafirma ainda que aceitará formar novo governo, se for o entendimento do Presidente da República, garantindo que, em nenhum caso, retirará a moção de confiança. “Isso seria uma maneira de evitar uma clarificação que é indispensável”.

4 de DEZEMBRO

O PCP reúne o seu Comité Central e divulga que não passará um cheque em branco ao PS.

8 de DEZEMBRO

Cai o primeiro Governo Constitucional. Numa sessão que se arrasta pela madrugada, às 5 e 45 o PS só contaria com os votos do seu partido. “Cozidinho de facadas Soares é a partir de então o Primeiro-Ministro demissionário.

12 de DEZEMBRO

Apesar da crise política Eanes segue para a RFA, e só designaria Primeiro-Ministro depois do seu regresso.

15 de DEZEMBRO

Começam as negociações para a formação do segundo Governo. Nesta fase o PS ainda defende a forma de Governo PS mais independentes.

III ACTO

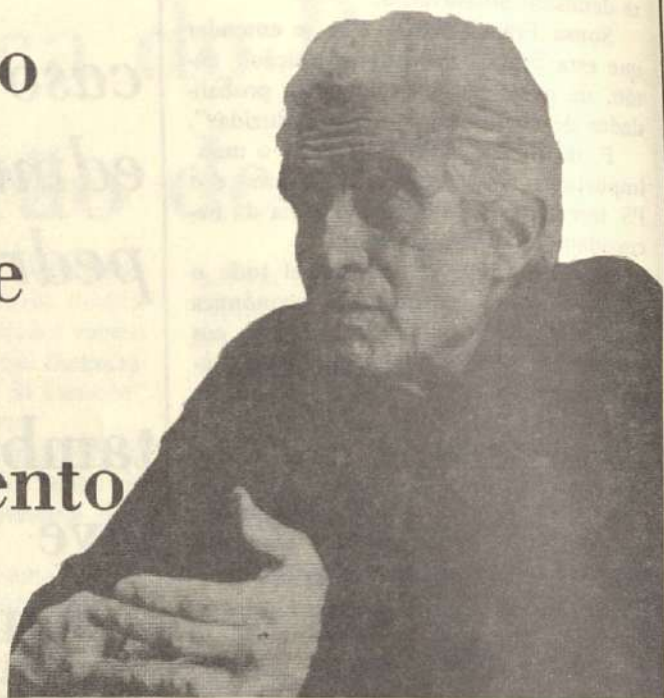
23 de DEZEMBRO

O Partido Socialista considera completamente esgotada a forma em que assentou o primeiro Governo Constitucional. A nova forma agora designa-se Governo de base PS com personalidades.

JANEIRO DE 78

As conversações arrastam-se com sucessivos recuos e avanços. A fórmula de Governo PS mais personalidades indicada pelo CDS ganha forma. O PSD mantém-se intransigente e as conversações PS/PCP não conduzem a um acordo. As negociações são agora um caminhar sucessivo de cedências à direita.

PCP a solução táctica em fase de crescimento



Opositor cerrado durante 16 meses a prática política do Governo PS, o PCP hesita longamente até se decidir a depô-lo. Derubado o executivo, mostra-se aberto a negociações para uma plataforma de Governo, as quais se vêm a gorar em parte devido ao endurecimento das suas posições. Assim surge, aos olhos da opinião pública, a actuação do Partido Comunista na cena política portuguesa nos últimos meses.

Mas o que foi, e o que é realmente, a estratégia do PCP? Invariavelmente, são vagas as respostas a questões como esta que envolvem os factores determinantes da política de um partido “fechado” do qual transparece pouco mais que afirmações dos seus dirigentes e resoluções do Comité Central.

No entanto, deve dizer-se, também o PCP tem uma “pulsção interna”. O que pensam e sentem as bases reflecte-se marcadamente nas opções da sua cúpula. É assim que se compreende as correcções de percurso que a sua direcção política é obrigada a fazer. Lembremos, por exemplo, a votação da moção de confiança e o contraste entre a abertura das declarações políticas no início das negociações para a formação do II Governo e a rejeição posterior da fórmula PS+personalidades do CDS, que conduziu à ruptura das negociações.

Difícil seria, com efeito, para os dirigentes do partido liderado por Álvaro Cunhal, convencer as suas bases de que um Governo integrando figuras gradas do CDS poderia praticar uma política substancialmente diferente daquela que levou à queda do gabinete anterior. Neste ponto se centra o “dilema” dos responsáveis do Partido Comunista: como ser coerente com a oposição a uma política de “recuperação capitalista, latifundiária e

imperialista” e pretender colaborar num Governo com o PS, sem o qual, Cunhal o disse, “não há uma alternativa para a política anterior nem para o Governo anterior”.

Levar o PS a concessões importantes nos campos da Reforma Agrária e da política laboral seria o mínimo que os dirigentes do PCP pretendiam para, em troca, assegurarem a não deflagração de sérias tensões sociais e a aceitação por largas massas trabalhadoras e pelo movimento sindical da política de austeridade que se avizinha. Esta seria a solução “menos má”, a solução táctica que aguardaria uma recomposição das forças de esquerda e os resultados, que o PC antevê favoráveis, de próximas eleições.

Nesta perspectiva se situam também os princípios que o PCP entende devem constar de uma plataforma programática que tenha o seu apoio: o respeito pela Constituição é pelos órgãos de soberania, designadamente o Presidente da República, e a manutenção das actuais formações económicas.

Refeito dos abalos sofridos com o 25 de Novembro, reforçado com os dividendos colhidos por uma oposição tenaz a uma política anti-popular, o Partido Comunista Português está consciente dos seus triunfos e aposta nesta sua “base de crescimento”, numa solução transitória que equilibre as pressões para a esquerda da sua base e os necessários compromissos com as outras componentes políticas, sejam os partidos ou a Presidência da República. No fundo, o PCP debate-se com as contradições de quem tem de se enquadrar nas normas da democracia burguesa prosseguindo um projecto político que radica na sua total rejeição.

tráfico de armas

o que é feito

do «estado de direito»

Nos difíceis dias que a democracia portuguesa vai atravessando, marcados por uma crise governamental já demasiado longa para o país que somos, e em que aqueles, para quem a democracia é um bem inestimável, se começam a preocupar com a demora angustiante no encontro de uma solução capaz para a mesma, que demonstre a viabilidade do processo democrático e constitucional em Portugal, rebenta bombasticamente e em circunstâncias ainda muito obscuras o escândalo da prisão de Edmundo Pedro.

Edmundo Pedro, destacado dirigente de um partido democrático e com elevadas e determinantes responsabilidades na consecussão de um projecto democrático para o nosso país, é detido pela Guarda Fiscal por alegado contrabando de electrodomésticos e por posse ilícita de armas e munições de guerra.

Daquela operação de controlo de contrabando que, no dizer da Guarda Fiscal, foi a nível nacional e a mais bem sucedida de todas, não se conhecem quaisquer outros resultados que não tenha sido a apreensão das armas em causa, já que, tanto quanto foi tornado público, não impende contra Edmundo Pedro qualquer acusação relativa a contrabando de artigos electrodomésticos.

Bom. O que importa desde já reter é que a prisão de Edmundo Pedro aconteceu num "momento quente" da vida política portuguesa e que as circunstâncias em que a mesma ocorreu têm algo de estranho e estão longe de estarem esclarecidas.

Ora, numa altura em que organizações de índole claramente fascista, explorando a demasiada tolerância e desatenção de algumas forças progressistas, atentam, despudorada e impunemente, com um discurso provocatório ou à bomba contra as liberdades democráticas do Povo Português, defendendo, sem pejo algum, o

regresso a um passado de vergonha, de indigência total e morte, tentam alguns, a partir deste caso estranho, lançar insidiosamente uma suspeição sobre a vontade e capacidade das instituições democráticas para, de uma forma clara e desassombrada deslindarem a trama do escândalo, e afirmarem uma vez mais que numa sociedade democrática a lei é igual para todos.

Numa conjuntura em que os extractos mais conservadores da nossa sociedade, que de alguma forma souberam e puderam "viver em paz" com Salazar e Caeta-

no, alheios ao sofrimento de um Povo, farisaicamente se reclamam de defensores do "Estado de Direito" e, a cada precalço do processo democrático, põem "civilizadamente" a questão de um regresso ao 24 de Abril", importa que sem tibiezas se apurem responsabilidades, se cumpra a lei e se defenda a Constituição, e que as forças democráticas se não deixem substituir nesse papel, que é o seu.

O "caso Edmundo Pedro", disse-se, está longe de estar esclarecido. Caberá aos Tribunais, órgãos de soberania aquem a Constituição confere a competência pa-



ra administrar a Justiça em nome do Povo, reprimindo a violação da legalidade democrática, apurar e julgar as responsabilidades de natureza criminal de quem quer que esteja implicado na posse ilegítima das trinta e três G-3 e munições de guerra.

Que os Tribunais respeitem o compromisso constitucional a que estão vinculados, ou seja, o de que, com a maior independência possível, e sujeitos aos limites estritos da legalidade democrática apurem as responsabilidades e as julguem para consolidação e defesa da democracia.

Dissemos atrás que o "caso Edmundo Pedro" está longe de estar esclarecido e que não será legítimo tirarmos conclusões antes da entidade competente o fazer.

Estranhamente, porém, alguns órgãos de informação que nos habituaram pelo seu discurso a identificá-los com os sectores mais reaccionários ou, simplesmente conservadores, da nossa sociedade, logo poucas horas volvidas sobre a detenção desse dirigente socialista, começaram, mais ou menos veladamente, a pôr em causa não só a pessoa do detido, mas também o Partido a cujos quadros dirigentes pertence e personalidades de esquerda, pertencentes à ribalta política. As insinuações e as críticas, então feitas não vale a pena repeti-las ou comentá-las.

Nós diremos unicamente que o problema é desse Partido. O PS é que deverá apreciar quem pode ou não ser seu militante e se um indivíduo acusado de praticar este ou aquele crime deve ou não ser imediatamente suspenso do Partido.

A imagem do PS, decerto que se sentirá em virtude dos mais recentes escândalos verificados com destacados militantes seus. Mas isso é com o PS, embora seja preocupante para quem nele vê um Partido democrático que deveria preservar uma certa imagem e uma autoridade moral que não se compadece com "casos" destes.

Mas, o que mais se estranha na linguagem acre e insidiosa desses órgãos de informação, é o esquecerem-se dos limites que o "Estado de Direito", que tanto têm defendido, impõe, não permitindo tirar ilações rápidas e antecipadas que só ao Tribunal compete, para já. Então o "Estado de Direito", que implica uma certa contenção na linguagem é só para alguns e nalguns casos?

O propósito era evidente, a nosso ver: inviabilizar o processo de negociações tendente a encontrar uma solução para a crise governamental, cujo termo se começava então a vislumbrar. Quem teria interesse nisso?

Do pedido de manutenção da prisão de Edmundo Pedro à sugestão, embora velada do Dr. Mário Soares renunciar ao

encargo de formar Governo, em virtude do escândalo, foi um pulo.

Cedo é, porém, para ver quem é que escorregou.

Na altura em que escrevemos, estamos em crer, porém, que a "grande escorregadela", passe a expressão, foi do Estado-Maior do Exército ao emitir um comunicado que, nos pareceu altamente precipitado, preocupante e que poderia sugerir uma tentativa de intromissão na esfera de competência do poder judicial.

Na verdade, a partir do comunicado emitido em 13 de Janeiro por essa estrutura militar, o caso em questão deixou de ser unicamente de Edmundo Pedro e passou a ser de todos nós. De todos os Portugueses que, por serem democratas, querem preservar a democracia e um respeito absoluto pela Constituição e pela legalidade democrática. Um caso grave para Edmundo Pedro, passou, a partir desse comunicado, a ser um caso grave para a democracia portuguesa.

Na verdade, aceitar a legitimidade de uma entrega de armas a civis na madrugada de 26 de Novembro de 1975, entrega essa, a que o Estado-Maior do Exército "considerou necessário proceder a elementos democráticos tendo por objectivo específico e eventual o reforço das forças militares", "quando a liberdade do povo português foi seriamente ameaçada", isto, no entender do Estado-Maior do Exército, é aceitar que os conflitos e as tensões de natureza política e social são resolvidos "a tiro", esquecendo que as soluções devem ser encontradas no âmbito do funcionamento das instituições democráticas e constitucionais.

O comunicado em causa, veio pôr em questão a sinceridade e a honestidade do discurso político das cúpulas militares a partir do 25 de Novembro.

Não raras vezes, bem pelo contrário, os militares se expressaram no sentido de que só as Forças Armadas competiria defender pelas armas, se necessário, a vontade do Povo expressa livremente. Não poucas vezes, condenaram com uma violência extrema posições de camaradas seus, não propriamente condizentes com tal asserção.

O Serviço de Polícia Judiciária Militar prendeu e manteve incomunicáveis, para além de todos os prazos legais alguns militares e oficiais superiores, por alegada, mas ainda não provada prática, do crime de cedência de armas a civis na altura do 25 de Novembro; tais prisões foram efectuadas, se não à ordem, pelo menos à responsabilidade e com a cobertura do Estado-Maior do Exército; o julgamento de alguns desses oficiais esteve já marcado para meados de Dezembro passado; um cidadão, não militar, conheceu a prisão por muito tempo e vai ser julgado por alegada posse de armas de

guerra, que lhe teriam sido entregues por esses oficiais; a Justiça militar tem sido severíssima a julgar comportamentos que integram a prática deste ilícito.

Não discutimos a justeza de tais afirmações nem criticamos a severidade das penas aplicadas.

O que discutimos e como cidadão reclamamos, é que se averigue de imediato, e em termos absolutamente límpidos, a quem é que se deve imputar a responsabilidade criminal da entrega de armas que o Estado-Maior do Exército, de motu proprio, e surpreendentemente, diz ter feito ao senhor Edmundo Pedro.

Pouco importa discutir se as armas apreendidas são ou não de contrabando; se Edmundo Pedro as recebeu ou não de oficiais das Forças Armadas "para defender a democracia". O que importa concluir, é que o Estado-Maior do Exército claramente afirma no seu comunicado que foram distribuídas 150 G-3 a Edmundo Pedro.

Se o senhor Edmundo Pedro é um "democrata"; se a democracia, então, estava em perigo; se as armas eram para defender a democracia; se as armas apreendidas foram ou não as distribuídas pelo Estado-Maior a Edmundo Pedro, que os juízos fiquem com quem os profere. O que é certo é que não é o Estado-Maior do Exército que cabe, pelo menos de uma forma vinculativa e autêntica, qualificar alguém como "democrata" e dizer quando é que a liberdade do povo português periga.

As Forças Armadas cabe unicamente cumprir e fazer cumprir a Constituição, dentro, é óbvio, dos limites da legalidade democrática dela imanente, e com total respeito pelas liberdades e garantias individuais do cidadão. As Forças Armadas não têm direito num Estado democrático a um estatuto excepcional, nem os seus elementos, porque militares, poderão ficar a coberto da aplicação da lei.

"Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei" — artigo 13 da Constituição.

Por isso, e porque num Estado de Direito e Democrático, as armas só estão em boas mãos quando na posse das Forças Armadas, é um imperativo decorrente da Constituição, apurar, não administrativamente, mediante inquéritos, mas judicialmente e pelo meio adequado — o processo penal — quem foram os militares do 25 de Novembro e quais os "democratas civis" que distribuíram e receberam as armas "para defender a democracia".

A democracia precisa de o saber para se defender deles, responsabilizando-os e julgando-os criminalmente.

António Pereira da Silva

quando chega ao fundo...

Victor Guerra

A consideração do modo de desenvolvimento do sistema capitalista, no período do pós-guerra, ajudar-nos-á a melhor compreender a função que o Fundo Monetário Internacional desempenha, desde o início da década de sessenta, na definição das políticas financeiras dos países que a ele recorrem.

Os E.U.A. assumiam então, devido à sua situação privilegiada, o papel de principal financiador e fornecedor de produtos, quer às economias europeias em reconstrução, quer aos países asiáticos e sul-americanos, cujas fontes de abastecimento de produtos transformados tinham sido afectadas. A recuperação das economias da Europa e do Japão e da sua capacidade para reconquistar os mercados tradicionais, em simultâneo com a criação de excedentes de capital à disposição dos centros internacionais de decisão (que posteriormente permitiram o crescimento do mercado dos euro-dólares) e o reordenamento de uma nova divisão internacional do trabalho, tornavam necessário mudar a filosofia da política financeira internacional dos E.U.A. As "ajudas para projectos" que implicavam, no início, a obrigatoriedade de aquisição de bens americanos, já consentiam, nesta fase, que uma fracção dos empréstimos fosse utilizada na aquisição de produtos dos fornecedores europeus e japoneses, os quais, no entanto, não suportavam o "fardo" financeiro. Foi Douglas Dillon, o secretário de Estado para os Assuntos Económicos do Presidente Eisenhower quem, em 1958, consolidou uma nova política. Os meios à disposição do FMI foram então bastante aumentados. Em nome de um consórcio, dominado pelos países mais ricos, passou a actuar de acordo com uma política que satisfaz igualmente os objectivos dos E.U.A., mas agora com a atenuante de se tratar de uma organização internacional que pode aconselhar os governos "soberanos" sobre a sua política financeira. Tem ainda para esta potência económica

o aliciente de quase todo o sistema se apoiar na sua moeda, a qual, como se sabe, não tem contrapartida real na riqueza americana ou mesmo qualquer garantia de cobertura por ouro (que diriam os profetas bíblicos, críticos da apetência do "bezerro de ouro", desta loucura do homem de hoje pelos papelinhos com a cara de George Washington).

O crescente controle do comércio internacional pelas empresas multinacionais — a maioria delas de origem americana — encontrou nos programas de "ajuda" do Fundo um meio de coitunar o escoamento dos seus produtos, mesmo nas situações de dificuldade para as economias devedoras. É, contudo, de admitir que os criadores deste processo não esperassem, então, que ele acabaria por vir a dar tanto que falar, quando passou a ser considerado uma espécie de "papão" dos governos que se mostram incapazes de equilibrar os seus pagamentos externos ou o seu orçamento, com o nível de impostos que colectam. Desde as inscrições acusatórias nas paredes de algumas cidades sul-americanas, à queda de governos, por vezes pela mão dos militares, várias são as vicissitudes que tem provocado a intervenção dos "polícias da finança" ou "homens sem face", como já foram chamados. Esta organização tem ao seu serviço tecnocratas formados nas melhores universidades americanas e inglesas que constituem um corpo homogéneo no espírito e na filosofia. "A única organização do mundo que tem poder verdadeiramente supra-nacional" dizia dela um seu antigo director. "A nossa intervenção não é política e se há violação ela é consentida pelos governos que podem justificar a sua actuação perante a opinião pública, com base nas nossas recomendações. Não há 36 maneiras de equilibrar uma balança de pagamentos e daí o nosso incitamento ao rigor" explicam funcionários superiores.

Porém, ao contrário, as receitas do Fundo não têm conduzido à resolução

dos problemas dos países onde intervém, por razões que se tornam evidentes a partir das distorcidas estruturas económicas internacionais e do próprio carácter contraditório dessas mesmas receitas. (Por exemplo, os críticos à intervenção do Fundo na Grã-Bretanha afirmam que foi mais elevado o prejuízo global para a economia britânica causado pela "receita" do que o valor do empréstimo).

O "AFUNDAMENTO" PORTUGUÊS

Para aqueles que acreditam que os acontecimentos históricos e políticos não são obra do acaso, mas as consequências mais prováveis das contradições sociais e económicas das sociedades, a situação a que chegou o nosso país de se tornar um dos mais desesperados clientes do FMI, não deve surpreender. É um custo histórico elevado para o povo português que sejam precisamente o dr. Mário Soares e o grupo dos seus "fiéis" seguidores, isto é, alguns conhecidos opositores do longo regime obscurantista de Salazar, quem subscreve, enquanto governantes, as seguintes passagens da proposta de "plataforma" aos partidos e parceiros sociais: "a obtenção de créditos externos, ..., só é viável respondendo a severas exigências (aliás justificadas) designadamente as que decorrem do acordo a estabelecer com o FMI" e mais adiante: "não é possível seguir metas mais ambiciosas em matéria de expansão e do emprego pois teriam sempre reflexos negativos na balança de pagamentos. Pretender o contrário significa ignorância ou mero irrealismo". É dramático que, após a oportunidade do 25 de Abril, consolidada em lei fundamental que é das mais progressistas e esperançosas do mundo (que seria de esperar depois da mais longa e castrante

ditadura?) e após a escolha eleitoral confiante e comprometida dos que acreditaram nos "políticos", se venha a acabar nas mãos do mais duro prestamista internacional. Se a charlatanice e o oportunismo da classe política justificam em esta situação, ela também se explica pela inevitabilidade da evolução política nas condições da sociedade portuguesa. O grupo do dr. Mário Soares conseguiu derrubar, com apoios externos e internos, de todos os quadrantes ideológicos e diversos graus de honorabilidade, a via de um certo "capitalismo de Estado" que apoiado por algumas cúpulas sindicais e pelos seus ex-camaradas da oposição, do PCP, fôra apresentado ao país como um projecto de "transição para o socialismo". Uma versão centralista e burocrática, em oposição à descentralização participativa que a complexidade social e económica dos nossos dias exige. O que nesta sociedade, de mentalidade predominantemente pequeno-burguesa, justificava o objectivo principal de domínio da máquina de Estado e do aparelho sindical herdados (algum PC europeu pode ser vilipendiado por esse objectivo, comprometidos que se encontram entre a esclerose da via ideológica e a prática política possível?). A sua ligação às classes trabalhadoras e o "companheirismo de esquerda" de um PCP implantado e compreensivo, permitiu àquele grupo iniciar o recuo nas mudanças de 1975. Só que, incapazes de uma análise política e económica correcta "esqueceram-se" de que a social-democracia exige, de um lado, classes capitalistas empreendedoras e modernas, capazes de negociar a "paz social" e, do outro, classes trabalhadoras exigindo uma mudança que, embora reformista, é de consciência classista quanto às exigências de modo de vida. Ora, nem umas, nem outras, existem entre nós. Se as classes capitalistas não fossem frágeis e incapazes para que era preciso o regime ditatorial anterior? Se as classes trabalhadoras estivessem politicamente mobilizadas e esclarecidas aceitariam os actuais níveis de desemprego e atitude passiva perante o vazio de soluções concretas em que o país tem vindo a ser desgovernado? Centriam apenas as suas lutas à volta de reivindicações salariais, conseguidas de modos diferentes conforme a força negociadora das várias organizações ou grupos?

outro, em face da grave crise do capitalismo, em particular do europeu, acaba por bater à porta do mais frio e burocrata "agiota" internacional. Tudo evidente/Contradições que vão continuar, mudem ou não os governantes.

A incapacidade das classes capitalistas portuguesas seria, por si só, uma razão para tentar mudar o modelo de desenvolvimento herdado, no pressuposto da manutenção das liberdades formais. Não o compreender, será pôr em causa o próprio sistema democrático parlamentar, como de resto se torna cada vez mais evidente. Fica aberto o caminho para a rotura do sistema, se não fôr oferecida a alternativa de um projecto que tenha em conta as realidades sociais e económicas concretas.

A "RECEITA" AMARGA

A "receita" do FMI inclui um conjunto de medidas destinadas a diminuir o déficite da balança de pagamentos e agindo, exclusivamente, pelo estrangulamento monetário:

a) desvalorização da moeda (provavelmente com uma fracção súbita e outra deslizante);

b) contenção do crescimento do produto nacional (consequente da incorporação de importações que todos os bens contém e que é necessário reduzir);

c) limitação do aumento salarial (para baixar a capacidade de compra e evitar aceleração dos preços por esta via);

d) desmantelamento dos mecanismos de protecção contra importações (que era efectuado através de sobretaxas);

e) aumento das taxas de juro do modo a restringir o crédito (e a esfriar a dinâmica de crescimento);

f) limites no déficite das contas públicas (para impor ao Estado o mesmo abastecimento de despesas).

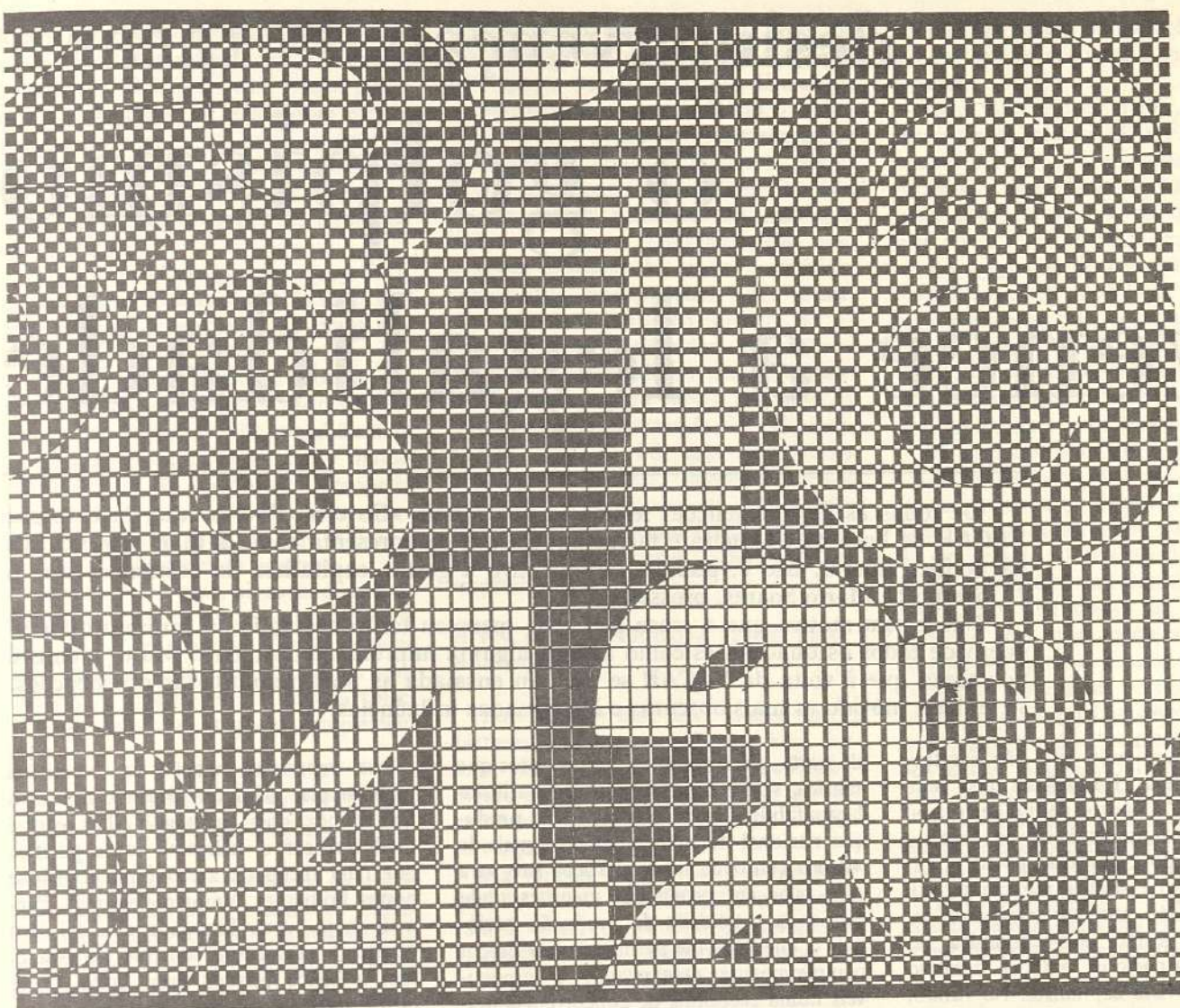
Para além destas medidas serem criticáveis, só pelo simples facto de actuarem nos efeitos e não nas causas do desarranjo económico que são de natureza estrutural, contém em si próprias uma contradição de fundo: se o aumento dos impostos e a inflação vão diminuir o poder de compra dos cidadãos e se o desemprego vai aumentar em resultado da quebra da expansão económica e da diminuição do déficite público, não parece coerente que se promovam empréstimos destinados a manter consumos correntes (ao abater as limitações selectivas ao tipo de produtos importados). Mas esta contradição é só aparente se tivermos em conta o sistema económico internacional: as importações de produtos das grandes empresas que dominam o comércio mundial podem assim manter-se, em prejuízo das empresas nacionais que vão ter pelo menos condições de crédito mais desfavoráveis. Tal como os trabalhadores escravizados que

estavam sempre endividados perante as cantinas e armazéns das explorações coloniais e que tinham de trabalhar indefinidamente para pagar as dívidas, também os países que entram neste esquema, de consumir agora para pagar depois, terão de suportar os custos sociais e económicos que a engrenagem impõe. Esta contradição da política do Fundo está a ser crescentemente criticada por diversos centros de opinião europeus e americanos. Contudo, há uma certa hipocrisia do sistema, que permite a sua continuação. Os países "interessados" na consolidação da nossa "jovem democracia" impõe-na até como condição para os seus empréstimos laterais. Os bancos comerciais estrangeiros que estão aparentemente a abarrotar de dinheiro (exemplo: petrodólares) devido à quebra global de investimentos, mostram-se também muito mais compreensivos quando o super-credor vem à frente a garantir o "saneamento macro-económico" (por vezes destrutivo).

QUE CONSEQUÊNCIAS?

Um comentário às consequências para o nosso país será necessariamente resumido:

a) desvalorização - a expansão de exportação, que teoricamente propiciaria, pouco se notará ou será mesmo nula, porque alguns dos produtos que exportamos não encontram maior procura, ou então defrontam uma concorrência agressiva e que não desarma; a maioria das empresas não têm capacidade e organização para responder a aumentos súbitos da procura; a nossa capacidade comercial de exportação é fraca. O aumento de custo dos produtos importados vai agravar de um modo geral o nível de vida e contrariar, por outro lado, o acesso a matérias primas e equipamentos necessários à actividade exportadora e à reconversão do sistema produtivo. Como o actual valor da nossa mão de obra já determinou atingirem-se os níveis de competitividade externa de 1973 também não é correcto utilizar esse argumento para justificar a desvalorização (até porque para chegarmos aos valores dos "docéis" trabalhadores da Formosa, Indonésia, Hong-Kong, etc. ainda falta bastante). Por outro lado, uma análise mais cuidada das estruturas de comércio internacional, que ficará para outra oportunidade, mostra à evidência o insucesso destas medidas, que estão a ser aplicadas como panaceia universal, mas inoperante, por esse mundo fora, com alguma perplexidade da parte dos seus mentores.



b) Contenção do crescimento do produto nacional – é uma medida que contraria a necessidade de reconverter e aumentar a produção de produtos até agora importados e de melhorar a produtividade das empresas, condição para baixar os custos e reequilibrar a médio prazo a economia.

c) Limitação do aumento salarial. – Sem uma política de contenção de preços, pelo menos dos produtos essenciais e a manutenção do FMI) só com repressão será possível conter o descontentamento da população, o qual vai inevitavelmente crescer (o que no caso do Egito permitiu adiar a aplicação da respectiva "receita" do FMI). Sem a tão falada e sempre adiada política nacional de rendimentos e preços é difícil explicar os sacrifícios que se exigem.

d) Desmantelamento de medidas de selectividade das importações. – além da injustiça social que a importação indiscriminada de produtos constitui, não será deste modo possível ajustar o perfil do consumo de produtos importados de mo-

do a uma correcção progressiva das deficiências da economia, em particular na importação de bens de equipamento.

Por outro lado, a produção nacional vai ter dificuldade em competir com os produtos importados em vários sectores, agravando-se a crise geral e o desemprego.

e) Aumento das taxas de juro e restrições do crédito. – é outra medida paradoxal e demonstrativa do carácter ruinoso das "receitas" do FMI. É evidente (conforme já J. B. Keynes recomendava) que, em período de recessão, é preciso favorecer os investimentos através de taxas de juro favoráveis e não dificultá-los (para além de todos os outros factores subjectivos e objectivos que já os contrariam). Tal medida irá afectar a actividade económica global, a adicionar-se a um abaixamento geral do poder de compra da população e à entrada livre de produtos importados. O argumento clássico, de que taxas convidam à poupança, é falacioso numa sociedade como a nossa, que não tem hábitos (e não teve possibilidades) de poupança e onde a inflação é ainda superior às taxas de juros a inflação, refrear o aumento de certos rendimentos e basicamente impor novos conceitos para a sua redistribuição.

f) Limites do déficit público. – num país onde a fracção da despesa pública ainda é relativamente baixa e onde os níveis de bem estar sociais são quase medievais e numa situação de recessão económica, em que a despesa pública seria um factor animador, esta é outra exigência depressora, que vai também afectar os níveis de pensões, dos gastos em segurança social e a própria actividade económica em geral.

A aceitação das recomendações do FMI irá acelerar inexoravelmente o afunilamento para uma solução política diferente da actual. Que, se não houver capacidade para criar um projecto político e económico nacional, coerente e participado – o qual só resultará de uma análise consciente das deficiências dos sistemas económicos internacional e nacional e da viabilidade de uma política colectiva para o implementar. – acabará numa saída extremamente penosa e trágica. Sobre tudo, é necessário fazer mais e papaguear menos, pondo a funcionar o pouco que nos resta de inteligência: Até lá, com mais ou menos plataformas, com os governantes desta ou daquela "ala", apenas mudarão os pormenores e o nível de repressão "democrática". Há regras que acabam sempre por impôr-se...

desintervenção da facar o golpismo vence a legalidade

De todas as desintervensões levadas a efeito pelo «Governo PS», o caso da empresa FACAR de Leça da Palmeira é talvez aquela que se apresenta como a mais significativa da política liberal, isto é, política de incentivo à gestão capitalista da economia, que o I Governo de Mário Soares, prosseguiu.

Não é sem motivo que o «caso FACAR» mereceu tanto destaque na Imprensa portuguesa de todos os quadrantes como até em alguma Imprensa estrangeira. Muito menos é por acaso que à volta da FACAR se tenham ensaiado as mais requintadas provocações, se tenham movido as mais obscuras e interessadas influências.

Com efeito, a tudo isto não é estranho o facto de a FACAR ser uma «empresa modelo». Modelo de um certo tipo de capitalismo, funcionando na base do caciquismo e do compadrio político, circunscrito a uma óptica puramente micro-economia do processo produtivo, assente numa gestão anti-económica do ponto de vista nacional, embora lucrativo do ponto de vista capitalista. No fundo, modelo do que de pior produz uma economia de mercado sob protecção corporativa.

A FACAR era pois, por todas estas características e por mais algumas que na devida altura apontaremos o local ideal para a «prova de força» entre os que apostam no regresso ao passado e os que defendem as conquistas da revolução. Mais claramente, a luta em torno de FACAR foi uma luta entre o golpismo e a legalidade, em que venceu o golpismo.

Como e porquê? Perguntar-se-á. É o que vamos tentar responder neste artigo.

UMA EMPRESA MONOPOLISTA: MODELO DO CAPITALISMO DÉBIL

A FACAR é uma empresa situada em Leça da Palmeira, fundada por António de Carvalho e actualmente, e de novo, gerida pelos seus filhos que para efeitos deste artigopassaremos a designar simplesmente por Carvalhos.

É uma empresa monopolista, em gran-

de parte, da larga gama de produtos que fabrica, sendo, por exemplo, na sua instalação fabricados 85 por cento da produção nacional de tubo metálico e mais de 40 por cento de tubo plástico. Isto para não falar em produções menores onde fabrica a totalidade da produção nacional, o que aliás lhe permite impor preços completamente desajustados e impossíveis numa economia de concorrência perfeita.

Quanto à gestão que a Carvalhos praticavam na empresa, não se pode dizer que pudesse ser pior.

A FACAR era, e apesar de esforços do período de intervenção ainda é, uma empresa tecnologicamente atrasada, completamente virada sobre si própria, laborando com processos técnicos obsoletos. É uma unidade antiquada, quer nos processos de gestão, quer no domínio da organização e métodos. Nunca possuiu qualquer planificação digna desse nome, sendo grande parte dos produtos, feitos conforme as encomendas, muitas vezes com prejuízo. Quanto a condições de segurança o mais que se pode dizer é que são bastante precárias, para não dizer nulas. Controle de qualidade, é bom de ver, não existia.

A FACAR é pois um «modelo». Um modelo do cronicamente débil e estruturalmente dependente capitalismo português. Uma imagem bem viva da capacidade empreendedora do «empresário» português. Um produto acabado do corporativismo fascista.

A FACAR é a imagem do que a iniciativa privada soube fazer em Portugal durante os 48 anos, em que à sombra do mais velado protecção e da mais

zelosa repressão, dispôs das condições mais amplas para um desenvolvimento que nunca quis prosseguir. Por isto é fácil verificar o falhanço duma política que quer recuperar a economia com base nestes brilhantes «empreendedores». Para mais hoje, com liberdade sindical, com direito à greve, com controle de gestão, sem a banca privada, sem bolsa. Onde está a iniciativa privada que aceita outras regras do jogo? Simplesmente não existe.

Com efeito, certo «empreendedor» do capitalismo corporativo joga com outras regras. Aquelas que a irmãos Carvalhos aplicavam na FACAR. Por exemplo a subfacturação e a fuga ao fisco.

A GESTÃO DOS CARVALHOS(SUBFACTURAÇÃO E FUGA AO FISCO

A intervenção na FACAR não se efectuou apenas na base dos factos que já aqui expusemos, e que em boa verdade e numa óptica de interesse nacional, justificavam plenamente a intervenção.

Na verdade quando em 21 de Maio de 1975, 492 trabalhadores contra 110 decidem a suspensão dos Carvalhos, já estavam na posse de outros dados, que envolviam clara sabotagem económica (nos termos da lei então vigente e não na base de um mero slogan — ver decreto lei 660/74 em anexo) e até responsabilidade criminal.

É o caso já aqui citado, e aliás comum a muitas empresas nacionais e multinacionais, de subfacturação. No caso da FACAR, provou-se com abundantes documentos, tal prática exercida desde há

longos anos pelos Carvalhos. Esta fraude consistia fundamentalmente, e como é habitual na declaração dum menor preço que o real quanto às mercadorias exportadas e de um maior preço quanto às importadas, deixando assim ilicitamente algum dinheiro no estrangeiro, que no caso dos Carvalhos poderá ser de milhares de contos.

Nisto ao restará aguardar que a Polícia Judiciária dé andamento às participações que lhe foram feitas há largos meses.

Outra prática, não menos habitual, é a fuga aos impostos. Entre outros expedientes os Carvalhos não contabilizaram as vendas de sucata, bem como muitas outras fontes de rendimento, desviando os proventos para onde bem entendiam, com consequente prejuízo para o fisco e para os trabalhadores da empresa.

Só que neste caso, as autoridades fiscais foram menos lentas que a Polícia Judiciária e os processos fiscais movidos aos Carvalhos, acabaram com a sua condenação ao pagamento da matéria colectal, subtraída ao imposto complementar.

PIRES VELOSO E O PÁROCO DE LEÇA CONTRA A INTERVENÇÃO

Mas malgrada a existência de todas estas circunstâncias e provas, os Carvalhos, certamente apoiados por alguém situada "mais alto" não desistiram de recuperar a empresa.

Aproveitando a chamada "normalização" subsequente ao 25 de Novembro, beneficiando do apoio e empenhamento claro de duas forças que deviam ser totalmente estranha a este género de problemas — o militar Pires Veloso e o pároco da freguesia de Leça da Palmeira — os Carvalhos não tardam a ensaiar as habituais provocações, como invasões da empresa, desestabilização de produção através dos seus apaniguados, espancamentos, ameaças de todo o tipo, etc. No fundo, mera criação de um clima artificial de desordem propícia à decisão governamental de desintervencionar a empresa. O que, como é sabido, acabou por acontecer.

EMPENHAMENTO DE NOBRE DA COSTA NA DESINTERVENÇÃO

Assim em 27 de Dezembro de 1976, 544 em 1061 trabalhadores votaram pelo regresso dos Carvalhos. Este plebiscito ocorrido em ambiente de grande pressão, foi conduzido pela Comissão Administrativa nomeada pelo Governo, a qual, aliás, sempre discordou da desintervenção por se tratar duma empresa monopolista, em que tinha havido evidente sabotagem patrimonial, e que devidamente remodelada

poderá, como empresa mista, servir os interesses globais da economia do país e não apenas os interesses dos Carvalhos.

Não entendeu assim o Ministro Nobre da Costa, que propôs a desintervenção ao Conselho de Ministros, quando Mário Soares se encontrava no estrangeiro, tendo fontes bem colocadas avançado que Nobre da Costa, conhecido pelas suas posições próximas do capital parasitário monopolista, ameaçou com a sua demissão, perante a hesitação legítima de alguns membros do Conselho de Ministros, quanto à necessidade de desintervenção. E não era caso para menos, pois quer os trabalhadores socialistas da FACAR, quer a base local do PS, quer os próprios deputados socialistas, Manuel Pires, Carlos Lage e Agostinho do Vale, entre outros, tinham já manifestado a sua pública discordância com a devolução da empresa ao patronato.

A FACAR RECUPERADA PELOS TRABALHADORES

Não bastasse tudo isto, muitos outros factores levariam a ponderar bem melhor, numa decisão política e economicamente escandalosa, mesmo para um governo social-democrata, como foi a desintervenção da FACAR.

Na verdade os 26 meses de intervenção do Estado na FACAR corresponderam a uma real melhoria da situação da empresa, a uma recuperação quase im-

possível de prever na situação de recessão em que se encontra a economia portuguesa.

Pode dizer-se sem mentir, que tal como antes da intervenção a FACAR era o modelo do que pior produziu o parasitário débil e dependente capitalismo português, assim no período de intervenção a FACAR se mostrou uma empresa à altura das exigências do momento, podendo considerar-se um modelo se comparados a seus avanços com os próprios objectivos do Plano a Médio Prazo do Governo PS. Assim a FACAR realizou em si mesma, as metas fundamentais apontadas pelo Governo para o conjunto do país.

Só para enunciar alguns factos, a FACAR, intervencionada, aumentou substancialmente a produção e a produtividade, atingiu o seu maior volume de venda de sempre (1 milhão de contos em 1976 contra 614 mil contos em 1974), criou mais 180 postos de trabalho em paralelo com uma certa modernização tecnológica o que é raro e admirável, conseguiu uma maior participação de capitais próprios no financiamento da empresa, liquidou dívidas anteriores e pagou aos actuais (activo de 815.275 contos em 1976 contra 590.679 em 1974).

Posto tudo isto, onde senão em razões políticas está o fundamento de desintervenção da FACAR? Onde está o respeito pela Constituição? Onde está a salvaguarda de existência das várias formações económicas nele consignadas Onde está



o cumprimento do Programa do Governo? Onde está a justiça e o prémio do esforço dos trabalhadores?

É por isto, que quando se fala em escândalo no caso da FACAR não é sensacionalismo, é (tristemente), e tão só, a verdade.

Mas para além de todas as influências e pressões políticas houve outros factores que possibilitaram a desintervenção. E esses radicam nas características do proletariado do Norte, radicam na própria formação social portuguesa. Ignorá-lo, ignorar que larga parte dos trabalhadores, até apoiou, apesar do que é a FACAR e os seus patrões, o regresso dos Carvalhos será pura demagogia.

Com efeito na FACAR, não fosse ela o modelo acabado da empresa capitalista feita à sombra do protecçãoismo corporativo, existe um grande número de trabalhadores analfabetos, totalmente despolitizados na sua maioria, com uma relação de perfeita subserviência e dependência, até pessoal e familiar em relação aos patrões Carvalhos, que controlam a vida de grande parte de famílias de modestos trabalhadores. Por vezes são padrinhos dos filhos dos empregados, aconselhando em decisões conjugais, etc. Só entendendo a natureza deste tipo de relação se pode ir às últimas consequências do domínio caciquista de largar zonas do Norte de Portugal.

Por outro lado, a Igreja local, para quem a fé católica dos Carvalhos se traduziria normalmente em importantes dívidas, nunca cessou de lutar, do púlpito, contra a intervenção, numa clara ingerência nos assuntos laicos e perante a discreta compreensão do Patriarcado e do Governo.

Por fim, ainda há trabalhadores, que para além da actividade na FACAR, possuem pequenas unidades comerciais, donde retiram alguns proventos suplementares, e que estão numa directa dependência dos patrões da FACAR. É pois bom de ver, por onde, perante um clima de pressão e de medo, votarão estes trabalhadores.

A FACAR é ainda por tudo isto, um caso exemplar onde concorrem factores de diversas origens, que não deixaram de ser habilmente manipulados pelos Carvalhos e por quem os defende.

REPOR O SISTEMA ECONÓMICO NO 24 DE ABRIL?

Não queremos terminar este breve trabalho sem enquadrar a desintervenção da FACAR numa estratégia mais ampla que visa repor o sistema económico portu-

guês nas condições do 24 de Abril. No fundo, nas únicas condições em que o débil e impreparado capitalista português consegue tirar alguma taxa de mais-valia, salvo "honrosas excepções".

É necessário que se tenha consciência, da grave crise da economia portuguesa, no momento que passa.

E como tal, importa não esquecer que se, segundo a nossa lei Fundamental, o sector público e nacionalizado deve ser o motor da economia, também ele, só por si, por deficiências estruturais e conjunturais, é incapaz de responder de imediato às exigências da crise.

É por isso necessário, aproveitar as potencialidades de investimentos privados de interesse nacional. É isto, não é mais do que o cumprimento da Constituição.

Legislação sobre intervenções: a estratégia da devolução a gestão privada

A definição de uma estratégia para a economia portuguesa foi desde o 25 de Abril um dos principais polos de disputa entre as correntes políticas que se sucederam na liderança das coligações governamentais.

De Vieira de Almeida a Rui Vilar, de Mário Murteira a Salgado Zenha, ora na via do neocapitalismo, ora na via socialista ou na meramente socializante, as estratégias para fazer sair a economia portuguesa das contradições do sistema salazarista, vegetaram sempre entre uma destabilização paralizante e sucessivas tentativas de superação planificada das obsoletas estruturas do corporativismo.

É neste sentido que com canotações bem diferentes, tanto o Programa de Política Económica e Social de Rui Vilar, como o (não ultimado) Plano Económico de Transição de Mário Murteira, se que-daram pelas intenções, nunca encontrando condições políticas e sociais favoráveis ao seu arranque. O mesmo aconteceria mais tarde, e sistematicamente com o Plano Manuela Silva.

É nesse período, que para além das nacionalizações se elaboram projectos concretos para o ordenamento socialista da indústria, se avança no controlo dos sectores básicos, decapitando o capitalismo monopolista, se arranca para o Programa Nacional de Emprego, se esboçam os primeiros passos de planificação democrática da economia, se publica um

Admite-se que o respeito pelas várias formações económicas, possa passar pela devolução de algumas empresas interencionadas, ao sector privado ou a sua transformação em empresas mistas.

Mas o caso da FACAR, é a própria negação do que acabamos de admitir. É o próprio governo a viciar as regras do jogo, que ele próprio propôs. A FACAR tinha todas as condições para ser interencionada e nenhuma para ser devolvida. O Governo PS é pois, o primeiro a atirar para o lixo os compromissos que por "motu próprio" assume. E não há pacto social que admita, nem recuperação económica que aguente, a política dum governo, que não sabe honrar os seus próprios compromissos.

O.A.

Código de investimentos estrangeiros, se aprova um diploma sobre controlo operário, etc.

Com todos os defeitos e insuficiências que tais acções possam ter contido, o que é inegável é o esforço de construção socialista que as equipas económicas do IV e V Governos Provisórios empreenderam em circunstâncias políticas bem conhecidas e na presença dum tenaz bloqueio económico por parte dos países capitalistas.

A única semelhança entre os vectores desta política económica e aquela que o presente consente e o futuro adivinha, é o facto de ambas seguirem direcções precisas, mas, claro, opostas.

Com efeito, já não é hoje visível qualquer esforço concreto de ordenamento socialista e planificado da economia, entendendo os actuais poderes as nacionalizações e as intervenções nas empresas, como uma pesada herança do chamado "gonçalvismo", e daí a procura desenfreada de herdeiros para as interencionadas.

O 660/74 OU A VIA SOCIALIZANTE

O 660/74 de 25 de Novembro, nasce do condicionalismo então criado, ao até aí incólume capitalismo português quer pelo surto de iniciativas dos trabalhadores (reivindicações salariais e condições de trabalho) quer pela sabotagem econó-

mica dos grupos capitalistas, designadamente no caso da banca recusa de crédito às PME, em consequência da atitude adversa que adoptaram face ao processo político decorrente do 25 de Abril. Isto sem esquecer a grave crise herdada do regime anterior já na altura caracterizado por fortes sintomas de recessão.

É assim que muitas empresas privadas deixaram de funcionar de acordo com as necessidades do próprio desenvolvimento económico capitalista não podendo doravante garantir qualquer segurança aos credores ou mesmo os salários dos trabalhadores.

O 660/74 vem pois prevenir um mais que certo surto de desemprego nessas empresas através da intervenção do Estado; intervenção esta com o mero intuito de assegurar a laboração da empresa e fornecer-lhe os meios necessários ao seu normal funcionamento.

Com esta finalidade o decreto enunciava vários índices que justificariam a intervenção entre os quais salientamos, o encerramento da empresa, a ameaça de despedimentos maciços, abandono das instalações pela entidade patronal, descapitalização, etc.

A intervenção que teria lugar após inquérito à empresa, finalizaria mais tarde ou por via da nacionalização ou através da restituição das empresas, já equilibrada com os dinheiros públicos, ao proprietário.

Embora o 660/74 disponha no seu art. 5.º que o Estado pode proceder à nacionalização em certos casos, não se nos afigura que venha a ser esta a orientação preferencialmente adoptada. Os casos da Têxtil Manuel Gonçalves, da Facar, de Martins & Rebelo da COPAM entre outros são precedentes claros e de significado político elucidativo.

No seu essencial e muito embora a CIP, lamenta-se os "poderes descricionários" do 660/74, este diploma, inserido num contexto político determinado, não visava destruir a iniciativa privada mas tão só equilibrá-la para as funções que o citado Programa de Rui Vilar (vulgo Programa Melo Antunes), então em fase de elaboração, lhe iria destinar.

É pois o 660/74, de natureza intencional bem mais recuada e bem mais modesto o âmbito da sua acção.

É prova disso a alínea 4 do ponto 1 (cap. IV) do referido Programa, que visava a criação dum Instituto para a Defesa da Concorrência, o que demonstra as intenções de protecção e incremento à iniciativa privada e não a sua aniquilação. O 660/74 seria pois, um instrumento de controlo pontual e nunca de controlo estratégico. Não se trata, co-

mo é óbvio, de conseguir "suporte jurídico para o projecto político das nacionalizações" projecto que só a ultraconservadora CIP, se permite imaginar na mente da equipa económica de então, essencialmente constituída por tecnocratas liberais da SEDES.

Foram aliás os próprios trabalhadores, através das pressões que exerceram sobre o governo, os principais factores do 660/74, como instrumento que lhes permitiria, pelo menos, manter as empresas em funcionamento e garantir os salários.

Este diploma não constitui no fundo qualquer criação táctica do poder político mas, tão-só, como é próprio da História para quem a entenda, a regulamentação legal de inúmeras situações consumadas por todo o processo mais geral da luta de classes, estão em fase de agudização no nosso país.

222-B/75: INTENÇÕES BEM DIFERENTES

O DL 222-B/75 de 12 de Maio, publicado numa conjuntura política de natureza bem diversa, surge já com outras intenções, visando essencialmente preencher algumas lacunas do 660/74.

Com efeito, o 222-B/75 vem impedir a possibilidade de acção executiva contra empresas assistidas pelo Estado que visasse o pagamento de dívidas anteriormente contraídas (art. 1.º). Esta medida, é efectivamente discutível, como veremos mais adiante. Por outro lado estatui a possibilidade de arrolamento, apreensão de quaisquer bens penhoráveis e congelamento de contas bancárias, entre outras medidas, das pessoas que tenham exercido cargos de direcção na empresa onde intervirem (art. 8.º). Por fim institui a pena de prisão maior para certos actos praticados pelas direcções, administrações ou gerências e outros membros das empresas abrangidas (art. 16.º).

É, pois, evidente que o 222-B/75 que veio a constituir um importante instrumento jurídico anticapitalista, visaria muito mais longe, que o 660/74. Para a CIP, como é óbvio (art. cit.), o 222-B/75 "veio agravar intoleravelmente a situação aberta com o 660/74". O 222-B/75 vem, realmente, é, aliás, essa a sua intenção, reduzir consideravelmente a margem de manobra da entidade patronal. A antipatia por este diploma por parte dos sectores patronais, é a prova mais cabal, que até atingiu alguns dos seus objectivos. Além disso impediu a expoliação de muitas empresas pelo capital, permitindo a manutenção de grande número de fontes de trabalho.

Era no entanto evidente que para um poder político interessado no lançamento da economia em bases socialistas, os citados elementos eram ainda insuficientes. Nova legislação haveria de ser tentada, mas não publicada até à queda do V governo. Não ficaria no entanto por aqui a legislação sobre a intervenção do Estado nas empresas.

Assim, e já na vigência do VI governo, mas antes do 25 de Novembro, é publicado o D.L. 597/75, que no seu preâmbulo, já alertava contra certos problemas que decorriam da aplicação do 222-B/75, nomeadamente na questão da impossibilidade de acção executiva contra empresas assistidas pelo Estado.

Diz o D.L. 597/75 "que o regime legal criado pelo Decreto Lei n.º 222-B/75 de 12 de Maio, não permitindo que sejam propostas acções executivas contra empresas assistidas pelo Estado, vem bloquear a capacidade de iniciativa de um número sucessivamente acrescido de empresas, as quais, sendo fornecedoras e credoras das primeiras, vem por sua vez pedir a aplicação dos D.L. n.ºs 660/74 e 222-B/75; estabelecendo-se assim, um processo de propostas em cadeia, cuja amplitude tenderá a crescer de modo incontrolável".

Este decreto que não revogou o 222-B/75, visava apenas abreviar o período que mediava entre a verificação do pedido de intervenção e a conclusão do inquérito previsto no 660/74.

Com este fim, o 597/75 no seu art. 1.º abria a possibilidade de o Governo nomear gestores antes da realização do inquérito a fim de evitar a degradação grave da empresa em causa.

Este expediente veio a ser aplicado num numero restrito de empresas, já que foi publicado, sensivelmente 1 mês antes do 25 de Novembro.

O 422/76 OU A "NORMALIZAÇÃO"

Criadas as condições políticas para a destruição do sector intervencionado a legislação não se fez esperar. Assim em 11 de Novembro de 1976 é publicado o decreto 422/76, que consubstancia no seu articulado as bases essenciais de liquidação do importante sector intervencionado.

O 422/76 e a legislação posterior são pois parte integrante de toda uma estratégia de devolução à gestão capitalista de uma importante parte de economia, desde a revolução no sector da propriedade social.

Casos da COPAM e sobretudo da FACCAR, de que se fala neste numero de "Abril", são exemplares de como o Governo PS entendeu a transição e a consolidação das conquistas da revolução.

do aprontamento à convergência no médio oriente

Arnon Kapeliouk *

Com tudo o que possa ter tido de espectacular, a visita do presidente Sadate a Israel marca o início de uma evolução da qual, por enquanto, ninguém pode prever o termo. Na fase actual, importa, contudo, fazer um balanço provisório: o grande choque provocado por Sadate significa, de facto, que o mundo árabe, ou, mais exactamente, o mais importante país do mundo árabe, levantou o anátema lançado contra Israel. No próprio decurso da visita, podia ouvir-se, entre a comitiva de Begin, comentários sobre este tema central: o passo principal está dado, dizia-se, pois, após trinta anos de conflito, conse-

guimos que os árabes nos reconhecessem; mas claro, acrescentava-se, ainda teremos de lutar para obter fronteiras seguras — tal como as concebemos, ou seja, com anexação de territórios — e para chegar a uma solução do problema palestino de acordo com as grandes linhas que preconizamos (outorga aos palestinos de uma autonomia cultural no quadro do Estado de Israel estendido sobre toda a Palestina); o importante, no entanto, é que o chefe do mais poderoso país árabe tenha, sem concessões da nossa parte, reconhecido a nossa existência numa forma espectacular que jamais julgamos possível.

Este facto primordial pode, com efeito, ser resumido por uma frase tirada do discurso que o presidente Sadat pronunciou solenemente na tribuna do Knesset, sob o retrato de Theodore Herzl: "Tínhamos o hábito de vos rejeitar, agora acolhemo-vos com prazer no nosso seio". Estas palavras só podem ter uma interpretação: os árabes, ou pelo menos os egípcios, renunciaram ao único trunfo que tinham conservado no seu conflito com Israel: o seu não reconhecimento da entidade israelita, considerada como um corpo estranho enxertado no organismo árabe que o rejeitava. Esta rejeição era, sem dúvida, uma faca de dois gumes pois permitia aos dirigentes israelitas sustentar que os árabes não queriam, no Próximo Oriente, uma paz justa e durável.

Da tribuna dos jornalistas no Knesset,

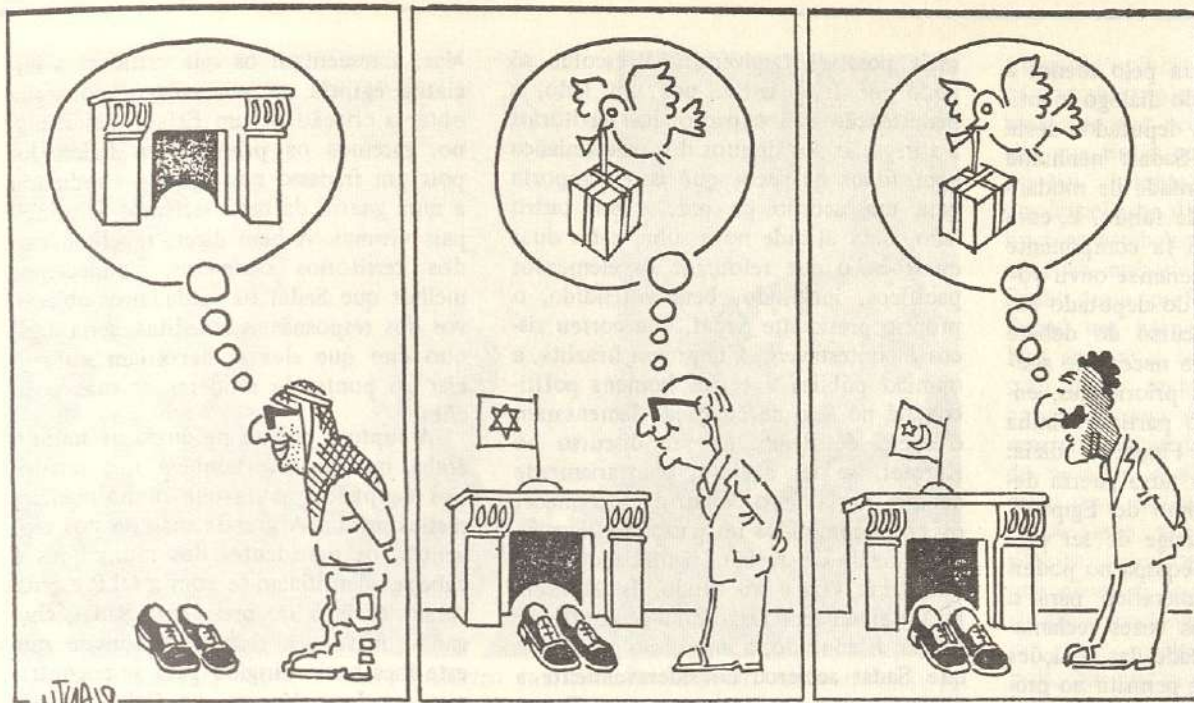
durante o discurso de Sadat, podia observar-se, nas feições dos parlamentares, a expressão da sua profunda satisfação, traduzindo o sentimento do que haviam ganho qualquer coisa de importante. De facto, para provar bem que imprimia à sua política uma viragem incrível, para não deixar qualquer dúvida sobre a sua vontade de reconciliação, o presidente Sadat tomou atitudes de que habitualmente se abstém até os amigos de Israel. Algumas semanas antes, por exemplo, o secretário americano do Tesouro tinha recusado entrar na cidade velha de Jerusalém, ocupada desde 1967, enquanto o presidente Sadat a percorreu em companhia do presidente da Câmara.

O presidente egípcio recolhe todo o mérito da sua impressionante iniciativa, da qual, no entanto, o verdadeiro beneficiado é, por enquanto, Israel que, sem ter feito até agora concessões, conseguiu ser reconhecido. Era isto que não escondiam, em privado, os porta-vozes israeli-

tas durante o acontecimento: não mexemos uma palha e foram eles que se fatigaram.

OS TRÊS "NÃO" E A OLP

Vai fazer sete anos que, num memorando que submeteu, em 15 de Fevereiro de 1971, a Gunnar Jarring, enviado especial da ONU ao Próximo Oriente, o presidente Sadat se propôs pela primeira vez concluir a paz com Israel. Por essa época, o governo israelita rejeitara esta iniciativa na qual via apenas uma simples manobra. Hoje em dia, admite-se nos meios políticos israelitas que, desde essa época, o presidente Sadat procurasse uma solução pacífica do conflito. Deslocando-se a Israel, abandonou, de facto, os três "não" formulados quando da primeira árabe de Cartum em 1967: não à negociação, não ao reconhecimento diplomático, não à paz com Israel — três "não" que estavam em vigor desde o termo da guerra dos seis dias.



O governo de Begin não modificou a sua posição sobre o problema palestino. Admite, é certo, que os palestinos estejam em Genebra, mas opõe-se a que eles lá estejam representados pela OLP, e parece que o presidente Sadat está de acordo neste ponto. Pelo menos não mencionou a OLP nem no seu discurso no Knesset nem, depois do regresso ao Cairo, perante a assembleia nacional egípcia. Sabe-se que, no trajecto do aeroporto de Lydda a Jerusalém, o general Dayan, ministro israelita dos Negócios Estrangeiros, que seguia na mesma via-tura que Boutos Gahli, seu homólogo egípcio, sugeriu a este último, que seria preferível que o presidente Sadat não mencionasse a OLP no seu discurso no Knesset, afim de não suscitar reacções demasiado vivas do lado israelita. Se não adoptou ele mesmo um tal ponto de vista, admite-se que Sadat tenha aceite o conselho.

Pelo contrário, quando Begin aceita uma "verdadeira" representação palestina em Genebra, não anuncia nada de novo. No decurso da sua visita à Roménia, há alguns meses, já tinha declarado que Israel não se preocuparia muito com as opiniões dos representantes palestinos, desde que não fossem membros da OLP. Do mesmo modo, no "documento de trabalho" israelo-americano sobre os preparativos da conferência de Genebra, Jerusalém tinha aceite uma representação palestina.

A chegada do presidente Sadat a Israel, as suas deslocações lado a lado com Begin, os apertos de mão e os sorrisos, as declarações inequívocas anunciando um capítulo novo nas relações entre os dois países, tudo isto provocou em Israel uma vaga de alegria sem precedentes. Em poucos dias, a opinião pública, que era globalmente hostil aos dirigentes árabes e não podia confiar nas declara-

ções de intenção pacífica dos mais moderados de entre eles, tornou-se favorável ao presidente Sadat. Crianças agitando pequenas bandeiras egípcias, passeantes trauteando o hino egípcio: Sadat tornou-se o homem verídico, o grande "leader". Um jornal israelita chegou ao ponto de publicar um artigo do director do diário caiota "Al Akhbar" conhecido pelos seus artigos antisemitas que tinham feito dele o alvo dos mais violentos ataques. Em resumo, parecia dizer o homem da rua, os árabes chegaram finalmente à conclusão de que estavam enganados e de que nós tínhamos razão. Mas podemos perguntar se ele se dá conta de que, para sustentar o "élan" criado pelo presidente Sadat, Israel será levado a fazer concessões em dois domínios importantes: os territórios ocupados e o problema dos palestinos.

Nos partidos políticos, pelo contrário, iniciaram-se novas reflexões dada a necessidade de reexaminar certas atitudes em face de dados novos. Em primeiro lugar, tornou-se claro que não se pode falar mais em "árabes" em geral, porque eles estão profundamente divididos entre partidários e adversários da iniciativa egípcia. O ministro israelita dos Negócios Estrangeiros e diversas outras personalidades declararam que chegara o momento de tomar decisões graves, entenda-se, dolorosas. "É a hora da verdade", disse-se em diferente sectores sugerindo que, no passado, talvez se tenha deixado passar diversas oportunidades de alcançar o acordo e que, se a ocasião não fosse agora aproveitada, o Próximo Oriente podia ser precipitado num turbilhão bastante perigoso. Por outro lado, parece, o

preço que Israel terá de pagar agora para obter a paz será o mais baixo que lhe pediram.

Mal acabou a visita, os partidos abriram um debate febril. Durante uma reunião da fracção do Maarakh (oposição trabalhista) no Knesset, a senhora Golda Meir defendeu que não seria necessário, depois da visita de Sadat, modificar a plataforma da frente trabalhista, o que provocou uma veemente resposta do deputado Yossi Sarid: "Não podemos pretender ter tido sempre razão a 100 por cento". A "jeune garde" do partido trabalhista adoptou, por seu turno, uma resolução solicitando ao governo um gesto em favor do presidente egípcio impedindo qualquer nova instalação de aglomerados judaicos na Cisjordânia enquanto durassem as negociações. Mas o presidente do comité interministerial para o povoamento, general Ariel Sharon, ministro da Agricultura, declarou claramente que a iniciativa egípcia não deve impedir a criação de novas colónias. E, com efeito, duas novas colónias foram criadas, desde então, na Cisjordânia.

O grande problema do Maarakh tem origem no facto de ainda não se ter refeito da derrota eleitoral e continuar apegado, por inércia, às resoluções "duras" do passado, acusando mesmo, por vezes, a direita nacionalista, o Likoud, de estar demasiado disposto a fazer concessões. O Mapam, ala esquerda do Maarakh, apela ao Governo para modificar a sua posição com vista a impedir um agravamento da situação, que receia possa conduzir a uma guerra.

No seio do próprio Likoud, não parece estar-se muito consciente da importân-

cia do momento. Tal era pelo menos a impressão que se tirava do diálogo mantido no Knesset entre os deputados deste grupo e o presidente Sadat: nenhuma ideia nova, nenhuma vontade de mudança sobre os problemas de fundo. E, contudo, no partido liberal (a componente burguesa do Likoud) fizeram-se ouvir vozes moderadas, como a do deputado Joseph Tapir, que no decurso do debate político declarou que era necessário agora alterar a ordem das prioridades, enquanto o presidente do partido, Simha Ehrlich, ministro das Finanças, dizia: "Que haja ou não uma nova guerra depende tanto de nós como do Egipto". Mas estas vozes estão longe de ser preponderantes no seio da equipa no poder.

No Movimento Democrático para a Mudança (Dash) algumas vozes reclamaram a máxima flexibilidade das posições governamentais a fim de permitir ao presidente Sadat prosseguir na via em que se comprometeu. Os dirigentes do Dash lembraram, na ocasião, que a sua plataforma preconiza "um compromisso territorial nas três frentes", ou seja, retirada também de uma parte da Cisjordânia. Mesmo no partido nacional religioso os moderados organizam-se em torno do deputado Abraham Melamed.

A classe política apercebe-se agora que a hora decisiva chegou e que não é

mais possível tergiversar. A escolha só pode ser feita entre, por um lado, a manutenção da ocupação dos territórios e a negação dos direitos dos palestinianos com todos os riscos que isso comporta para um acordo de paz, e por outro lado, uma atitude nova sobre estas duas questões, o que reforçaria os elementos pacíficos, incluindo, bem entendido, o próprio presidente Sadat, que correu riscos incontestáveis. A imprensa israelita, a opinião pública e certos homens políticos até no seio da coligação lamentaram o facto de Begin, no seu discurso no Knesset, se ter absterido, contrariamente ao que havia feito Sadat, de reconhecer os erros cometidos no passado. Discurso tradicional, de rotina, significando que, mais uma vez, e no fundo, Israel tinha razão, ainda tem razão e há-de continuar a tê-la. E contudo, a impressão geral é de que Sadat acelerou consideravelmente a dinâmica dos acontecimentos no Próximo Oriente.

Nos territórios ocupados, pelo contrário, reinava um clima de espera, mesclado de desespero. Aqui, o homem da rua crê que o presidente Sadat está prestes a concluir um acordo com o Governo israelita em detrimento dos interesses dos palestinianos, tendo em conta sobretudo o facto de não ter mencionado a OLP.

Mas, acrescentam os que criticam a iniciativa egípcia, se, por milagre, consegue obter a criação de um Estado palestiniano, seremos os primeiros a felicitá-lo, pois um fracasso neste ponto conduziria a uma guerra da qual seríamos as principais vítimas. A bem dizer, repeliram-nos dos territórios ocupados, conhecemos melhor que Sadat os verdadeiros objectivos dos responsáveis israelitas, seria ingénuo crer que eles se deixariam influenciar ao ponto de moderar as suas posições.

A ruptura que se produziu no mundo árabe manifesta-se também nos territórios ocupados, ainda que duma maneira menos aguda. A grande maioria dos cirurgentes, os presidentes dos municípios à cabeça, identificam-se com a OLP e criticaram a visita do presidente Sadat, chegando mesmo a recusar o convite que este lhes havia dirigido para se encontrarem em Jerusalém ou no Cairo. Só responderam a este convite os pró-jordanianos que colaboram com Israel.

Desde que foi anunciada a iniciativa egípcia, a questão que se põe nos territórios ocupados, assim como em Israel, respeita ao que poderia dissimular esta atitude sem precedentes. À primeira vista, pensou-se que ela era fruto de uma decisão particularmente súbita. Depois, compreendeu-se que tinha sido longamente

incerteza

Vive-se a incerteza no Médio Oriente. No horizonte dos acordos secretos, das conversações e das pressões diplomáticas não se vislumbram ainda os resultados últimos da histórica viagem de Sadate a Israel.

Afastada a hipótese da congregação dos países árabes em torno das posições do sucessor de Nasser, um acordo bilateral, a ser assinado antes de Julho deste ano, parece ser o objectivo perseguido actualmente por Sadate e Begin. As dificuldades surgidas têm, no entanto, sido de tal ordem, que, como seria de esperar, o acordo só será possível à custa de concessões importantes. O problema palestiniano e a questão dos colonatos judaicos em territórios ocupados são os pontos fulcrais da divergência, tendo sido possível o acordo quanto ao princípio da divisão da península do Sinai em três zonas distintas, uma delas controlada pelo Egipto.

Mas o que está efectivamente em negociação entre Sadate e Begin?

São fortes os indícios de que o "plano de paz" tem como pressuposto principal a aceitação do domínio sionista na pátria palestiniana e a eliminação progressiva da resistência do povo da Palestina e da sua Organização de Libertação (O.L.P.). Pensado na Casa Branca por Zbigniew Brzezinsky, conselheiro de defesa do presidente Carter, o "plano" prevê a assinatura de um "acordo de paz" negociado directamente entre o Cairo e Jerusalém, a evacuação dos territórios egípcios ocupados, a troca de informações diplomáticas, a marginaliza-

ção da União Soviética, até agora parte interveniente nas tentativas de solução do conflito no Médio Oriente, e a neutralização da O.L.P. enquanto representante dos povos da Palestina ocupada.

Se a deslocação de Sadate a Israel provocou uma cisão grave no mundo árabe, a concretização do "acordo de paz" nos termos referidos significaria, certamente, a ruptura total no bloco árabe que até Novembro se opunha a Israel.

A formação da "frente de recusa", englobando as nações árabes intransigentes face a Israel, seguir-se-ia, tudo leva a crer, o agrupamento dos regimes árabes pró-imperialistas na base das teses americano-egípcias. O caminho estaria aberto para uma "nova ordem" no Médio Oriente, de consequências inevitáveis no equilíbrio de forças a nível internacional.

Indício claro de uma nova etapa de relações inter-árabes São notícias que circulam dando como acordado entre o Egipto, a Arábia Saudita, outros países árabes e Israel, desenvolvimento de uma acção coordenada de intimidação da "frente de recusa".

Nesta nova conjuntura, e seja qual for a evolução das relações de força, uma coisa é certa: a viagem de Sadate a Israel é um marco fundamental na história contemporânea do Médio Oriente. Amnon Kapeliouk analisa em "Abril", por especial deferência de "Le Monde Diplomatique", o que foi a viagem de Anwar Sadate ao território israelita.



BEGIN E SADATE — Um encontro histórico cujos resultados finais ainda estão longe de ser conhecidos.

amadurecida. Sabe-se que, ainda antes das eleições israelitas do mês de Maio, Sadat tinha dito a Bruno Kreisky, chanceler austríaco, que tinha intenção de fazer uma tentativa espectacular para fazer avançar a causa da paz e evitar uma nova guerra e que, se Shimon Perez, chefe do partido trabalhista, fosse eleito, iria directamente a Israel "sem quaisquer cerimónias". A chegada ao poder do Likoud foi, para Sadat, uma decepção, mas comportou-se como se nada tivesse mudado e esperou uma ocasião propícia à realização do seu projecto.

Entretanto, Sadat apercebeu-se que, a despeito das boas relações que mantém com os Estados Unidos, não é pago na mesma moeda, pois o presidente Carter, na elaboração da sua política, apoia-se cada vez menos no Egipto enquanto a Síria desfruta, em Washington, duma influência que lhe parece demasiado considerável. É assim que, apesar da hostilidade do Egipto ao princípio de uma delegação árabe comum à conferência de Genebra, os Estados Unidos subscreveram a proposta síria sobre este ponto. Por outro lado, quando da visita de Cyrus Vance ao Cairo, em Agosto último, o Egipto propôs-se reunir todos os ministros de negócios estrangeiros dos países interessados, incluindo Israel, mas a Síria opôs-se a este plano e os Estados Unidos aceitaram o ponto de vista de Damasco. Não sem azedume, o Egipto constatou que no xadrez inter-árabe um só factor, na ocorrência a Síria, pode paralisar todos os seus esforços.

A declaração americano-soviética de 1 de Outubro indicou claramente ao presidente Sadat que Washington deseja associar cada vez mais a União Soviética aos esforços com vista a uma solução do conflito, e isto numa altura em que as relações entre o Cairo e Moscovo se deterioram cada vez mais.

Perante esta evolução, o presidente Sadat julgou preferível que as duas principais forças da região — Egipto e Israel — tentassem encontrar elas próprias uma solução e fazê-la aceitar em seguida pelas outras. Neste capítulo, conviria realizar um gesto espectacular, com uma certa dramatização, que mergulhasse os parceiros na perplexidade. Assim nasceu a ideia que produziu um tal choque no mundo. O presidente Sadat explicou aos seus anfitriões israelitas que todas as querelas bizantinas o não interessavam e que o seu objectivo era tratar dos problemas num frente a frente directo, tanto quanto possível sem intermediários, sobretudo sem os soviéticos, mas também sem os americanos. Assim que as bases de um acordo estivessem deste modo elaboradas, poder-se-ia então convocar a conferência de Genebra para formalizar o acordo. Um dos jornalistas egípcios presentes em Jerusalém explicou: "Genebra é apenas uma fachada e as verdadeiras negociações far-se-ão paralelamente à conferência, ou antes dela". É este o sentido profundo da estratégia do presidente Sadat, como a explica o ministro egípcio dos Negócios Estrangeiros depois da visita a Jerusalém: "Os Estados Unidos deixaram de constituir a chave da solução do conflito porque agora as cartas estão nas mãos de Egipto e Israel". Os americanos manifestaram algum cepticismo quanto às hipóteses de sucesso da iniciativa do presidente Sadat mas este prevê que os Estados Unidos o apoiarão finalmente se conseguirem registar certos progressos nos seus contactos com os israelitas, e isto ainda que Washington se tenha empenhado em associar os soviéticos aos esforços baldados para um acordo no Próximo Oriente.

A atmosfera estava bastante tensa em Israel nas vésperas da visita. A primeira conversação Sadat-Begin começou por

trocas de opinião sobre os problemas cardíacos dos dois interlocutores. Depois passou-se aos problemas de fundo e, assim que Begin compreendeu as intenções do seu visitante, declarou: "Este dia é um excelente dia para Israel". Os dois homens estabeleceram, de imediato, relações de amizade. Não há dúvida de que Sadat teria preferido encontrar na sua frente um homem menos intransigente. Mas aceitou a realidade dos factos e foi com muito tacto que conduziu os seus contactos com os dirigentes do Likoud, sem um piscar de olhos para os sectores da opinião israelita que professam opiniões mais matizadas.

De resto, sejam quais forem as divergências entre os dois homens, é certo que possuem traços comuns. Em primeiro lugar, pode-se observar num e noutro um tom profundamente religioso. Depois, no plano socio-económico, Sadat liquidou o "socialismo" nasseriano enquanto Begin liquida o "socialismo" dos trabalhistas. No plano internacional, ambos são partidários dos Estados Unidos, nos quais vêm o símbolo da liberdade no mundo, mas encontram-se também no desejo comum de manter uma certa independência em relação a Washington. Finalmente, Sadat e Begin são anti-comunistas, e a hostilidade face à União Soviética constitui outra base comum. No convite que dirigira a Sadat, Begin tinha lembrado que nos tempos antigos, os seus dois países tinham estado aliados contra o "inimigo do Norte", e a sua alusão era transparente. De resto, depois das conversações de Jerusalém, o ministro da Energia, Itzhak Modai, teve o cuidado de salientar o facto de, no que respeita à atitude face à URSS como em relação a outros problemas, as posições israelitas estarem mais próximas das do Egipto do que das dos EUA.

São ainda numerosos os obstáculos no caminho de Sadat: oposição no mundo árabe e também, em menor escala, em certos sectores egípcios; atitude hesitante dos EUA e hostilidade de URSS, mas, acima de tudo, a atitude que adoptará o Likoud.

Até agora Israel só recebeu sem nada oferecer. Begin encontra-se actualmente perante uma decisão crucial: tornar-se o "de Gaulle israelita" ou permanecer o "Begin do grande Israel". A ausência de pressões no interior de Israel e fora dele podem conduzir a um impasse e, finalmente, a um fracasso, a mais importante iniciativa tomada desde 1948 com vista a um acordo de paz na região.

sará: um rastilho na África do norte

O Sará Ocidental, colónia espanhola até 1975 e desde então ocupado pelo Marrocos e Mauritânia, ameaça tornar-se um autêntico «rastilho» na África do Norte. A intervenção directa da França no conflito que opõe a frente de libertação Polisário aos exércitos ocupantes, e a crescente hostilização entre os governos de Argel e Rabat fazem prever uma rápida alteração dos equilíbrios nesta zona fulcral do continente africano.

O sinal mais nítido das intenções intervencionistas francesas, que são já claras aos olhos de todos, foi dado pelo bombardeamento, por aviões Jaguar, de uma coluna de combatentes da frente de libertação sariana em Dezembro último. Pouco tempo depois, Giscard d'Estaing encarava a hipótese de corte de relações com Argel, em resultado das posições argelinas contra a política norte-africana do governo francês.

No começo de 1978, e depois de quase dois anos de luta armada contra os exércitos ocupantes, o povo sariano e a Frente Polisario preparam-se para enfrentar talvez a fase mais dura do processo de libertação, quando os interesses imperialistas na zona, de que Giscard é fiel intérprete, enveredam pela acção directa e incisiva. O equilíbrio de forças na África do Norte está, pois, à beira da ruptura.

Mas como se chegou à situação actual?

Em Novembro de 1975, o Sará Ocidental, longa extensão de deserto com algumas centenas de quilómetros na faixa costeira ocidental da África do Norte, à latitude das Canárias, era uma das últimas colónias europeias na África, administrada desde há séculos pela Espanha.

Alvo das atenções dos regimes periféricos, o Sará é publicamente reclamado, em finais de 1975, pelo rei Hassan

do Marrocos que reúne 350 mil compatriotas na célebre "Marcha Verde", espécie de invasão pacífica do território sariano. A pretensão, tão explicitamente concretizada na prática, viria a ser correspondida pouco depois, a 14 de Novembro, pelo Governo espanhol que, em vésperas da morte de Franco, anunciava um acordo tripartido para a partilha da sua antiga colónia pelo Marrocos e pela Mauritânia, que passam a administrar, respectivamente, as regiões Norte e Sul do território. Em Janeiro de 1976, os últimos militares espanhóis abandonam o Sará, substituídos pelas tropas dos novos ocupantes.

É a partir daqui que se organiza de facto a luta de libertação do povo sariano. Criada em Maio de 1973, e sucedendo a um rol de grupos políticos favoráveis à independência mas sem expressão significativa, a Frente Polisario (Frente Popular de Libertação de Seguia el Hamra e Rio de Oro, designações das duas principais regiões do território) intensifica os combates, até então esporádicos, contra os exércitos ocupantes, atingindo de cada vez objectivos estratégicos mais importantes, muitos deles no interior dos territórios do Marrocos e da Mauritânia.

Simultaneamente, as populações abandonam as zonas urbanas, onde a ocupação estrangeira é um facto, e instalam-se em acampamentos primitivos nas áreas

do interior, onde se vai reforçando a resistência sariana, e também na zona fronteiriça do território argelino.

A proclamação em Fevereiro de 1976, da independência da RASD (República Árabe Sariana Democrática), actualmente reconhecida por dez países, é o corrolário lógico desta primeira e intensa fase de combates.

MARROCOS "VERSUS" ARGÉLIA

O eclodir da guerra no Sará veio tornar evidentes as contradições existentes entre os países integrantes do Magreb, unidade geográfica que nunca logrou alcançar a identidade política. A linha de ruptura passa essencialmente pelo Marrocos e pela Argélia. Ao ocupar parte do território sariano e dando livre curso aos seus propósitos hegemónicos, o rei Hassan de Marrocos colocou-se em confronto aberto com a Argélia, que sempre se declarou "parte interessada na resolução do "caso" Sará", sem que no entanto tenha sido contactada antes do acordo de partilha.

A consumação dos acordos de Madrid suscitou do regime de Boumedienne uma reacção pronta: o reconhecimento formal do direito do povo sariano à autodeterminação, e o apoio franco e aberto à Frente Polisario através do fornecimento de armamento e quadros militares, do refúgio territorial e da cobertura diplomática.

A ruptura entre os dois países viria a tornar-se quase definitiva apenas quando o rei Hassan, depois de uma série de ataques importantes da Frente Polisario,

anunciava oficialmente, em Novembro último, a sua disposição em usar do direito de perseguição das colunas sarianas em território argelino. A palavra de ordem estava dada para que o conflito não mais deixasse de se identificar, aproximando-se hoje da guerra aberta e internacionalizada.

QUE INTERESSES ESTÃO EM JOGO?

Mas, para além de tudo isto, o que está realmente por detrás do conflito no Sará? O que movimenta as forças em presença?

Os fosfatos, as pescas e a localização estratégica explicam, no essencial, o interesse da França, dos Estados Unidos e do Marrocos em evitar a independência do povo sariano sob um regime anti-imperialista.

O Sará Ocidental dispõe de cerca de 10 mil milhões de toneladas em reservas de fosfatos, produto fundamental para o fabrico de adubos, por sua vez básicos para a cultura dos cereais. A exploração criteriosa do minério é iniciada pela Espanha em 1962, data a partir da qual se sucedem os investimentos vultosos, as modernizações e os aperfeiçoamentos na extração e transporte. Em 1975, a empresa exploradora registava um lucro de 300 milhões de pesetas, equivalentes à exportação de 2,76 milhões de toneladas de fosfatos.

Depois dos acordos de Madrid, o controle das minas passa para o Marrocos que já era o terceiro produtor mundial de fosfato, depois dos EUA e da URSS. Adiantados estes dados, fácil é concluir



que o controle dos fosfatos por um regime sariano anti-imperialista, como o que a Frente Polisario pretende instaurar, seria uma poderosa arma de pressão política que abalaria seriamente o domínio do mercado alimentar pelas potências imperialistas, e o papel preponderante do Marrocos como "fornecedor passivo".

Por outro lado, há sérios indícios de que outras riquezas naturais do Sará (petróleo, urânio, ferro e cobre) estejam já referenciadas pelas centrais do poder económico. De outro modo, seria de estranhar que desde 1958 até à invasão das tropas do Marrocos e da Mauritânia, empresas multinacionais tivessem investido cerca de 600 milhões de dólares, por ano, no território.

Se tal não bastasse para aferir da importância do Sará no contexto internacional, uma breve análise da sua posição estratégica permitiria concluir que este território desértico, a meio caminho entre o Atlântico e o Próximo Oriente, às

portas do Mediterrâneo e em plena rota do petróleo, é um espaço fundamental para o controle de toda a África e do Médio Oriente, zonas cada vez mais determinantes na política internacional.

Por outro lado, do ponto de vista do bloco dos países progressistas e não-alinhados, de que a Argélia é um dos expoentes, a libertação do Sará representa um marco fundamental no próprio processo de libertação do continente africano. Depois das sucessivas derrotas do imperialismo na África Austral e em plena fase de reforço da oposição aos regimes de Vorster e Smith, a independência do Sará significaria vitória importante num terreno até agora controlado por regimes neo-colonialistas, instrumentos da nova política africana de França e dos EUA. A emergência de um regime progressista no Sará reforçaria, também, o bloco árabe liderado pela Argélia e pela Líbia, que se opõe às teses egípcio-americanas para a resolução do conflito no Médio Oriente.

Estas posições não devem, no entanto, confundir-se com os interesses soviéticos na zona, tanto mais que a política norte-africana do Kremlin tem surgido como muito pouco clara. Com efeito, ao reconhecimento formal do direito do povo sariano à autodeterminação, seguiu-se recentemente a assinatura de importantes acordos comerciais e industriais com Rabat, contemplando entre outros pontos, a troca de fosfatos marroquinos por petróleo soviético.

De registar também a aproximação gradual entre a China e a Mauritânia, um sinal mais da crescente importância da África do Norte e, por inerência, do Sará, nas políticas externas dos "grandes".

J.V.



FRENTE POLISARIO
- Dez mil homens em armas numa luta de libertação em pleno deserto



FORÇAS ARMADAS ETÍOPEAS – No Corno de África, um cartaz gigante de Engels e o apoio da União Soviética

Situada no “Corno de África”, lugar de confluência do Mar Vermelho e Oceano Índico, a Somália era dos poucos países africanos, onde as forças progressistas, nomeadamente o Partido Socialista Somali, tinham alcançado uma posição dominante, sólida sem dúvida, e aparentemente irreversível.

E, em boa verdade, nada nos garante que hoje já assim não seja. De facto, que saibamos, em política interna não houve até à data a mínima alteração. Siad Barre, com o Partido Socialista, continua à frente dos destinos do país. Nenhuma depuração foi anunciada e, em princípio, a ruptura das relações de cooperação com a URSS não pode por si só levar-nos a outra conclusão.

É óbvio que esta ruptura não conduziria necessariamente a alterações significativas na política interna, não fosse o enquadramento em que se processa, marcado pela luta entre dois regimes que jogam no campo de batalha a sua soberania.

Nestas circunstâncias porém, a Somália poderá, não muito dificilmente, resvalar para o campo oposto. E disso uma boa parcela de culpa caberá à União Soviética. Aliás, quando esta exige que Siad Barre retire as suas forças das províncias

de Ogaden ocorre mesmo perguntar se não teria apoiado as pretensões da Somália no tempo em que na Etiópia reinava Hailé Selassié.

Mas poderá isso justificar uma tal viragem por parte da Somália? Convém, a propósito lembrar que, quando o embaixador soviético transmite a “mensagem” de Moscovo, Siad Barre pergunta, “como poderia ele explicar tal coisa ao povo do seu país?”. À falta de resposta, Siad Barre põe fim às relações de amizade e cooperação entre os dois Estados. Expulsa os técnicos soviéticos, corta relações com Cuba, e tudo isso lhe foi relativamente fácil explicar. Mas se muda agora de política, se inverte mesmo o rumo que lhe tem imprimido, se luta amanhã por objectivos contrários aos de hoje, como explicará então Siad Barre tudo isso ao povo do seu país? E aos países amigos? E às forças do mundo inteiro que o têm vindo a apoiar?

Não lhe será fácil! Pela nossa parte esperamos que Siad Barre não venha no futuro a ver-se em tais apuros. Esperamos!, mas estamos bem longe de ser optimistas! É que Siad Barre deu já alguns passos que deixaram apreensivas, as forças progressistas em geral e, sobretudo, aos países de África que contavam com a

Somália

Somália para as grandes batalhas contra o imperialismo. Efectivamente a inversão do processo somali, à semelhança do que sucedeu no Egipto e no Sudão, o seu deslize para o campo ocidental, o abandono das posições revolucionárias, parece hoje um perigo real. Um país como a Somália, com uma posição estratégica importante, num ponto do globo em constante efervescência, onde grandes escaramuças se prevêem num futuro mais ou menos próximo, está evidentemente debaixo da mira dos EUA.

E ser-lhe-á difícil, uma vez aceite um largo auxílio militar e económico, libertar-se da tutela americana, que mesmo incómoda, é aquela que, em última instância, sustenta agora Siad Barre.

DA COOPERAÇÃO À EXPULSÃO

Em 1974 a Somália e a URSS concluem um tratado de amizade e cooperação na sequência do qual a Somália recebeu apoio nos diversos sectores da vida nacional, com predominância nos sectores económico e militar. Numerosos técnicos civis actuaram em diversos projectos de cooperação, nomeadamente na construção e manutenção de fábricas, numa barragem ao sul do país e, sobretudo, no sector das pescas – onde os soviéticos efectuaram a conversão dos nómadas em pescadores e onde todo o material, desde os barcos aos anzóis, foi fornecido pela União Soviética.

No sector militar estiveram presentes mais de cinco mil técnicos e conselheiros, além de que a maioria do equipamento e material bélico era também de origem soviética.

Por sua vez, nos termos do mesmo tratado, a União Soviética beneficiava de facilidades aéreas e navais que lhe permitiam uma posição privilegiada na região do “corno de África” e nos mares vizinhos: Mar Vermelho a norte e Oceano Índico a oriente.

Mas não só com a Somália a URSS vinha mantendo cooperação tão importante. Efectivamente, com a subida ao poder do tenente-coronel Mengistu, a URSS efectuou acordos de cooperação com a Etiópia – cooperação esta, aliás,

«mudar de rumo»?

que ia aumentando enquanto diminuía com a Somália.

Por seu turno entre os dois vizinhos, Somália e Etiópia, que possuem uma extensa fronteira em comum, desde há muito que as relações não eram as melhores. Mormente, e em especial, porque ambos os países reclamam para si a província fronteiriça de Ogaden. Neste sentido, em 20 de Julho do ano transacto, a Somália, aproveitando um período de grandes conflitos internos na Etiópia, lança uma ofensiva militar naquela província. É a guerra entre os dois amigos de Moscovo que se arrasta ainda hoje. E é aqui que vamos encontrar pelo menos as causas próximas da rotura Somália-URSS.

UNIÃO SOVIÉTICA CONTRA "NACIONALISMO ESTREITO"

Com efeito, em Novembro último, a

URSS, interessada na resolução do conflito, envia, através do seu embaixador em Mogadixo, uma mensagem ao Chefe de Estado Siad Barre exigindo que as tropas somalis evacuem rapidamente Ogaden e que a Somália se abstenha de se intrometer na política interna da Etiópia. Para isso invoca a URSS duas grandes razões. Primeira, a de que não pode permitir que as armas por ela fornecidas a um país, para que ele consolide as suas posições contra o imperialismo, sejam utilizadas para atacar outro país progressista e revolucionário como a Etiópia, e muito menos no momento grave que aquela atravessa.

Segunda, a de que a Somália deveria pôr de lado aquilo a que a URSS chama de "nacionalismo estreito", abdicar de Ogaden e conciliar-se com a Etiópia. Formar mesmo uma Confederação. Tudo is-

to em nome de uma estratégia global anti-imperialista.

Quanto a nós esta exigência teria sido no mínimo uma atitude muito pouco prudente por parte da União Soviética, que no entanto nunca esteve disposta a rever a sua posição.

Entretanto Siad Barre não se conforma e muito menos perde tempo: denuncia imediatamente os acordos de cooperação e amizade, ordena a expulsão dos técnicos e conselheiros soviéticos e informa a URSS de que deverá mesmo reduzir o pessoal da sua embaixada. Retira-lhe todas as facilidades militares, e corta ainda relações com Cuba, que prestava também algum apoio no sector da saúde.

Não satisfeito ainda, recebe cinco dias mais tarde em Mogadixo uma Delegação da Comissão das Forças Armadas e da Câmara dos Representantes dos EUA, com quem discute a situação militar na região. O chefe da delegação interrogado, após a visita, sobre um possível comprometimento americano, e nomeadamente sobre um eventual fornecimento de armas à Somália, diria que ainda era cedo para fazer declarações a tal respeito. Jim Carter não tarda porém a dizer algures que a situação no "corno de África" constitui um problema que lhe requer a maior das atenções. Pelas mesmas alturas, em ocasião diversa, Siad Barre haveria de afirmar que a Somália continuaria empenhada na luta anti-imperialista e que não esqueceria toda a ajuda que a União Soviética lhe havia prestado. Contudo não se absteve de pouco depois, no final de Dezembro, desembarcar no Irão, conhecida ponta de lança do imperialismo americano, a pedir auxílio militar para as tropas somalis que combatem em Ogaden. E não poderia escolher melhor altura para a viagem, (já que indirectamente o auxílio que pedia era aos EUA) que não fosse dois dias antes de o próprio Jim Carter se deslocar também àquele país.

Tudo parece pois indicar que a Somália já escolheu, ou está prestes a escolher, os seus novos parceiros. Esperemos porém que possam acudir-lhe ainda alguns dos seus velhos amigos - Ou ignorará a Somália o preço a que os EUA vendem a sua misericórdia?



Siad Barre
e Podgorny em 1974
- Depois dos sorrisos,
a ruptura.

convenção da esquerda socialista e democrática

“Contribuir para a construção de uma sociedade sem classes, onde o poder democrático dos trabalhadores seja a expressão autêntica da vontade popular”; “orientar a sua acção por uma interpretação viva e criativa do marxismo, recusando qualquer forma dogmática e esclerosante de pensamento”; “contribuir para o desenvolvimento da consciência socialista dos trabalhadores e da sua autonomia de pensamento por forma a que sejam intervenientes activos no processo de transformação da sociedade” — são estes, em síntese, os objectivos dos 650 militantes que participam na Convenção da Esquerda Socialista e Democrática, marcada para o próximo fim-de-semana, em Lisboa. Assim se concretiza, também, um projecto político que, dentro e fora do Partido Socialista, “procurava dotar a esquerda portuguesa de um instrumento organizativo capaz de fugir às tradicionais tentações dessa mesma esquerda — a social-democracia e o estalinismo”.

Não se trata, porém, de um projecto político que se define apenas pela negativa. Em múltiplas reuniões realizadas por todo o país, os delegados e comissões de apoio à Convenção discutiram intensamente as bases programáticas do futuro movimento político, e propuseram muitas emendas aos textos enviados pela Comissão Nacional organizadora. A própria Convenção, que iniciará os seus trabalhos na manhã do dia 28, depois de analisar todos os problemas da situação portuguesa actual — da política externa ao ensino, passando pela cultura e a reforma agrária — deverá apresentar uma alternativa positiva para a dupla crise do nosso país (crise da economia e crise do projecto socialista).

TRÊS MESES PARA MOBILIZAR TODOS AQUELES QUE, EM PORTUGAL, SE BATEM PELO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

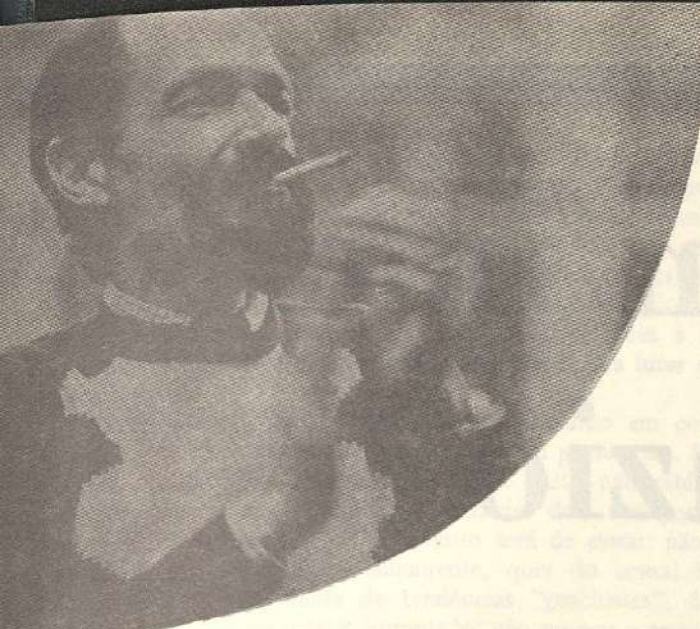
Fazendo, sumariamente, a história desta Convenção, poderemos dizer que “tudo” começou em 29 de Outubro de 1977, “pois foi nesse dia em que Coimbra — e perante a traição, cada vez mais insuportável, da actual direcção do P.S. — 250 militantes do partido socialista (80 dos quais inscritos na Fraternidade Operária) decidiram romper com o

seu partido e constituir, o mais depressa possível, um novo movimento político”. Formou-se então uma Comissão Nacional (composta, entre outros, por Lopes Cardoso, Káldas Barreto, Rui Polónio Sampaio e Vital Rodrigues), encarregada de estudar as modalidades de lançamento do novo movimento.

No espaço de três meses “a ideia mobilizou todo o esforço daqueles que em Portugal se batem pelo socialismo democrático”, e as adesões começaram rapidamente a aparecer — do interior do P.S., evidentemente; mas também de muitos dirigentes sindicalistas (que constituem cerca de 30 dos delegados à Convenção), e de militantes, ou ex-militantes, de organizações políticas da extrema-esquerda (é o caso, por exemplo, de muitos militantes que passaram pela Base-Fut, MSU — e até pelo PC — e que agora se encontram num projecto de União da Esquerda Socialista e Democrática, tal como ele é definido pelos promotores da Convenção).

UM GRANDE ACONTECIMENTO

Seiscentos e cinquenta delegados, vindos de todos os distritos do país e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; mil convidados, destacando-se, entre eles, os militares do 25 de Abril e as representações da C.G.T.P.-Inter, PCP, PS, UDP e Base-Fut; observadores dos movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas e de vários partidos políticos europeus (PCE e PSP, de Espanha; PSF, PCF e PSU, de França; PCI, PSI e PDUP, de Itália; e movimentos outros, da Grécia, Noruega e Alemanha Federal); um grande comício, aberto ao público, na noite do dia 29 — pelas esperanças que suscita, pelo movimento que já conseguiu gerar à sua volta, a Convenção constitui, inequivocamente, um acontecimento de primeira importância.



convenção da esquerda socialista e democrática

Assiste-se hoje, quase quatro anos após o 25 de Abril, ao rearrumar das forças políticas, não tanto em função das proclamações de princípio, das profissões de fé programáticas, mas daquilo que foi, ao longo desses quase quatro anos, a prática dessas mesmas forças. Isto porque lhes não é mais possível esconder por detrás dos discursos a sua verdadeira natureza, os seus reais propósitos. O povo português pode julgá-las hoje — e julga-as — não já através das palavras mas dos actos.

Vai distante o tempo em que, na euforia da libertação, empurrados pelo movimento popular, aos políticos não restava outro caminho que não fosse o de tentarem, por uma forma ou outra, assumir o desejo de transformação profundamente sentido — mesmo quanto não claramente objectivado — pela grande maioria dos portugueses.

Assumir esse desejo de transformação, para melhor o “domesticar”; empunhá-lo como bandeira, para melhor o colocar ao serviço, não de um esforço colectivo de modificação da sociedade, mas, ao invés, de um trabalho persistente — e voluntariamente obscuro — de contenção de tudo quanto de novo o movimento popular comportava, terá sido o propósito — e tal vez a única solução — dos que compreendiam que “era urgente mudar qualquer coisa para que tudo ficasse na mesma”, dos que, empenhados embora na democratização das instituições, a entendiam apenas como a simples alteração das “regras de funcionamento” da sociedade capitalista.

Hoje, as máscaras caíram. Os verdadeiros objectivos de cada um vieram à tona, o significado dos diferentes discursos tornou-se perceptível aos olhos de todos. A situação vai aos poucos clarificando-se e, se é pesado o preço dessa clarificação, se ela representa o desfazer de muitas ilusões, se esse preço comporta a desmobilização de muitos trabalhadores perante a traição de que, legitimamente, se sentem vítimas, constitui, também, um passo essencial para que se não confunda a traição de uns quantos ao projecto político de que se reclamaram, com a falência desse mesmo projecto.

É neste quadro que a Convenção da Esquerda Socialista e Democrática tem lugar. Resultado da iniciativa de algumas centenas de militantes socialistas, a sua realização responde, não apenas à vontade desses militantes, mas a uma necessidade real de reorganização e reagrupamento daqueles que permanecem empenhados no combate pela democracia socialista.

Cinquenta anos de ditadura ao serviço da exploração capitalista fizeram compreender ao povo português, não apenas o valor da liberdade, mas, mais do que isso, que a liberdade é incompatível com a opressão económica. Assim se explica o ímense sucesso que o projecto de “socialismo em liberdade”, assumido pelo Partido Socialista encontrou junto dos trabalhadores.

Que esse projecto tenha sido traído não pode significar a sua falência.

Admiti-lo, seria admitir que os socialistas deveriam renunciar ao socialismo.

Se muitos persistem em proclamar-se socialistas quando a mais elementar honestidade política e intelectual os deveria levar, tendo em conta a sua acção quotidiana, a dissolverem os “seus partidos socialistas” e a integrarem-se em partidos capitalistas, será isso motivo para que os outros renunciem ao socialismo?

Se assim o pensasse não estaria entre aqueles a quem coube a iniciativa da Convenção.

Ao contrário, tal facto veio tornar mais urgente ainda a definição clara de um projecto de democracia socialista, mais necessária a constituição de um Movimento político que não contradiga com a sua prática o essencial desse projecto.

Ao longo dos anos que passaram desde o 25 de Abril houve um acumular de experiência política por parte dos portugueses que não se compadece já com as indefinições programáticas, nem com os discursos meramente enunciadores de princípios gerais mais ou menos generosos mas pouco claros e, sobretudo, bem organizados para, sendo bem aceites, pouco vincularem quem os profira a posições concretas.

O próprio vocabulário político do quotidiano se enriqueceu e diversificou. Novas figuras entraram na linguagem, novos conceitos tomaram forma, novas entidades assumiram corpo: podemos dizer, e passe a ironia, que ao nível do país político, das ideias, das próprias contradições, Portugal já entrou na Europa, enquanto os dirigentes políticos continuam, provincianamente, como Marcelo Caetano, a discutir, a desejar e a temer essa entrada.

Os portugueses viram com alegria no 25 de Abril a sua libertação. Sentiram-na e viveram-na profunda e apaixonadamente.

Mas cedo perceberam pela brutalidade das reacções dos “seus amigos” que não existiam sós, que estavam integrados num mundo mais vasto.

A dureza de muitas experiências, o entusiasmo com que nelas se lançaram, os sacrifícios que muitos aceitaram, o esforço de elaboração teórica em que, muitas vezes sem o saberem explicitamente, se empenharam, deram-lhes armas insuspeitadas para se baterem na dura luta que se anuncia.

É nossa tarefa aproveitá-las e mobilizá-las. Se o conseguiremos, ou não, o tempo o dirá.

A nossa esperança é, porém, imensa — à medida das nossas ambições.

E se partimos com menos ilusões do que outrora, partimos com valores mais seguros e com a mesma determinação de sempre.

A luta pelo socialismo é longa. A vitória será dos que não abandonam e não traem.



um imenso vazio

A História vai refazendo o significado dos acontecimentos. Mas, na objectividade possível de quem contempla os últimos quatro anos, parece incontestável que o espírito dos capitães de Abril e do povo de Abril, que voltou a descer às ruas, em multidão eufórica no 1.º de Maio de 1974, não era o do capitalismo liberal. Após a longa estagnação obscurantista (cujas "pesada herança", expressão infelizmente merecida, se traduziu na não-resolução dos problemas, na situação de subdesenvolvimento económico e de subdesenvolvimento intelectual que veio à tona nos últimos quatro anos) eram realmente a justiça e o progresso mediante o socialismo aquilo a que a parte mais viva ou mais consciente da nação portuguesa aspirava. No período revolucionário do pós-25 de Abril, quer dizer, até 25 de Novembro de 75, assistimos a uma explosão, a uma verdadeira convulsão, aliás compreensível, dado o abalo sofrido e a carência de estruturas capazes de lhe resistir; foi a fase do entusiasmo e de nas, generosidade, do oportunismo de outros; da parte dos vencedores uma grande esperança, da parte dos vencidos um ressentimento venenoso; boicotando-se mutuamente, injuriando-se mutuamente, os contendores prolongaram por ano e meio a situação dilemática em que estremeceu o país, e o jogo das forças era meio oculto e transcendia-nos, porque envolvia grandes interesses internacionais; mas foi então que, graças sobretudo à iniciativa da gente do povo, que tantas vezes se antecipou aos partidos, se realizaram as surpreendentes conquistas da Revolução, insuficientemente lembradas, porque não foi só a Reforma Agrária, não foram só as nacionalizações, muita coisa mais se fez, criando motivos de esperança, de confiança. Entretanto, o condicionalismo já apontado, erros cometidos, a tensão insuportável em que se vivia, todas as semanas à beira da guerra civil, tornaram inevitável o 25 de Novembro; entrou-se numa segunda fase, observou-se uma progressiva distensão, tentou-se uma atmosfera de convivência, houve decisões, sem dúvida, positivas; mas o 25 de Novembro, à luz do que se passou até hoje, ganhou um sentido em larga medida negativo, decepcionando provavelmente alguns dos próprios triunfadores.

Ao entusiasmo sucedeu o cálculo, à generosidade o egoísmo, as ambições de cada um, o anticomunismo por más razões (que também as há plausíveis), a prudente brandura perante a violência criminosa. O povo, reprimido, foi-se apagando, os actores em cena passaram a ser os políticos profissionais. A burguesia, embora ainda insatisfeita, foi recuperando terreno, palmo a palmo, com firmeza. Instalaram-se o manobristo, a arteirice, apurou-se o virtuosismo das pugnas verbais, multiplicaram-se, na sombra, as combinações suspeitas, as cumplicidades. Terreno propício à corrupção. Numa palavra: voltou a florescer o advocacismo que Marmelo e Silva, há muitos anos, definia assim numa novela: "O advocacismo tem argumentos, tem leis. No poder, ou na oposição, o advocacismo impõe-se, agarra, esbulha. Vejam-no em

arengas públicas: advoga um socialismo urgente, arroga-se o exclusivo de gritar, de candidatar-se, de vencer. Porém, na vida prática, que faz? Esquecido de todas as necessidades do povo, sem planos, sem sacrifícios, ei-lo ao serviço do capitalismo mais sórdido, mais inumano, menos social". Os sinais de mal-estar notam-se particularmente na juventude, e há quem pense que a repressão pode resolver o problema, sem ver que as raízes da doença estão num enorme vazio: falta um projecto nacional que mobilize os espíritos — a democracia parlamentar não chega, o longínquo Mercado Comum também não —, a fenda é preenchida com a droga, os actos provocatórios, a proclamação de mitos monstruosos dum passado que os jovens ignoram.

Os partidos da direita propuseram há pouco a obrigatoriedade do voto; é que têm consciência do progressivo desinteresse dos cidadãos, consequência do descrédito em que caiu a palavra dos políticos, da náusea que provocam regateios intermináveis e jogos de bastidores. Quando Salazar afirmava que a maior realização do Estado Novo não eram as estradas nem a restauração dos castelos mas sim a reforma da mentalidade portuguesa, ninguém acreditava, nem decerto ele próprio; ainda assim impressiona a rapidez com que se tornou a cair nos vícios do parlamentarismo da 1ª República. A comédia é demasiado evidente, já não existe o pudor da contradição quotidiana, o interesse nacional é examinado à luz dos interesses partidários, o povo sente-se logrado, gozado, e retribui, se pode, na mesma moeda: vai-se resignando — que remédio! — ao espectáculo da *dolce vita*, enquanto não chega a bancarrota. Não quero carregar demasiado as tintas. Todavia, na consciência colectiva, parece crescer a angústia que se procura iludir ou adiar.

Então que resta fazer? Que resta fazer aos que amam sinceramente o seu país, e não deixam de acreditar nas possibilidades de o homem instituir uma sociedade mais justa, mais humana e mais fraterna?

A degradação da imagem dos partidos não convém à democracia. Esperemos ainda que, dentro de cada partido, se proceda à necessária transformação (ou substituição) de homens e de métodos. Mas a existência dum espaço por preencher no xadrez político português torna-se mais flagrante de dia para dia. A projecção conseguida em pouco tempo pela União da Esquerda Socialista e Democrática veio demonstrá-lo: este movimento constitui, na altura própria, uma resposta a uma situação real. E uma das suas primeiras funções deverá ser de natureza político-pedagógica: dar um exemplo de patriotismo, de civismo, de seriedade, de coerência entre uma acção e um programa, de criatividade, de espírito crítico, de sincera vontade (vocação) de diálogo.

O socialismo em liberdade foi a dissolução do socialismo em banho-maria. Precisamos de o substituir por uma fórmula menos equívoca: a liberdade pelo socialismo.

Disse: na altura própria. Porque o derrotismo de umas tantas pessoas de esquerda me parece insensato. Os próprios jornais de esquerda concorrem, às vezes, para esse derrotismo, evoluindo episódios isolados, dando a impressão dum avanço inelutável das forças reaccionárias. Ora a direita, quer pelas profundas transformações operadas neste país quer pelo contexto internacional, tem ainda enormes dificuldades à sua frente. Neste momento, há muito mais razões para lutar que para desistir.

Mas é preciso intervir lucidamente, tomando em conta todos os factores da dinâmica político-social portuguesa. Se a UESD se converter em partido, o seu êxito não está de antemão assegurado. Permito-me enunciar dois dos perigos que, na minha opinião, o Movimento terá de evitar: não se demarcar suficientemente, claramente, quer do actual P.S. quer do P.C. quer ainda de tendências "gauchistes", dum anarquismo mais ou menos formulado; não superar o ressentimento, a indignação, quaisquer complexos pessoais de militantes que sejam dissidentes de outros partidos. Por outras palavras: exige-se de todos os aderentes um esforço de convergência para a criação dum partido que seja uma realidade nova,

indispensável, decisiva, na comunidade nacional. Esse esforço visará a coesão e a disciplina necessárias na diversidade que também desejamos (o que a própria disciplina servirá) para que a UESD seja um movimento para o futuro, em que a política pressuponha cultura, isto é, não o decalque de já feito e do já dito, mas crítica e criatividade, para em cada momento se descobrir e propor a solução justa e oportuna. Sophia de Melo Breyner Andresen escreveu um dia: "Quando a palavra da poesia não convier à política, é a política que deve ser corrigida". Muitas decepções lhe estariam (nos estarão) reservadas. De qualquer modo, julgo-me de acordo com ela, entendendo poesia, lato sensu, no sentido daquele impulso criador, a um tempo estético e ético, de quem o povo nos dá exemplo. O poeta — não é verdade, Sophia? —, se autêntico, na obra e na vida, tem muito de lavrador e muito de operário.

o novo movimento e o poder democrático dos trabalhadores

A experiência recentemente vivida pelos trabalhadores portugueses permitiu-lhes que duvidem de tudo o que representa meias palavras.

É pois por que entendemos que a definição de qualquer política de trabalho tem que passar por afirmações sem quaisquer espécie de ambiguidades.

A política de trabalho que defendemos tem que se identificar com os interesses dos trabalhadores, dentro do espírito do crescimento harmónico dos vários sectores produtivos e das diversas regiões.

A política que preconizamos visa, naturalmente, a apropriação colectiva dos meios de produção. Entendemos porém que até chegarmos a essa fase, a transformação democrática da sociedade e o período de transição para o socialismo, exigem a definição de uma política de trabalho que tenha em conta a realidade do período que atravessamos.

Devemos, portanto, defender e incentivar todas as iniciativas que visem a afirmação da personalidade dos trabalhadores, o reforço da sua unidade e da sua independência face ao Estado, Igreja ou partidos políticos, articulando sempre com a existência constitucionalmente reconhecida de três tipos de propriedade: privada, social e pública.

Compete-nos assim defender, nomeadamente, o controlo operário, as empresas em autogestão, as cooperativas, as unidades colectivas de produção. Tudo o que conduza à efectiva unidade dos trabalhadores, à sua participação na definição das grandes linhas de orientação económica e na elaboração da legislação do trabalho.

Com efeito, sem uma participação efectiva dos trabalhadores jamais daremos passos em direcção à sociedade socialista; daqui que seja importante o respeito pelo que constitucionalmente está estabelecido, nomeadamente quanto ao controlo operário — cooperativas, etc.

Consideramos pois que as formas organizativas dos trabalhadores portugueses nascidas da sua experiência após o 25 de Abril, devem ser conservadas e aprofundadas, mas, para além disso, devem ser protegidas por legislação eficaz contra todas as tentativas para as integrar no sistema capitalista ou para as tornar inócuas.

O nosso projecto político rejeita pura e simplesmente a cogestão e defende a autogestão como forma de organização social mais apropriada à exigência de liberdade e de responsabilidade dos trabalhadores.

A construção da sociedade socialista em que estamos empenhados há-de ser obra dos trabalhadores organizados e será alcançada através de transformações estruturais capazes de conduzirem a um modelo de sociedade e de civilização diferente daquele que nos foi legado pela sociedade e pela cultura capitalistas e que marcarão a transição para o socialismo. Transição que corresponderá a um processo de coexistência dinâmica e conflitual entre a permanência de formas diversas de dominações próprias das sociedades capitalistas e a afirmação de formas organizadas a vários níveis e planos do poder democrático dos trabalhadores.

Entendemos que a sociedade socialista é aquela que é gerida por todos os trabalhadores, negando por isso como tais as que assentam em estruturas rigidamente hierarquizadas, e onde apropriações dos meios de produção e troca é social e não exclusivamente do Estado.

Lutaremos por isso, certos que "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

KÁLIDAS BARRETO

directrizes para uma política cultural

1. Um projecto cultural democrático e socialista deverá pretender, não uma democratização da cultura, mas uma **democracia cultural**: isto é, não se trata de partir de um património cultural a distribuir de modo mais ou menos justo pelos indivíduos, mas de criar as condições (económicas, políticas, sociais e culturais) para que cada indivíduo participe na criação da sua própria cultura definindo-a no seu âmbito, funcionamento e objectivos. Por outras palavras: uma política cultural socialista dá aos homens o máximo de meios para que eles possam em conjunto escolher os seus próprios fins.. Neste sentido, a cultura não é nem um **instrumento** de consciencialização e transformação político-social (a cultura reduzida a instrumento converte-se em trabalho de propaganda), nem um **complemento** de prestígio para envolver um projecto político — mas sim o **horizonte último** de qualquer programa de alteração radical de uma sociedade.

1.1. Não há, portanto, projecto cultural que não vise a criação de uma sociedade de homens livres e participantes. Democracia cultural significa que progressivamente uma política de cultura deverá contribuir para a passagem de uma democracia formal para uma democracia real. O cumprimento de tais objectivos implica apoio e intervenção do Estado. Mas a sua realização exige que nunca se pretenda impor qualquer filosofia oficial, qualquer directriz ideológica ou qualquer estética dominante na actividade criadora e divulgadora.

1.2. Na medida em que uma política cultural pretende fomentar o desenvolvimento do espírito crítico e da capacidade criadora, o gosto pela descoberta e a rejeição da mentalidade dogmática, qualquer programa que se defina é sempre um programa aberto e em redefinição constante: é através dele e da prática de liberdade que nele se produz que uma sociedade se inventa a si mesma.

1.3. Na medida em que uma política cultural atravessa como horizonte último toda uma prática política, ela não deverá circunscrever-se à actividade de um departamento governamental, mas estar presente como componente fundamental no projecto global de um Governo. Cabe ao departamento responsável pela cultura orientar e coordenar tudo o que respeitante à cultura se processe através dos outros departamentos governamentais.

1.4. Um programa cultural socialista não pode ignorar que as condições de vida e de trabalho condicionam em cada homem a sua disponibilidade para uma participação cultural. Nesse sentido, não há política cultural possível que não tenha prioritariamente em conta a transformação das condições concretas de trabalho, de transporte, de habitação e de ocupação dos tempos livres.

1.5. Uma política cultural socialista não poderá promover a cultura como universo autónomo separado do viver quotidiano dos indivíduos. Nesse sentido, tal política cultural deverá desenvolver-se a partir de dois lugares fundamentais: o **local de trabalho** (através da actividade de comissões de trabalhadores) e o **local de habitação** (através da actividade de comissões de moradores e outros núcleos de criatividade popular). Por outro lado, é necessário ter-se em conta as várias camadas

de população: devemos definir uma política cultural para as crianças e adolescentes, uma política cultural para a terceira idade, uma política cultural para os deficientes.

1.6. Não se trata de propor uma cultura para um público médio, mas criar as condições para o desenvolvimento de uma **pluralidade** de práticas culturais comunicantes entre si. Não se trata de reduzir a cultura a uma só dimensão, mas de incentivar a **pluralidade** de dimensões inerentes a uma prática cultural democrática: a cultura no sentido antropológico (como afirmação de uma identidade étnica e histórica), a cultura no sentido ético-cívico (como forma de propagação e enraizamento de determinados sistemas de valores) e a cultura no sentido estético-libidinal (como alteração radical das estruturas da subjectividade e invenção colectiva que a sociedade vai fazendo de si mesma).

1.7. A cultura numa perspectiva socialista não é uma cultura proletária. A cultura proletária é a mobilização ideológica que o proletariado faz para combater os efeitos ideológicos da cultura burguesa; existe na dependência desta. A cultura revolucionária é o horizonte da sociedade sem classes inscrito e configurado no espaço da cultura.

1.8. Um projecto cultural socialista deverá articular cuidadosamente o pólo da participação e o pólo da divulgação, o pólo da vanguarda e o pólo da comunicação. Falhar qualquer deles é falhar a totalidade do projecto.

1.9. Um projecto cultural socialista deverá considerar os vários aspectos de uma **blocagem cultural** que se verifica nas sociedades industriais: seja pelo empolamento de formas de consumo que levam a uma completa indisponibilidade cultural, seja pelo apego a formas de pseudo-cultura veiculadas através da televisão, do cinema, da rádio ou da literatura. Um projecto cultural socialista deverá considerar não apenas o alargamento do público cultural, mas também a existência de um **não-público** constituído por todos aqueles que no interior de uma sociedade existem de facto como **não-cidadãos** (seja pela ausência de condições económicas e sociais que permitam qualquer sensibilidade à dimensão cultural, seja pelo condicionamento provocado por formas comercializadas de pseudo-cultura, seja pela recusa que se verifica em certos meios ou grupos etários de qualquer forma de integração cultural). Criando formas de aproximação e comunicação com o não-público, uma política cultural deverá fornecer-lhes instrumentos de contestação e meios de participação.

1.10. Uma política cultural socialista deverá não ter nem uma concepção demagógica da distribuição cultural (é um erro dar ao público aquilo que ele pede na medida em que ele pede em função do que anteriormente lhe foi dado), nem uma concepção dogmática (não se pode estabelecer a priori um quadro de valores ideológicos e políticos de que a cultura deverá ser manifestação e ilustração), nem apenas uma concepção culturalista (não basta divulgar o melhor das várias modalidades de cultura), mas uma **concepção dialéctica**: que vise activar a rotação do ciclo cultural (entre consumo e produção) e estabelecer formas de comunicação e interacção entre os vários níveis, frentes e dimensões da prática cultural.

esquerda: como é? donde vem? para onde vai?

Que significa «ser de Esquerda»? Que existe de impreciso, de fluido, de ideológico, de mistificador nesta noção? Mas que existe também nela de evidente, apreensível, insubstituível? Uma política «de Esquerda» é algo de politicamente rigoroso? Poderemos falar numa sensibilidade «de Esquerda»? Quais os contornos desta expressão? E — se o sentido dum palavra é o conjunto dos seus usos — qual o significado dos usos da palavra «Esquerda»?

E ainda: donde vem aquilo a que chamamos Esquerda? De que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas? Para onde vai? Haverá hoje uma crise na Esquerda? Haverá uma «velha Esquerda» e uma «nova Esquerda»? Quais as relações entre os grandes problemas da Esquerda contemporânea e a situação da Esquerda em Portugal? Onde se poderá considerar que começa e acaba a Esquerda portuguesa?

Estas foram algumas das perguntas que pusemos a nós próprios ao delinear o projecto de ABRIL. Decidimos partilhar com outros as nossas dúvidas, dificuldades e perplexidades. Daí este inquerito. Começamos hoje a publicar as primeiras respostas. E prosseguiremos em números seguintes.



No tempo
de esquerda
unida...

Fernando Belo Teresa Joaquim

Antes do "que fazer?" e do "como fazer?", uma questão de fundo se põe à Esquerda portuguesa: a de saber se, sim ou não, o povo é de esquerda.

"Esquerda" é termo de assembleia legislativa burguesa, como se sabe. Aí se esgota o seu significado, correlativo do de "direita": adentro da cena do poder (económico, político, ideológico) dum sociedade industrial capitalista. Esta cena centra-se em S. Bento, mas obviamente que desses muros se alarga a outros: mas sempre muros, são os limites da cena. Tal sociedade apresenta hoje estruturas extremamente complexas e de dimensão cada vez mais agigantada, exigindo saberes altamente especializados e sofisticados, saberes sobre tais estruturas em ordem à sua manipulação: técnicos variados, económicos, de gestão, políticos, burocráticos, jurídicos, pedagógicos, literários, jornalísticos, etc. Tais saberes (competências, como se diz) permitem aos que os "possuem" (trata-se de "propriedade", de facto) situarem-se na cena do poder, num lugar determinado de poder.

Os "competentes" da Esquerda dão

respostas (parcialmente) diferentes das que dão os "competentes" da Direita, mas aos mesmos problemas de poder. Dum lado e doutro, esses problemas são postos em conceitos e em números nacionais, globais, ou seja, do ponto de vista do poder de Estado capitalista: conceitos e números concentram o saber da estatização e da burocratização do país (a crítica que a Direita faz nesse sentido à Esquerda, de que esta leva à burocracia e ao totalitarismo, é perfeitamente hipócrita: é o modelo industrial gigantesco que implica burocracia cada vez maior a Leste como a Oeste, as multinacionais também são "Estado" e totalitárias, como se sabe).

O pouco que conheço do povo, dos que trabalham, mostrou-me que também estes têm saber próprio, mas empírico: o que resulta do seu fazer (nas oficinas das grandes ou pequenas empresas, nos campos que cultivam, etc) e do seu consumir (nas suas casas). Falta-lhes os saberes relativos às tais grandes estruturas que ligam os espaços irremediavelmente separados da produção e do consumo locais, ou seja, os saberes dos competentes que manipulam as estruturas. O povo está assim, por definição (por deficiência escolar), fora da cena do saber e do poder; ou melhor, por debaixo dela, carregando-a aos ombros, esmagado por ela. O povo não é de esquerda, mesmo quando vota nela.

"MARXISTAS-SEBASTIANISTAS"

Transitar para o socialismo, o tal da sociedade sem classes, é obra de longo fôlego, de prazo remoto, e por isso ex-

tremamente urgente. Implica transitar para fora da cena do poder de Estado. Não julgo que tal transição se resolva com "modelos alternativos", com novas teorias e novas estratégias globais, com novos Marx ou novos Lenines, como pensam os "marxistas-sebastianistas" da nossa praça: se assim fosse, não haveria razão nenhuma para que tais modelos e teorias não fossem aparecendo aqui ou ali. O que implica, creio, é a deslocação dos intelectuais e militantes que queiram praticar a transição para o socialismo: afastarem-se (relativamente) dos conceitos e números nacionais (estes não são mais que o lugar do neo-idealismo correspondente ao neo-capitalismo, o sucedâneo da antiga religião) e aproximarem-se (relativamente) da materialidade dos problemas concretos da produção económica, da inovação tecnológica adequada, da ecologia, da mutação das estruturas centralizadas de circulação económica e financeira, de transportes, de administração estatal, de gestão racional, de (in)comunicação social, etc; aproximarem-se das manifestações de cultura e do discurso popular quotidiano, dos antigos saberes populares em matéria de medicina, de cozinha, de arte, de construção de casas, e assim de seguida, para que aí a inovação tecnológica possa transformar as antigas artes em novas, ligadas à terra.

Sem ter soluções feitas a apresentar, julgo que tudo que favorecer soluções locais, regionais (e nacionais em relação à dependência estrangeira), tudo o que favorecer a descentralização e descomplexificação das estruturas, a sua de-estatização e desmonopolização, de forma a que os produtores operários e camponeses se

vão apropriando dos saberes técnicos e sociais, tudo isso é tarefa de transição para o socialismo e para a paz social. Tudo isto, e também o lento esforço de coordenar e propagar o que se fôr fazendo (aí sim, haverá comunicação social para jornais, livros, revistas, rádios, televisões), tudo isto a ser feito segundo a lei do "contar com as próprias forças", antes de qualquer outra. Inúmeras experiências de "poder popular" de 1975 morreram antes mesmo do "25 de Novembro", por não se terem encontrado os intelectuais e militantes capazes de ajudarem a este nível o esforço iniciado pelos trabalhadores.

LUTA E PRAZER

Mas não só de economia e de política vive o homem, também de luta e de paz. A paz social é igualmente paz quotidiana. Além de imaginação concreta e material, o intelectual e o militante precisarão de prazer naquilo que fazem, de aprender o lugar social das mulheres, dos velhos, das crianças, dos inadaptados, dos ignorantes, neste esforço de realfabetização de todos nós, de reinvenção de economia e das relações socialistas. A democracia directa, por exemplo, é obra de inteligência mas também de ternura. LIP, em França, foi um exemplo disso, mas talvez também muitas das mais ingénuas experiências portuguesas de poder popular.

Para quem achar barbaqueira a mistura da luta e do prazer, aí vai Brecht:

"Tu vem procurar Me-ti e diz: quero tomar parte na luta de classes; ensina-me. Me-ti diz: senta-te. Tu senta-se e pergunta: como devo lutar? Me-ti ri-se e diz: estás bem sentado? Não sei, diz Tu admirado, de que outra maneira me sentar? Me-ti explicou-lho. Mas, diz Tu com impaciência, não vim para aprender a sentar-me. Eu sei, queres aprender a lutar, diz pacientemente Me-ti, mas para isso é preciso estares bem sentado, porque de momento estamos sentados e é sentados que queremos aprender. Tu diz: se se procura sempre tomar a posição mais cómoda e tirar o melhor partido do que existe, ou seja se se procura o seu prazer, como lutar? Me-ti respondeu: se se não procura o seu prazer, se se não quer tirar o melhor partido do que existe e se não se quer tomar a melhor posição, para quê lutar?"

Querem uma primeira aplicação desta parábola: como organizar uma "reunião de esquerda?" Com que cadeiras, em que espaço e fumo, durante quantas horas intermináveis?

Vocês introduziram o belo nome "fraternidade" no baile mais que chato das siglas políticas portuguesas: quero crer que por apontarem para um socialismo

também de ternura e prazer, de homens, mulheres e crianças, de uma terra boa para viver.

FUNDAÇÃO DE SOCIEDADE

"Portugal, um país a esgalhar": assim definia há dias um amigo, 18 anos, antes de partir à aventura até Paris. Isto me parece significativo: Portugal, lugar que nos prende e nos rejeita, aonde nos definimos nesse balançar entre um e outro; o quotidiano aí se traça.

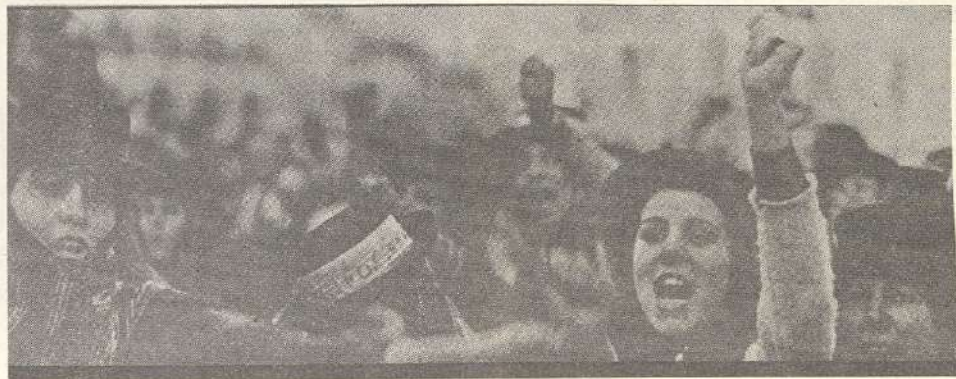
As vossas perguntas espantam-me, parece-me que chegou o momento de sair desse espaço de navegação, como poderá ser a nossa revista, se ela souber pôr e saltar desse espaço; pois me parece que, passados três anos depois do 25 de Abril (se é essa a data a partir da qual se costuma contar), haverá questões outras, a nós já outros também (ou não).

Outro projecto a desenhar, a criar, sabendo-se e tendo-se em conta que uma realidade viva se esvai debaixo dos nossos olhos. Uma realidade que morre e aqueles que sabem essa morte olham quais loucos — quasi passadistas — para a Esquerda, que disto ainda não sabe.

Por exemplo, feiras do norte em que tudo é *...ico* e o Capital (vivo esse) rebenta com as comunidades aí existentes, enquanto em Lisboa se preparam discursos (cursos) sobre o comunismo e o socialismo, gente que naquilo nunca meteu o corpo (senão talvez) no discurso.

Projecto esse que não se fez e não se faz, porque se não conhece esta realidade a que chamamos Portugal, não a vemos e isso nos impede de ver as transformações que já se operaram e se operam, indícios de outra coisa. O real mexe. Como a "Esquerda" não teve nem tem projecto, era contra (vivia no ressentimento) e aí peregrinou (mesmo depois do 25 de Abril), ele se esvaziou rapidamente de sentido, incapaz de agarrar o que mexia e tocava os corpos. A afirmação altiva e guerreira que nunca veio. A exclusão sempre para fora do seu espaço das mulheres, das crianças, da ecologia (etc.). A afirmação a esperar, nele um projecto se deseja e se encontra, talvez um nome — fundação de sociedade. A fazer.

Fernando Belo/Teresa Joaquim



Manuela Silva

(Resposta colectivamente
elaborada pelo grupo SL)

DEFINIÇÃO DE "ESQUERDA"

1. É corrente o emprego da palavra "esquerda" para identificar certa corrente ideológica; opção política ou grupo partidário. Contudo, o vocábulo, pertencendo a um campo muito alargado de significantes, só adquire significado quando inserido num contexto sintáctico, portanto relacional, determinado.

Assim, a tentativa de definir um qualquer conjunto de elementos de "esquerda" pressupõe que se haja precisado, previamente, o termo de comparação escolhido e bem assim que se tenha estabelecido consenso sobre o campo de apreciação em que pretendemos situar-nos.

Quanto ao termo de comparação, vai havendo padrões absolutos, aquele vai depender da subjectividade de quem aprecia a situação.

O campo de observação e análise pode igualmente ser diverso: as ideologias, os regimes económicos e sóciopolíticos, a posição face à autoridade, ao poder ou às instituições, as formações partidárias. Segundo o campo de análise, poderemos configurar conjuntos diferentes dos mesmos elementos. Por exemplo, em relação às diferentes correntes ideológicas, pode formar-se um dado conjunto de "esquerda" que só por excepção será coincidente com um outro conjunto de "esquerda" delimitado no domínio das formações partidárias ou no conjunto das diferentes posições face ao poder.

Estas exemplificações pretendem mostrar a ambiguidade em que necessariamente se irá cair, pretendendo configurar uma entidade "esquerda" sem ter em

conta que tal entidade não existe em si mesma, ou melhor, assume conteúdo diverso, segundo o referencial adoptado.

Por outro lado, há que referir que, além de imprecisa, a palavra é perigosa, na medida em que relativiza, subalternizando, o conteúdo do projecto de sociedade como elemento de diferenciação.

Em nosso entender, falar de "esquerda" sem mais é pretender substantivar uma palavra que só pode ser adjectivo.

Alguns exemplos ajudarão a perceber o alcance da reserva de fundo que dirigimos à base conceptual subjacente a todo o inquérito.

a) — Os liberais de 1820 e os republicanos do começo do século XX são, ou não, "esquerda"? Faz sentido afirmá-lo fora do respectivo contexto histórico?

b) — Na linguagem corrente "ser de esquerda" pode ser equivalente a oposição ao sistema vigente, às suas leis e instituições. Contudo, em Portugal, os diferentes grupos afirmam-se de "esquerda" por defenderem a Lei Fundamental e certas leis-base do sistema económico.

c) — Em certos países de leste, como classificar os grupos que se opõem a certas manifestações opressivas segregadas pelos regimes políticos vigentes nesses países? Os chamados dissidentes são "esquerda"?

d) — No presente, parece haver consenso para afirmar que "ser de esquerda" pressupõe que se rejeita o regime capitalista e os seus pressupostos no campo económico — o lucro e o mercado como formas principais de regulação da actividade económica. Porém, relativamente ao percurso a seguir para a mudança, onde começa e acaba a "esquerda"? Nos que defendem a transformação progressiva, mas gradual das bases institucionais? Nos que vêem na apropriação do poder a única via de mudança possível? Nos que praticam a guerrilha? Nos que apostam nos processos eleitorais?

Estes são alguns exemplos das posições absurdas a que se poderá chegar, ao retirar o vocábulo "esquerda" de um enquadramento preciso, de natureza relacional específica.

2. As demais perguntas do questionário enfermam do vício enunciado a propósito da primeira.

Donde vem a esquerda? de que passado, de que erros, de que ilusões, de que conquistas?

Não há uma, mas várias "esquerdas", cada qual com seu percurso e, portanto, com os seus erros, ilusões e conquistas.

3. Para onde vai a "esquerda"? Haverá uma crise da "esquerda"? Haverá uma velha "esquerda" e uma nova "esquerda"?

Para além das observações anteriormente feitas e que se têm por pertinentes relativamente a este conjunto de interrogações, terá interesse referir um fe-

nómeno relativamente recente que poderá servir de clivagem entre nova e velha "esquerda". Até ao fim da primeira metade deste século, o socialismo aparecia como o paradigma social que representava o óptimo da justiça e da equidade e o termo da alienação e da exploração. Em contrapartida, o capitalismo surgia como o regime que supunha e reforçava o domínio de uma classe sobre outras, condenado a desaparecer quando aquele domínio se quebrasse. A concretização histórica do capitalismo nos anos mais recentes veio mostrar que aquele regime foi capaz de integrar o desenvolvimento do poder das classes trabalhadoras através dos sindicatos e a acção destes permitiu que se atenuassem certos efeitos negativos do sistema capitalista, designadamente no que respeita a nível de vida ou repartição do rendimento. Por seu turno, a concretização histórica do sistema socialista deu lugar a regimes cujas manifestações negativas não podem passar despercebidas, nomeadamente no que respeita à concentração do poder do Estado e suas consequências negativas em aspectos fundamentais da vida pessoal e colectiva. Esta situação tem conduzido ao aparecimento

de posições de crítica radical dirigidas tanto ao sistema capitalista como ao sistema socialista e ao modelo desenvolvimento tecnológico que um e outro adoptam.

4. Quais as relações entre os grandes problemas da esquerda contemporânea e a situação da esquerda em Portugal? Onde se poderá considerar que começa e acaba a esquerda portuguesa?

As perguntas são consistentes com o mesmo pressuposto de que existiria um conjunto definido chamado "esquerda", seja "esquerda contemporânea", seja "esquerda portuguesa". Já defendemos opinião contrária. Há, no entanto, um aspecto que poderá estar relacionado com a problemática que se pretende levantar e que se nos afigura importante. Trata-se da posição a tomar em relação à concentração/descentralização do poder. É esta uma questão que em termos de projecto de sociedade de futuro merece um amplo debate, pois a posição que se venha a tomar sobre ela tem profundas implicações em vários domínios: tecnológico, energético, modelo de desenvolvimento industrial, organizacional, estilo de vida.

César Oliveira

20 teses breves sobre a esquerda e o seu futuro

— As considerações aqui (e agora) expressas carecem, muito naturalmente, de um(s) aprofundamento(s) ulterior(es). A necessidade de sintetizar o que é complexo, a busca do essencial na explicação daquilo que é vasto, e porventura pouco, precisa, obrigam a esta forma de responder ao inquérito da revista ABRIL.

1. A esquerda vem das contradições emergentes da implantação e desenvolvimento do capitalismo, das experiências de ruptura com a burguesia a partir da Revolução de 1848 em França, da I Internacional e da efémera Comuna de Paris, da crise do socialismo no último quartel do séc. XIX, da II Internacional, da social-democracia. A Esquerda vem do reformismo parlamentarista pouco a pouco dominante na II Internacional e dos partidos sociais-democratas, da crise da social democracia russa do princípio do nosso século, da Rev. de 1905, da Carta

de Amiens da CGT francesa, da cisão spartakista (Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht) na social-democracia alemã, da revolução russa, do "modelo bolchevique" (de partido e da revolução) dos éxitos e fracassos do socialismo na URSS, da destruição de Trotsky e da ascensão e do poder consolidado de Estaline; a Esquerda vem da Guerra Civil de Espanha, do anarcosindicalismo, da III Internacional e da disciplina dirigista imposta pelo Comintern, das Frentes Populares, da derrota do nazismo, da "guerra fria", do triunfo do Mov. 26 de Junho liderado por Fidel Castro e Che Guevara, das guerras vitoriosas dos movimentos de libertação nos anos sessenta, do Maio de 68 em França, de Praga invadida pelo Pacto de Varsóvia, do Outono "quente" em Itália; a Esquerda vem do PCI e do PCE, mas também dos partidos comunistas do Leste Europeu e, mitigadamente, da Internacional Socialista.

2. A Esquerda vem, em Portugal, de

um período, rico e prenhe de experiências acumuladas, de quase quatro anos que, em sua grande parte, significaram um corte radical, mesmo que os seus agentes visíveis o não quisessem, com o passado da esquerda portuguesa organizada e com as camadas da população que exprimiram, em várias formas e em vários planos, o movimento social e revolucionário real. A Esquerda vem, aqui em Portugal, dos nossos erros e dos nossos êxitos, de todo um processo de fracassos e vitórias que, em medidas diversas, também foi interiorizado pelas massas populares.

3. A Esquerda, vem, na Europa Ocidental — pesem as diferenças socio-políticas, algumas delas abissais, que persistem entre as diferentes formações sociais — do desafio que é lutar pelo socialismo em sociedades onde a questão agrária (como na Rússia Czarista, na China semi-feudal ou na Cuba colonizada pelo imperialismo yanquie) não é a questão essencial donde emergem as contradições sociais fundamentais e hegemónicas no todo social que plasmam a luta de classes.

4. A Esquerda vem de uma Europa Ocidental onde o processo da divisão do trabalho tanto nos planos nacionais como internacional, aliado ao desenvolvi-

mento tecnológico, à proletarianização de sectores intelectuais ou oriundos da pequena burguesia, à planificação que a dominação capitalista soube fazer de si mesma (marketing, publicidade, consumo, etc.) criou uma classe operária e sectores populacionais em luta contra o capitalismo que não contemplam a repetição de 1917, ou seja, o esquema bolchevista da tomada de poder e os mecanismos que o corporizaram de Fevereiro a Outubro.

5. A Esquerda vem e existe numa Europa Ocidental (e em Portugal) onde as liberdades democráticas, a democracia representativa e o sufrágio universal — ao invés de outras formações sociais que conheceram processos revolucionários — estão indissolivelmente ligadas à luta das massas populares e constituem, por isso, parte integrante da luta dos explorados e oprimidos, aspectos essenciais da estratégia socialista.

6. A Esquerda vem de uma Europa Ocidental onde o bemestar das suas populações ou, pelo menos, o bem estar produzido e assumido pelo modelo de civilização que boa parte das suas classes dominantes implantaram, onde a satisfação das reivindicações das massas populares quase sempre se concretiza na base da exploração das riquezas e da mão-de-

-obra dos povos do Terceiro Mundo, do aumento das desigualdades entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, das distorções do comércio internacional, do poder das multinacionais.

7. A Esquerda vem na Europa Ocidental da “gestão leal do capitalismo” pela social-democracia que, resolvendo aspectos superficiais da situação das classes trabalhadoras, soube criar novos mecanismos de exploração e alienação que o “neon da publicidade” e o incentivo às práticas consumícticas, alicerçados na “anestesia” do movimento operário, acabou por refinar os processos de extração de mais-valias e “sublimou” o desejo colectivo de pôr fim à propriedade privada dos principais meios de produção.

8. A Esquerda vem da existência dos blocos militares, do jogo das superpotências e das ingerências do imperialismo na Europa Ocidental, dos factores que transformaram os povos europeus, sobretudo os da Europa Mediterrânica, em objectos das iniciativas e dos interesses de outrém, limitando-se por essa via, e a vários planos, a possibilidade de os povos europeus serem sujeitos activos da sua própria história.

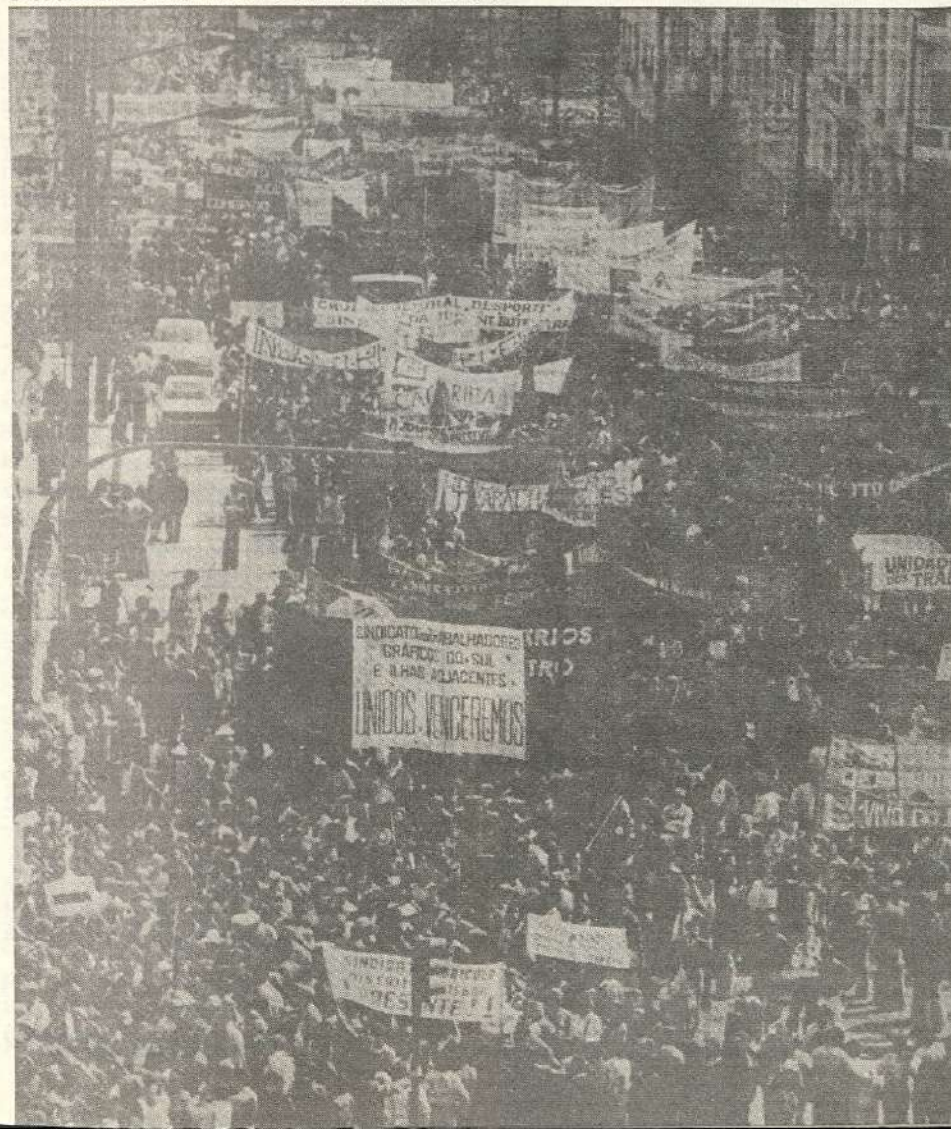
9. A Esquerda vem, também na Europa Ocidental — e particularmente em Portugal como ficou demonstrado no período anterior ao 25 de Novembro — de mitos constantemente perseguidos por uma boa parte da esquerda: a reconstrução de “um verdadeiro partido comunista” liberto da “degenerescência” post-Krusheviana, a insurreição popular armada, da falsa oposição dilemática reforma ou revolução, do espontaneísmo como “cura” absoluta das burocracias partidárias, da oposição fictícia via pacífica-via violenta.

10. É, assim, deste conjunto vasto, complexo e profundo de problemas que sessenta anos de revolução foram colocando à esquerda que, hoje, nós, esquerda aqui em Portugal, confinada na cadeia mais frágil das malhas do capitalismo europeu (a Europa Meridional e Mediterrânica), temos de assumir e temos de resolver em ordem ao futuro.

11. Hoje, não é o marxismo que está em crise: o que está em crise são as formas estereotipadas e esclerosadas que o marxismo assumiu, seja nas burocracias partidárias herdadas da III Internacional, seja nas tentativas de reproduzir esquemas, metodologias ou modelos de luta pelo socialismo que a realidade estrutural, a tradição política e o quotidiano das massas populares e das formações sociais europeias não comportam.

12. Na 12.^a tese sobre Feuerbach, Marx diz que “até hoje os filósofos se limitaram a interpretar o mundo. Trata-se agora de o transformar”. É o mesmo desafio que, hoje, se coloca à revolução socialista e particularmente à esquerda

O socialismo: uma maioria contra uma minoria



16. A classe operária é a classe que é o sujeito histórico activo e principal do processo de transição. É em torno dela e da sua política que se devem construir as alianças sociais e políticas com outros

social necessário à transição.

18. O socialismo na Europa não pode construir-se sem a elaboração e a luta por um novo modelo de civilização que não repouse na exploração de outros po-

13. Não há possibilidade de "escapar" a que na Europa Ocidental a democracia representativa e o sufrágio universal, sendo património da luta das massas populares, possam ser excluídos de uma estratégia de luta pelo socialismo e da teoria revolucionária que eficazmente a suporte.

14. A esclerose do parlamentarismo e a superação dos quadros formais da democracia burguesa exigem uma ruptura política que só poderá porvir da energia criativa da acção organizada e democrática das massas populares em conexão com a utilização das expressões da luta de classes aos vários níveis do aparelho de estado e das instituições.



... jamais será vencida

15. Não há oposição dilemática entre reforma e revolução. O socialismo, entendido como poder efectivo e democraticamente organizado dos trabalhadores, em todos os planos e escalões da comunidade, terá de ser construído com base num período de transição entre a democracia burguesa e a democracia socialista, período de transição esse que terá de ser garantido por reformas estruturais irreversíveis e irrecuperáveis pela burguesia, garantindo-se também a expressão e a dinâmica contraditórias de uma fase em que persistem formas da sociedade burguesa e se constroem os embriões da futura sociedade.

17. A luta pelo socialismo exige, nas condições concretas da Europa Ocidental, a pluralidade de expressões políticas organizadas que correspondem ao bloco sectores da população, assegurando-se a expressão dialéctica das diversas componentes desse bloco social e desse quadro político unitário no processo de transição. O socialismo é uma maioria contra uma minoria. Onde uma minoria se substitui à maioria não há socialismo: o problema é o de fazer com que a política da classe operária, a política do socialismo, seja cada vez mais hegemónica no corpo social de uma dada formação social.

19. O marxismo é a metodologia de análise e intervenção de uma nova teoria revolucionária capaz de viabilizar, com eficácia, uma transição democrática para o socialismo, democrática porque o socialismo se começa também a construir hoje e já, transição porque se trata de destruir um modo de produção e construir um outro mais justo, sem exploradores e explorados.

20. A experiência da revolução portuguesa — porque aqui se caldearam "ensaios" diversos e porque a acção das massas populares fez de todos nós um imenso laboratório — carece de ser analisada na perspectiva de uma intervenção global e globalizadora nesta luta que é pensar o socialismo, lutar por ele, aqui, Portugal de 78, na Europa Ocidental, ponto de charneira e convergência das rotas que se cruzam num projecto emancipador que é o do sofrimento, da luta e da vitória de toda a humanidade explorada e oprimida.

O desafio que temos diante de nós é, pois, este: que teoria, que prática ou práticas, para um socialismo feito à nossa exacta medida?

José Saramago

A QUESTÃO É A DO SOCIALISMO

Do alto da sua tribuna, o presidente da Assembleia da República não vê a Nação: vê (quando estão todos) 263 deputados que, pela graça da aritmética, a representam. Está a Direita, está o Centro, está a Esquerda. Ninguém precisa de (se) interrogar sobre o que seja a Direita, ninguém acha oportuno averiguar se o Centro o é de facto, mas todos nos inquietamos com a Esquerda, com o passado, o presente e o futuro da Esquerda. Falta saber (o tempo o virá a dizer, por força) se essa inquietação é sinal de saúde ou de doença, da Esquerda e de quem para ela se volta interrogativo, com uma preocupação porventura autêntica, mas não destituída de algum comprazimento. Outra vez em Portugal se tornou mais fácil falar das coisas do que fazê-las, outra vez (passe a banalidade da alusão) cuidamos mais de discutir o sexo angélico do que de investigar os modos de levar os anjos a fazer filhos, sejam os ditos anjos machos ou fêmeas.

A questão que importaria pôr (segundo entendo) não é a da Esquerda, mas a do Socialismo. E isto sabendo que mesmo a troca não esclareceria radicalmente o "objecto" em análise: afinal, se sobre a Esquerda muito se borda, sobre o Socialismo muito se remenda. Mas, neste nosso caso português, obrigados que fomos, durante duas gerações, a falar de Esquerda por não poder dizer Socialismo, mal me parece que voltemos a hábitos antigos: há aqui um (decerto) involuntário escamoteamento do problema central, talvez um gosto (escolástico?) de sabatina, um jogo floral que não será para passar o tempo, mas durante o qual o tempo passará irremediavelmente. Ora, se somos pobres de muita coisa, também o somos de tempo. E se não temos sido brilhantes administradores de divisas, pior o teremos sido dos nossos minutos.

A questão, insisto, é a do Socialismo. E o Socialismo, dizem-no os manuais, e não poderia ser senão isso, é a propriedade colectiva dos meios de produção, e o mais que politicamente, ideologicamente e economicamente daí decorre, ou entre tanto para aí concorreu. Posto o que (linear será, mas exacto) começa a tornar-se claro que a linha que separa a Esquerda da Direita, isto é, a fronteira que divide o campo político que quer o Socialismo do campo que o não quer, passa pelo interior do Partido Socialista. Não é isto novidade para ninguém, mas o inquerito obriga a repeti-lo.

Desta maneira creio que se torna evidente um dos motivos da dificuldade de encontro e diálogo das forças políticas que se reclamam de Esquerda, e portanto de Socialismo: interclassista como declaradamente o é e com algum oportunismo se gaba, o Partido Socialista nunca poderia ser, todo ele, socialista. A questão do "socialismo democrático", tão agitada para lucros de propaganda eleitoral e proveitos de batalha ideológica, é uma falsa questão: juntar a "socialismo" o adjectivo "democrático" não representa nem esclarecimento, nem rigor, nem adição de qualidade: é puro compromisso, é plataforma interna, é tentativa de conciliação entre-classes dentro de um partido que, por isso mesmo, exhibe ou esconde o seu programa consoante a parte do eleitorado a que se dirige.

Por aqui se concluirá que, segundo entendo, a questão da Esquerda, logo a questão do Socialismo, tem de passar por uma definição do Partido Socialista no que toca ao lugar que ocupará (ou não) na futura luta, ou, se a linguagem parecer demasiado bélica, no futuro empenhamento das forças de Esquerda. A grande responsabilidade do Partido Socialista tem sido a de paralisar, pela sua mesma contradição interna, a irrecusável definição: é possível, por isso, afirmar que, no sentido mais rigoroso do termo, o Partido Socialista adiou o Socialismo. Porque o adiou dentro de si próprio.

Imaginemos, porém, que a definição se faz, que coeso ou após divisão um Partido Socialista emerge, e o desenho político da Esquerda ganha nitidez suficiente e contorno organizável. Imaginemos, também, que, pelo contrário, todo o Partido Socialista se desloca para a direita, deixando, como pontualmente já deixou, nesse movimento, algumas franjas competentes mas sem relevância bastante para constituírem, elas, o Partido Socialista. No primeiro caso, teremos diante dos olhos, pela primeira vez desde Abril de 74, a expressão política real da unidade socialista global, conservando-se o esquema organizacional partidário nascido com a revolução: no segundo caso, veremos melhor e avaliaremos o tempo perdido, e também a dimensão do equívoco que foi a vida política portuguesa: saberemos que andámos a viver de palavras quando nos deveríamos ter alimentado muito mais de actos. Num caso e noutro, o relógio marcará a hora das decisões: definida a Esquerda (não fixada para o resto dos séculos, mas coerente e coincidente nas linhas básicas de um projecto comum), definir-se-á como força(s) política(s) para o Socialismo. Começaremos então a saber (ou saberei eu, se outros já o sabiam antes) do que andamos a falar.

Mas uma coisa é possível adiantar desde já, e essa não é nova nem sequer

específica do nosso País: a questão da hegemonia política partidária. O argumento já clássico entre nós (extensivo, até, ao sector sindical) é o duma pretensa hegemonização que o Partido Comunista procuraria estabelecer em todas as formas de aproximação com outras forças políticas. A afirmação faz-se uma e muitas vezes, e fica no ar, condiciona os juizes e portanto as decisões: é um sintoma da insegurança de quem assim se queixa ou acusa, de falta de confiança nos recursos próprios ou na sua consistência ideológica. Enquanto o fantasma da hegemonização não for afastado, a Esquerda (tomada, repito, como vontade socialista conjunta) não se aproximará, não será frente, não se empenhará conjuntamente como tal. Viverá dispersa como convém à Direita e, como à Direita convém, lutar entre si.

Profundamente, essa é a crise da Esquerda, e o advérbio significa, neste lugar, que muito do que se passa na política portuguesa é do foro psicológico: andam por aí abundantes complexos de Édipo, fúrias assassinas contra o Pai, e frustrações de toda a ordem (não é por acaso que o processo político tem atraído tanto a atenção de psicanalistas, mas talvez não seja também por acaso que os próprios psicanalistas têm passado ao lado da questão essencial, que é, para o caso, e neste meu ver de leigo, a do Partido Comunista como agente de "produção psicológica", quer individualmente, quer colectivamente).

Mas existe de facto uma crise na Esquerda? É óbvio que sim. Porém, não se trata de uma crise mórbida, efeito de bactéria ou vírus introduzido num corpo saudável, e agora febril; também não é uma crise de crescimento, ou melhor, para o crescimento — a perturbação, o desconcerto, a desarmonia do corpo que invade cada vez mais o espaço e tem de adaptar-se a ele e a si próprio; será antes uma crise não de identidade, mas para a identidade. A Esquerda portuguesa, como um todo, não se conhece entre si, nem se reconhece no conjunto. Este é o obstáculo imediato, barreira que é necessário ultrapassar, sob pena grave: a de atirar para muito longe, por nossas próprias e inábeis mãos, a esperança do Socialismo.

Encontremo-nos, pois, e confrontemos. Sabendo cada um o lugar que ocupa, agora, no sector da Esquerda que for o seu, sem sobrevalorização nem subvalorização do que, efectivamente, esse sector representar como expressão colectiva. E tenhamos em vista que o objectivo é o Socialismo. A Esquerda não é um fim em si, um modo vitimizante ou triunfalizante de estar no mundo: é uma estrutura, um instrumento, uma organização. Que, como todas as coisas, serão julgados pelos resultados. E nós de caminho.

Otelo evitou uma guerra civil em Portugal

Jean-Pierre Faye

Gostaria de começar por chamar a atenção para o testemunho de um amigo de Portugal, Marcel Niedergang. Comentando o Relatório do Comité Russell (1), e avaliando os resultados e os documentos do seu inquérito, concluía em *Le Monde des livres* de Fevereiro de 77:

em 25 de Novembro de 1975, Otelo de Carvalho «foi a vítima, e não o autor, do putsch militar».

Mas como se poderá conceber que neste começo de 1978 o homem que foi o estratega da libertação, e dela assumiu o risco maior para o conjunto do povo português, nos apareça hoje como o mais ameaçado e censurado em Portugal?

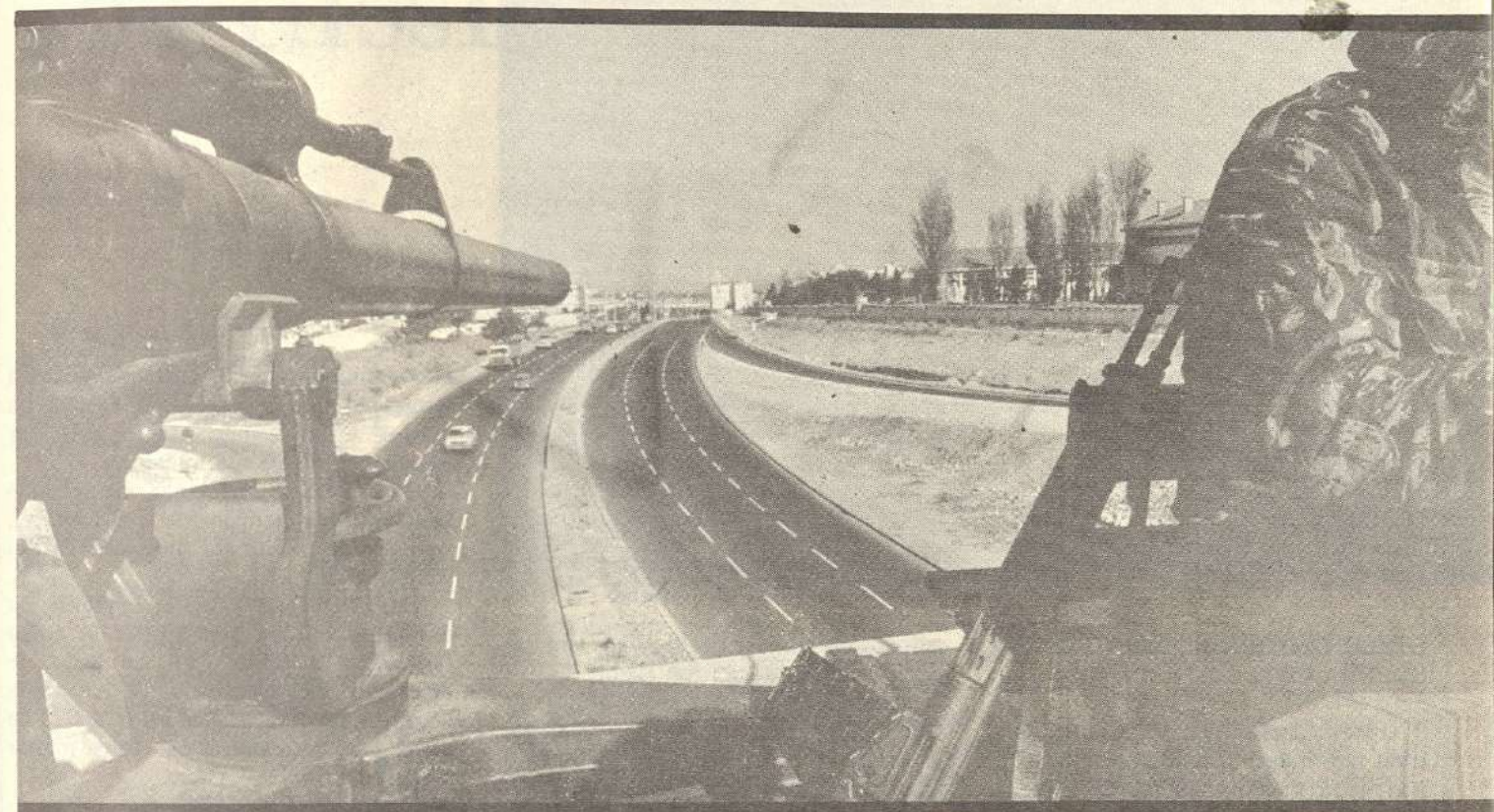


Em 23 de Abril de 1974, no Parque Eduardo VII, é ele que entrega aos responsáveis do MFA em todas as regiões de Portugal as directivas que emanam do seu plano de conjunto. Se Otelo fosse nesse instante detido, talvez ainda hoje Portugal estivesse sob a dominação de um Estado fascista, e Mário Soares permanecesse exilado em Paris. Nesse momento, Melo Antunes está nos Açores, Mário Soares em Bonn e Ramalho Eanes em Angola.

Em 25 de Novembro de 1975, Otelo é o homem que detém ainda a responsabilidade da "força militar de defesa do MFA", do COPCON. O dia e a noite passa-os entre a sessão nocturna do Conselho da Revolução, duas breves passagens pela sede do estado-maior do COPCON, no Alto do Duque, intervaladas por algumas horas de um curto sono em casa; e sobretudo, uma tarde e uma noite inteira passadas no gabinete do Presidente da República com Costa Gomes. Que fazem juntos estes dois homens? Esforçam-se, por todos os meios, para deter a guerra civil que já começou em condições para eles enigmáticas — como para o conjunto da população portuguesa.

QUEM DESENCADEOU O 25 DE NOVEMBRO?

Sabemos hoje com segurança quem desencadeou na manhã do 25 de Novembro de 75 este estado de guerra civil. Porque os autores desta iniciativa publi-



caram dela a pormenorizada narrativa numa entrevista ao EXPRESSO, em 3 de Abril de 1976.

O título era claro

FOI O "VERMELHO 8" QUEM ESPOLETOU O 25 DE NOVEMBRO

O subtítulo precisava:

O caso dos 123 oficiais de Tancos.

O seu testemunho sublinhava:

"os 123 conseguem desencadear a operação dos paraquedistas de Tancos" como uma armadilha ou uma ratoeira na qual iam lançar os seus próprios soldados, que haviam ficado desde 10 de Novembro nas casernas da Base-Escola.

Reagrupados em Sintra, os 123 oficiais paraquedistas entraram em contacto com os oficiais da direita militar: o seu superior hierárquico, o general Morais e Silva, chefe do Estado Maior da Força

Aérea; Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, que pôs à disposição a base aérea de Cortegaça; Jaime Neves e os Comandos da Amadora. Talvez ignorem nessa altura que também na Amadora estará colocado a partir de 20 de Novembro o que *Le Monde* (17 de Dezembro de 1975) designará por "um comando operacional constituído na sombra". Será verdade também que para este "ponto de comando central" fora instalada uma aparelhagem de transmissão electrónica ultra-moderna — pela ITT?

O que este testemunho revela, e nenhum desmentido oficial lhe foi feito nos dias seguintes, é que, numa série de chamadas telefónicas, os oficiais paraquedistas reunidos em Cortegaça (onde se haviam concentrado igualmente, em 23 de Novembro, as forças aéreas de bombardeamento) conseguiram convencer os seus sargentos e soldados a deixa-

rem as casernas de Tancos para ocupar cinco bases aéreas: assim, prossegue o documento, "morderam as iscas que lhes foram lançadas".

Caindo na ratoeira, os sargentos de Tancos forneciam ao putsch do "Vermelho 8" o sinal que ele esperava e que lhe permitia visar o seu alvo verdadeiro. Este alvo não eram os insignificantes soldados de Tancos, e também já não era o "gongalvismo". Era "a força militar de defesa do MFA", o COPCON, e era o próprio MFA, libertador de Portugal.

E era sobretudo Otelo, o seu animador inicial e central.

Otelo evitou uma guerra civil

Gostaria de começar por chamar a atenção para o testemunho de um amigo de Portugal, Marcel Niedergang. Comentando o Relatório do Comité Russell (1), e avaliando os resultados e os documentos do seu inquérito, concluiu em *Le Monde des livres* de Fevereiro de 77:

em 25 de Novembro de 1975, Otelo de Carvalho «foi a vítima, e não o autor, do *putsch militar*».

«Mas como se poderá conceber que neste começo de 1978 o homem que foi o estratega da libertação, e dela assumiu o risco maior para o conjunto do povo português, nos apareça hoje como o mais ameaçado e censurado em Portugal?»



Em 23 de Abril de 1974, no Parque Eduardo VII, é ele que entrega aos responsáveis do MFA em todas as regiões de Portugal as directivas que emanam do seu plano de conjunto. Se Otelo fosse nesse instante detido, talvez ainda hoje Portugal estivesse sob a dominação de um Estado fascista, e Mário Soares permanecesse exilado em Paris. Nesse momento, Melo Antunes está nos Açores, Mário Soares em Bonn e Ramalho Eanes em Angola.

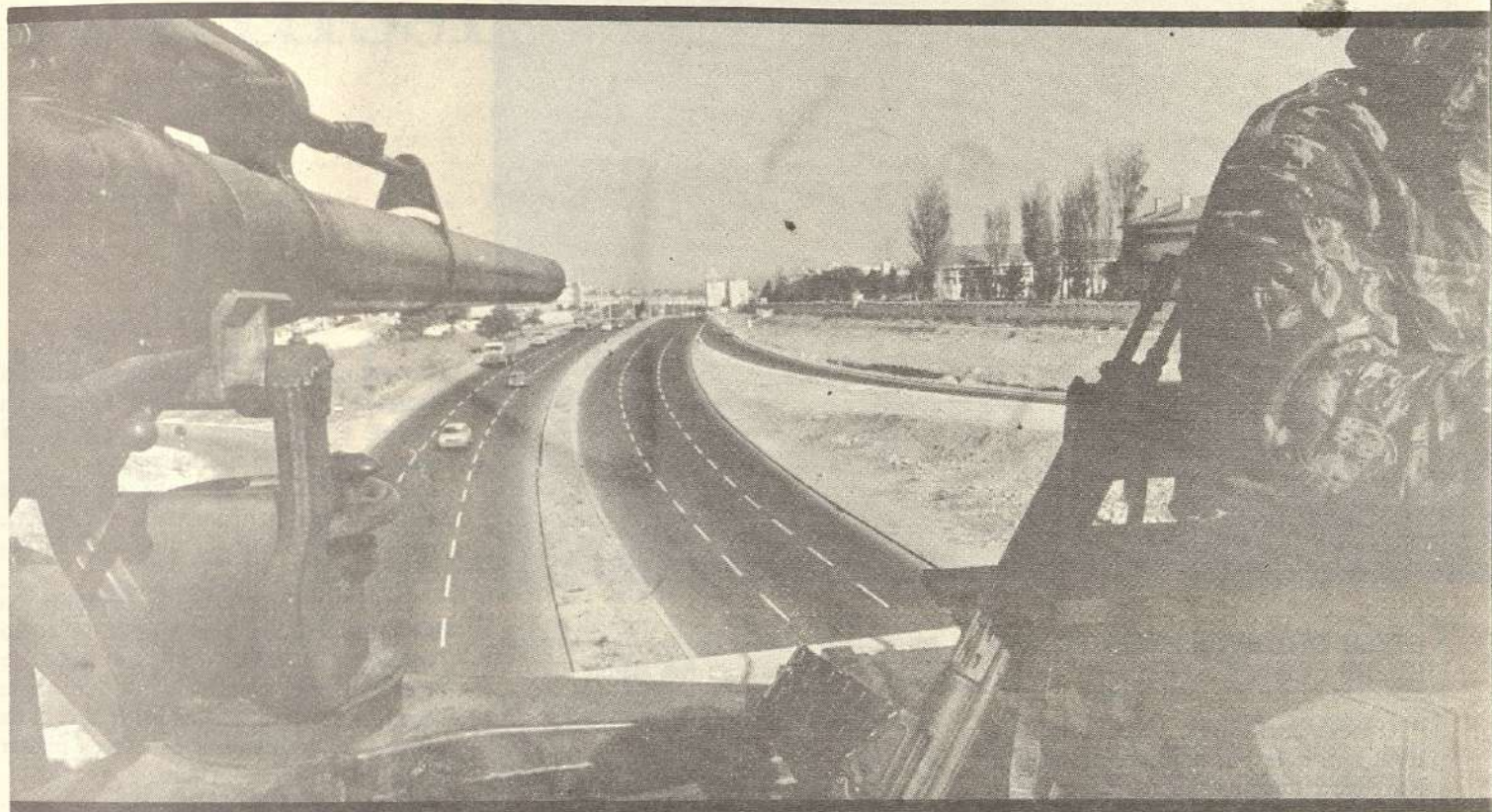
Em 25 de Novembro de 1975, Otelo é o homem que detém ainda a responsabilidade da "força militar de defesa do MFA", do COPCON. O dia e a noite passa-os entre a sessão nocturna do Conselho da Revolução, duas breves passagens pela sede do estado-maior do COPCON, no Alto do Duque, intervaladas por algumas horas de um curto sono em casa; e sobretudo, uma tarde e uma noite inteira passadas no gabinete do Presidente da República com Costa Gomes. Que fazem juntos estes dois homens? Esforçam-se, por todos os meios, para deter a guerra civil que já começou em condições para eles enigmáticas — como para o conjunto da população portuguesa.

QUEM DESENCADEOU O 25 DE NOVEMBRO?

Sabemos hoje com segurança quem desencadeou na manhã do 25 de Novembro de 75 este estado de guerra civil. Porque os autores desta iniciativa publi-

vil em portugal

Jean-Pierre Faye



caram dela a pormenorizada narrativa numa entrevista ao EXPRESSO, em 3 de Abril de 1976.

O título era claro

FOI O "VERMELHO 8" QUEM ESPOLETOU O 25 DE NOVEMBRO

O subtítulo precisava:

O caso dos 123 oficiais de Tancos.

O seu testemunho sublinhava:

"os 123 conseguem desencadear a operação dos paraquedistas de Tancos" como uma armadilha ou uma ratoeira na qual iam lançar os seus próprios soldados, que haviam ficado desde 10 de Novembro nas casernas da Base-Escola.

Reagrupados em Sintra, os 123 oficiais paraquedistas entraram em contacto com os oficiais da direita militar: o seu superior hierárquico, o general Morais e Silva, chefe do Estado Maior da Força

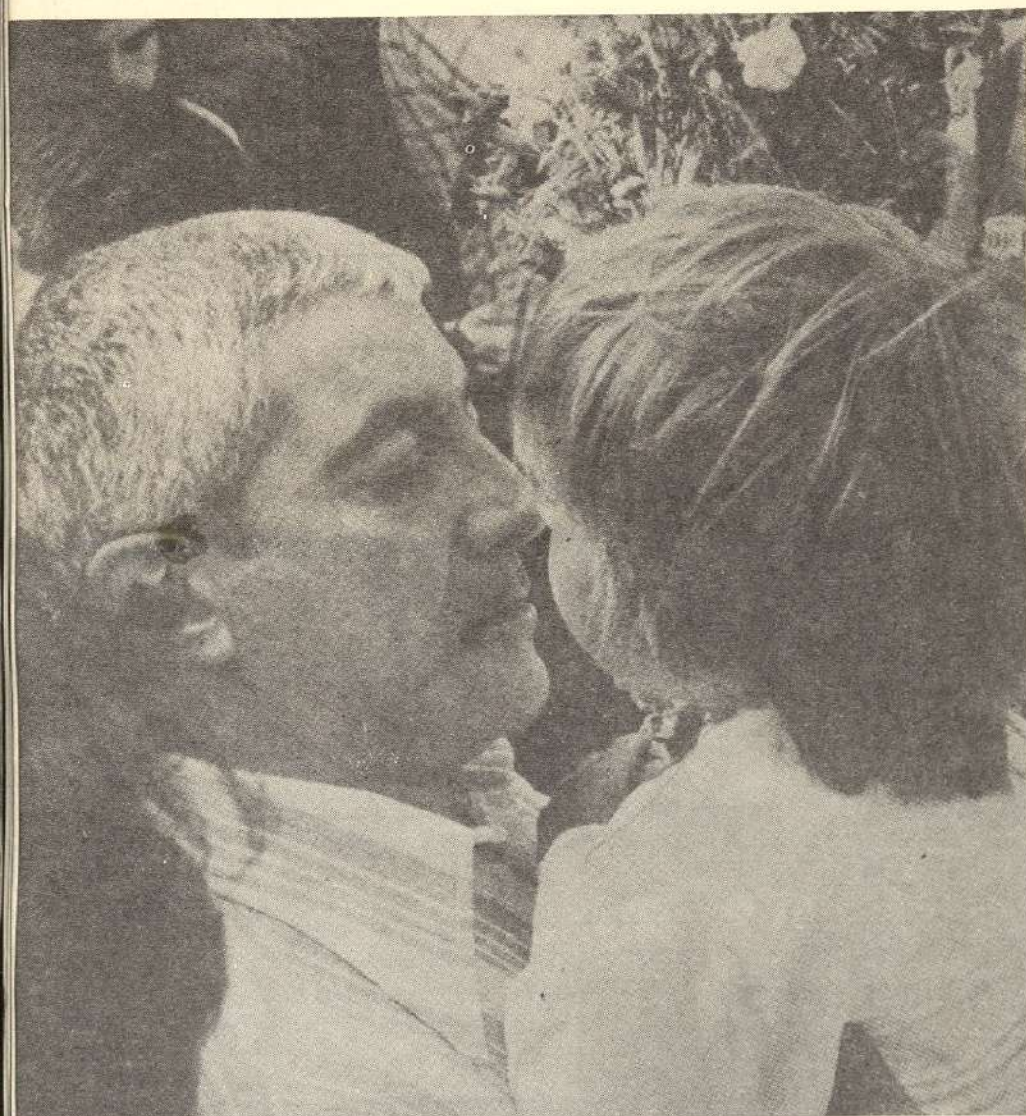
Aérea; Pires Veloso, comandante da Região Militar do Norte, que pôs à disposição a base aérea de Cortegaça; Jaime Neves e os Comandos da Amadora. Talvez ignorem nessa altura que também na Amadora estará colocado a partir de 20 de Novembro o que *Le Monde* (17 de Dezembro de 1975) designará por "um comando operacional constituído na sombra". Será verdade também que para este "ponto de comando central" fora instalada uma aparelhagem de transmissão electrónica ultra-moderna — pela IIT?

O que este testemunho revela, e nenhum desmentido oficial lhe foi feito nos dias seguintes, é que, numa série de chamadas telefónicas, os oficiais paraquedistas reunidos em Cortegaça (onde se haviam concentrado igualmente, em 23 de Novembro, as forças aéreas de bombardeamento) conseguiram convencer os seus sargentos e soldados a deixa-

rem as casernas de Tancos para ocupar cinco bases aéreas: assim, prossegue o documento, "morderam as iscas que lhes foram lançadas".

Caindo na ratoeira, os sargentos de Tancos forneciam ao putsch do "Vermelho 8" o sinal que ele esperava e que lhe permitia visar o seu alvo verdadeiro. Este alvo não eram os insignificantes soldados de Tancos, e também já não era o "gongalvismo". Era "a força militar de defesa do MFA", o COPCON, e era o próprio MFA, libertador de Portugal.

E era sobretudo Otelo, o seu animador inicial e central.



OTELO EVITOU EM PORTUGAL UMA GUERRA CIVIL

O testemunho dos 123 oficiais destruiu sem querer o mito oficial do 25 de Novembro que o conjunto da imprensa europeia (e mesmo certos jornais de esquerda em França) tinha ingenuamente retransmitido: o mito de uma "ameaça comunista". A narrativa do EXPRESSO é muito precisa: o "plano gonçalvista"... "deveria efectivar-se em meados de Janeiro". O que significa que nada de concreto existia ainda.

O testemunho dos 123 oficiais anticomunistas nem sequer evoca a possibilidade de um "putsch esquerdista" — o que seria contudo alegado pela imprensa portuguesa e europeia (e até socialista e comunista). Com efeito, no dia 25 de Novembro, as unidades propriamente ditas do COPCON mais não fizeram do que porem-se em estado de alerta. O Regimento da Polícia Militar, cujas casernas rodeavam e controlavam o lugar central do poder, em Belém, não efectuará qualquer movimento antes de os Comandos abrirem fogo à sua porta, em 26 de Novembro de manhã. O RALIS limitou-se a pôr os seus canhões em alerta face à

autoestrada que ao Norte estava ameaçada pelas barricadas de Rio Maior.

De qualquer modo, a acção própria de Otelo, nessa perigosa jornada, consistiu em evitar em Portugal uma guerra civil que a operação do "Vermelho 8" e a ofensiva da Amadora tornavam iminente.

Parece que, no último momento, uma divergência terá oposto os que haviam tomado a iniciativa em Cortegaça e os que por sua vez a tomavam na Amadora. E que estes últimos impediram os primeiros de conduzirem deliberadamente as operações até um afrontamento sangrento. Mas o que é hoje incontestável é que, na Região Militar de Lisboa, as forças que dependiam de Otelo tinham uma superioridade numérica evidente. É muito provável que, sem o seu esforço no sentido da acalmia, se desencadeasse uma guerra aberta entre Lisboa e Porto, entre a infantaria de capital e a aviação do Norte.

FALSIFICAÇÃO DA HISTÓRIA PORTUGUESA

A prisão de Otelo, a 20 de Janeiro de 1976, marcou o começo de uma verdadeira falsificação da história portu-

Jean-Pierre Faye
 é membro do Comité Russell para Portugal e do Tribunal Russell III sobre as violações dos direitos do homem na Alemanha Federal
 fundador do Comité para a libertação de Vladimir Borissav e contra o internamento psiquiátrico especial na URSS
 animador do colectivo CHANGE

sa contemporânea. Pôs brutalmente fim à fascinação que a Revolução exercia na Europa e no mundo — tanto pela sua energia como pela sua tolerância.

Que Otelo se mantenha inculpada é uma injustiça permanente e inaceitável, trazendo descrédito aos sucessores da Revolução portuguesa.

Esta Revolução, que a imprensa da direita na Europa quis apresentar como "o caos e o medo", foi, de facto, de uma admirável clemência. O que acima de tudo se deve ao vencedor do 25 de Abril e ao responsável da "força militar de defesa do MFA", Otelo.

Como na Micropaisagem de um grande poeta português, Carlos de Oliveira, o olhar que examinar

"o ponto morto
 onde a velocidade
 se fractura"

irá descobrir, graças a ele, um momento exemplar.

A Revolução portuguesa de Otelo vem assim encontrar-se com a revolução checa de Dubcek e os Conselhos operários em 1968, igualmente atingida por uma outra forma de "normalização". Lá também um homem da liberdade é ferido pela proibição da fala.

Jean-Pierre Faye

(1) Le Portugal d'Otelo: la révolution dans le labyrinthe. Change Lutte, ed. Lattes 1976. Edição portuguesa na Sociocultur, 1977.

(tradução de E. P. C.)

veneza

a esquerda encontra os dissidentes de leste

A esquerda europeia, além de não ter sido capaz de fazer a sua revolução, foi a principal cúmplice do stalinismo, da repressão contra os melhores revolucionários da Europa Central e contra milhões de trabalhadores — a esquerda europeia foi cúmplice do “goulag”. A responsabilidade maior pertence, sem dúvida nenhuma, aos partidos comunistas; mas os sectores da esquerda também não estão isentos de culpas.

Isto pode explicar-se por muitas razões, e algumas delas são muito pertinentes, mas o facto em si persiste. É um facto que teve consequências graves, e está no centro dos elementos determinantes da crise actual da lua pelo socialismo. Não são estranhos a este facto, por exemplo, a actual debilidade da oposição socialista nos países de leste e sobretudo na URSS, nem o peso que têm, em algumas destas oposições, e especialmente na URSS, as correntes reaccionárias; nem o real e específico atraso histórico, teórico e prático da luta pelo socialismo no ocidente. E até porque o marxismo serviu mais para ofuscar verdades tão fundamentais, do que para as compreender, era bastante difícil avançar com segurança em qualquer direcção.

Durante o passado mês de Novembro, e apesar dos inúmeros protestos das autoridades soviéticas, uma grande cidade italiana, administrada conjuntamente por socialistas e comunistas, abriu as suas portas aos dissidentes dos países de leste. («Veneza, capital da dissidência», diria, mais tarde, um jornalista francês).

Primeiro no quadro da famosa «Bienal» (sob o tema de «dissidência cultural e dissidência política», e com a participação de Castoriadis, Melo Antunes, Glucksman, Pliouchtch, Kolakovsky, Bukovsky e muitos outros artistas, filósofos e dirigentes políticos), e depois num colóquio organizado pelo grupo «II Manifesto», que além dos dissidentes marxistas mais conhecidos, reuniu também «representantes» dos principais partidos euro-comunistas (Comin, do PCE; Vilari, do PCI e Althusser, do PCF) — Veneza foi, sobretudo, o espaço de um encontro. Encontro da Esquerda com os dissidentes (encontro tardio, é verdade; mas, nem por isso, menos significativo) e encontro dos próprios dissidentes — o ucraniano Pliouchtch e o checo Piliikan, o poeta católico Seniavsky e o filósofo marxista Boris Weil, os polacos e os húngaros, juntos, pela primeira vez, fora das prisões do Pacto de Varsóvia.

De tudo isso — de que voltaremos a falar nos próximos números — publicamos aqui uma pequena amostra: o texto do espanhol Fernando Claudim, a declaração comum sobre o 10.º aniversário da invasão de Praga; e um excerto do discurso pronunciado por Melo Antunes na Bienal.

Rossana disse que a esquerda sabia há muito tempo o que era “o socialismo real”,

mas, que, no entanto, continuou a andar na sua vizinhança entre as duas guerras e, depois, durante a guerra fria e da revolução colonial, porque o outro lado estava o imperialismo.

Sem chegar a importância destes factores, creio, em vez disso, que por muito tempo, e na sua maioria até muito recentemente — e ainda hoje num sector não desprezível — a esquerda enganou-se sobre o “socialismo real”. Sobre tudo os partidos comunistas. Toda uma série de elementos da sua ideologia — o seu pseudo-marxismo — que aqui não tenho tempo de especificar, tornaram possível essa alienação ideológica.

Não é de excluir que uma conexão entre “socialismo real” e luta anti-imperialista, possa ainda reproduzir-se, embora me pareça pouco provável. Tal conexão pode perfeitamente conjugar-se com o carácter não socialista do “socialismo real”, como aconteceu no passado. Porque entre este “socialismo real” e esta ou aquela potência capitalista, em particular o imperialismo americano, existem contradições reais, muito mais reais do que

a realidade desse socialismo. E quem luta pelo socialismo, na Europa como no resto do mundo, não pode renunciar a utilizar todas as possibilidades.

Estas contradições têm raízes diversas. Entre elas, aquelas que se chamam "interesses de grande potência", conceito ambíguo que pode conter conteúdos diferentes. Em minha opinião, porém, uma dessas raízes é a diferente natureza do sistema social. Ou, por outras palavras, o facto de que os sistemas de leste, sem serem socialistas, não são, por isso, assimiláveis ao capitalismo ocidental.

E aqui entramos no problema capital, que esteve no centro de todo este debate: qual é a natureza destas novas formações sociais? Problema de fundo porque da sua solução teórica depende, essencialmente, a possibilidade de uma luta pelo socialismo, do Elba ao pacífico, que não seja revolta cega ou explosão sem perspectivas. Questão capital, porque da sua solução teórica depende também, em larga medida, que se possa dar um passo em frente na definição teórica de "sociedade socialista", saindo da situação já evocada por Rossana — em que ninguém sabe bem do que está a falar quando se fala de socialismo.

Neste terreno, durante os últimos anos, avançou-se o suficiente para enunciar um primeiro ponto: estas sociedades são ou não socialistas? Nesta sala estamos todos de acordo para dizer que não são. E os próprios partidos comunistas chegaram, por fim, à mesma conclusão, quando por um lado proclamam a estreita aliança entre socialismo e democracia, e, por outro lado, denunciam a ausência de democracia nos países de leste.

É verdade que, apesar de tudo, continuamos a definir estes sistemas como socialistas, mas com essa afirmação entramos em contradição flagrante, que mais tarde ou mais cedo deve explodir. Isto já começou

a acontecer no partido comunista espanhol e provavelmente é só uma questão de tempo enquanto não acontece também nos outros partidos euro-comunistas. Para sustentar de qualquer modo esta posição os eurocomunistas foram buscar um velho conceito trotskista, segundo o qual as relações de produção nesses países são socialistas, mas a super-estrutura política não o é. Não me deterei a contestar esta tese, já o fiz noutros lugares, e Bettelheim e outros fizeram-no aqui mesmo. Mas a verdadeira discussão começa a partir da negação do carácter socialista daquelas formações. Se não são socialistas, que coisa são?

São conhecidas duas teses contraditórias: segundo uma, trata-se de um tipo particular de capitalismo — capitalismo de Estado, capitalismo monopolista de Estado; segundo a outra, trata-se de um novo tipo de sociedade de classes com interesses antagónicos, que não é socialista nem tão pouco capitalista. Não se trata — convém precisá-lo para que não seja um equívoco — de nenhum tipo de "democracia avançada", de suposta transição entre capitalismo e socialismo (o conceito de socialismo, uso-o, aqui, no sentido marxista — formação social de transição entre o capitalismo e o comunismo).

A minha hipótese é, por agora, a segunda: isto é, creio que se trata de um novo tipo de sociedade de classes antagónicas, que não podem ser assimiladas ao modelo capitalista. A discussão entre as duas hipóteses já teve expressão pública em diversas ocasiões, a mais notória das quais foi a que opôs Bettelheim a Sweezy. Sinto-me mais próximo da hipótese de Sweezy, mas a importante pesquisa histórica em que Bettelheim trabalha actualmente talvez me faça mudar de opinião.

Por agora — e resumindo muito esquematicamente — parece-me que nas sociedades de leste, onde foi liquidada a propriedade privada e os meios de produção pertencem ao Estado, existem efectivamente uma série de relações de produção que têm uma forma análoga às que existem no sis-

tema capitalista. Corresponde, esta analogia, a uma identidade de natureza? Em que medida é que funciona a lei do valor e dentro de que limites? Até que ponto é que o salário é um verdadeiro salário e se pode falar da existência de um mercado de trabalho segundo o sentido capitalista desta expressão?

A realidade é que naqueles países há um único capital, e não múltiplos capitais independentes; assim como não existem administradores independentes que detenham realmente os meios de produção; nem trabalhadores que estejam em condições de "vender", de um modo de facto independente, a sua força de trabalho.

Todas estas relações estão em contrapartida, submetidas à lei da autoridade política, que não se exprime apenas através do plano, mas segundo uma série de normas e obrigações demonstrativas desse capital único, onde a economia e o político funcionam num alto grau de fusão. Na minha perspectiva, nesse sistema a relação estado/unidade de produção aí existente é uma relação produtiva determinante que restringe a lei do valor a um papel cada vez mais subordinado.

Mas não é porque exista um mecanismo regulador que essa sociedade é por si mesma socialista. Só se a todos os níveis o poder esteja nas mãos da colectividade trabalhadora é que essa regulamentação é socialista; o seu critério é a satisfação das necessidades sociais. Se, por outro lado, o poder está nas mãos de um corpo de funcionários e administradores situado na cúpula da colectividade de trabalhadores, e que escapa a qualquer controle da base, esse corpo torna-se o efectivo proprietário dos meios de produção e vai aumentando a sua capacidade de controle sobre esses mesmos meios, isto é, a efectividade do mecanismo de regulamentação social, em favor, porém, dos seus próprios interesses e da reprodução da sua própria situação de classe dominante.

Também não me deterei sobre um problema que evidentemente não poderemos resolver aqui, e exige novas pesquisas e discussões. Está fora

de dúvida, porém, que não se trata de um debate académico, mas tem uma extrema importância teórica e política. O que eu não entendo bem é o dilema que Rossana acabava por apresentar: se se trata, afirmava, de relações sociais novas, nas quais o suscitar de relações capitalistas é secundário, os destinatários do nosso apelo para uma maior liberdade, podem ser os governos; se são formações capitalistas, não se trata de fazer apelo à democracia ou à defesa dos direitos civis, mas sim de retomar a luta de classes; e os destinatários, neste caso, não são os governos.

Em minha opinião, em ambos os casos, ocorre uma luta de classes, ainda que os mecanismos de funcionamento de um ou outro tipo de formação social sejam diferentes. De qualquer modo, trata-se, nos dois casos, de sociedades de classes com interesses antagónicos, e, portanto, de luta de classes. Nos dois casos, eu penso que a luta pelas liberdades democráticas e pelos direitos civis, é um objectivo primordial. Direi mesmo que é o primeiro objectivo da luta de classes para abrir a via a uma transformação socialista daqueles países, qualquer que seja a sua actual fisionomia. O problema de em determinadas ocasiões dirigir-se ou não os governos é uma questão puramente táctica. O que, em contrapartida, é uma questão estratégica é considerar que, em toda a parte, na luta pelo socialismo a batalha pelas liberdades democráticas é primordial.

Fernando Claudin

*Fernando Claudin, expulso da direcção do P.C.E. em 1965, é um dos teóricos marxistas mais influentes na esquerda espanhola. E muito particularmente através do seu livro "L'Euro-communisme", publicado o ano passado pelas Edições Maspero.

dissidência individual

dissidência colectiva

Eis porque, enfim, o **dissidente** — quer dizer o que, de uma maneira ou de outra, e pelos mais diversos motivos, procede a uma ruptura visível com o “*statu quo*” — é muitas vezes considerado como um **louco**. E não somente pelas chamadas autoridades. Creio mesmo que muitos dos seus concidadãos o consideram também um “*louco*”. Porque, na verdade, não será um “*acto de loucura*, romper com a boa consciência instalada, mesmo, e sobretudo, se esta boa consciência foi adquirida à custa de uma anestesia geral do corpo social? Os “*asilos psiquiátricos*” (como outrora os “*campos de concentração*”, e as “*eliminações físicas*” precedidas ou não de julgamentos “*fantásticos*”) têm uma lógica interna que é perfeitamente descodificável.

Tudo isto nos conduz directamente ao próprio fenómeno da “*dissidência*”, centro do nosso debate.

Conhecem-se as razões profundas das dissidências individuais verificadas em muitos países do Leste europeu. Conhecemos muitos casos concretos e alguns deles estão presentes neste colóquio. Não me alongarei sobre este tema, deixando-o a outros mais capazes do que eu.

Mas considero que pode ser fecundo ensaiar algumas notas finais sobre o problema da “*dissidência cultural*”, experimentando novas pistas. Parto de um conceito de dissidência cultural que defino provisoriamente como o moyimento de ruptura com os valores culturais globais que em determinado momento se instalaram no seio de uma dada sociedade e que se exprime pela recusa absoluta de aceitar o sistema de pensamento veiculado através

nho tem algum valor, ela é suficientemente operacional para nos levar à conclusão que a “*dissidência de massa*” é um fenómeno que existe, não somente no Leste, mas que se desenvolve sobretudo no Ocidente, sob os nossos olhos, todos os dias e sob múltiplas formas.

Os exemplos poderiam ser inumeráveis. Avanço apenas dois, que neste momento, estão um pouco na ordem do dia na complexa situação de crise que se desenvolve no in-

terior das sociedades capitalistas do sul europeu: o problema dos jovens, em particular dos jovens que, terminados os seus cursos, não vêem diante de si senão o espectro duma sociedade fechada e na qual as oportunidades de realização individual e colectiva estão bloqueados aparelhos de produção ideológica ou de transmissão do saber ou da informação, e o não-conformismo relativamente às noções estéticas reinantes ou relativamente às referências, científicas e políti-

cas dominantes.

Se esta tentativa de definição tem algum significado (a despeito dos seus evidentes limites pode constatar-se que existem fenómenos de dissidência não somente individuais, mas também colectivos. E se a metodologia que propõe queadas; e o problema das mulheres, em particular daquelas que têm de continuar a vender a sua força de trabalho, e a sua condição de discriminação e inferioridade.

MELO ANTUNES

décimo aniversário

da Primavera de Praga

Os participantes no congresso “*Poder e Oposição nas sociedades pós-revolucionárias*”, realizado em Veneza nos dias 11, 12 e 13 de Novembro, propõem que o diálogo e a pesquisa então iniciados, prosigam no espírito de liberdade, de confrontação aberta e empenhamento político e moral que caracterizou aquele congresso.

Pensando que a esquerda europeia está atrasada na análise das revoluções do passado e das condições reais, estruturais e políticas dessas sociedades, eles acham que preencher esse atraso é um dever, não apenas de solidariedade, mas político, em relação a todas as forças de classe que se batem no Ocidente e que têm como objectivo o socialismo.

Pensando que é essencial a

conquista e a defesa de espaços de liberdade nas sociedades post-revolucionárias, eles apoiam explicitamente a luta pela democracia e comprometem-se a denunciar as suas violações. Eles pensam que a “*não-liberdade*” tem as suas raízes nos processos utilizados durante o período de transição: estes dizem respeito à luta de classes e devem ser encarados e resolvidos no terreno da luta de classes.

Os signatários comprometem-se a desenvolver este primeiro trabalho de confrontação e de solidariedade activa, alargando a participação e organizando na primeira metade de 1978, em Barcelona, um segundo encontro que, por ocasião do décimo aniversário da Primavera de Praga, abordará as suas origens e o seu epílo-

go.
LEONID PLIOUCHTCH; BORIS WEIL; E. BALUKA; POMIAN; MLINARJ; PELIKAN; CARLOS FRANQUI; COMIN-(PCE); FERNANDO CLAUDIN; LOUIS ALTHUSSER; CHARLES BETTELHEIM; K.S. KAROL; R. LINHART; DANIEL SLINGER; BRUNO TRENTIN (CGIL); R. VILARI (PCI); RIPA DI MEANA (PSI); VITORIO RIESER (AVANGUARDIA OPERAIA); LUCIO MAGRI E ROSSANA ROSSANDA (IL MANIFESTO).



A liberdade de expressão foi a fórmula política das aspirações jornalísticas correspondente ao iluminismo e ao romantismo e a uma imprensa que era sobretudo veículo de opiniões, assim como a liberdade de informação correspondeu, com a consagração popular do realismo e do positivismo, às aspirações de uma imprensa essencialmente informativa. A insistência, hoje, no predomínio de uma ou outra dessas duas formas reclamativas denuncia incapacidade para pensar os problemas do jornalismo escrito, falado ou televisivo numa perspectiva criadoramente socialista.

Efectivamente, as liberdades de expressão e de informação são apenas o lado subjectivo (a primeira) e o lado objectivo (a segunda) de um conceito mais largo de liberdade, que se atinge mediante o imperativo da democratização e da multilateralização daquelas duas liberdades, que é o único modo como elas se realizam, superando-se naquilo que, restritas e unilaterais, são. Generalizando o direito de expressão e atribuindo-lhe o sentido de um vasto diálogo social de opiniões e valorizações, e variando a direcção dos fluxos de informação no intuito de fazer progressivamente participar nela todas as gerações, classes, etnias, raças e povos, atingimos um conceito não apenas abstracto de comunicação social, tomado etimologicamente como sinónimo do acto de constituir a comunidade.

Conceito não abstracto, porque o que existe, em matéria de comunicação social, quer a Leste, quer a Oeste, quer a Norte, quer a Sul, é, não propriamente comunicação, mas distribuição de opiniões e de informações. Foi Brecht que estabeleceu esta distinção para sublinhar, na "Teoria da Rádio", o que significa ou deve significar, numa perspectiva socialista, a comunicação social. "A rádio, escreveu Brecht, poderia ser o instrumento de comunicação mais notável para a vida pública, um enorme sistema de canais de comunicação, se não só emitisse, mas também recebesse, se não só fizesse o ouvinte escutar, mas também o fizesse falar, se não o isolasse mas o colocasse em contacto com os outros. Para isso, a rádio teria de abandonar a sua actividade de simples fornecedor, e apresentar, de forma organizada, o que os próprios ouvintes lhe fornecessem".

Mais propriamente, esta vasta rede da comunicação social a muitas vozes, que reproduzisse, no seu mais vasto âmbito, a estrutura da comunicação privada no seio das famílias ou das pequenas comunidades, deverá estender-se a vários meios de comunicação, e não apenas à rádio, e utilizar mesmo, para

cada contacto, vários desses meios, pondo-os em ligação complementar e multilateral com os outros.

A fundamentação da liberdade de comunicação social, neste conceito que a restitui à sua autenticidade, permite pôr em novas bases, que já pouco têm a ver com a cultura burguesa, o que deve ser a prática jornalística. Esta liberta-se, a um tempo, do seu subjectivismo e do seu objectivismo, dos mitos do eu e da propriedade individual do pensamento, assim como dos mitos da imparcialidade, da neutralidade e, tal como é correntemente entendida, da objectividade. Mas esta libertação simultânea do subjectivismo e do objectivismo é uma libertação dialéctica, que conta, para o seu processamento, com a subjectividade e a objectividade como conceitos e atitudes que entre si se opõem para mutuamente se superarem na prática da comunicação social, não tomada esta como mero instrumento dessa superação, mas como a própria superação, sempre completa e itinerante.

Só a dialéctica entre formação e informação, entre opiniões e conhecimentos, entre, em suma, a subjectividade e a objectividade, pode motivar o interesse pelas liberdades da comunicação social. Estas resultam do permanente equacionar do desejo ideologicamente manifestado com, visando a avaliação do possível, a avaliação do actual. Estas duas avaliações são determinadas pela ideologia, mas também, por sua vez, a determinam. A comunicação social é o jogo que dá sentido, tanto a essas flutuantes e diárias aproximações do conhecimento de real como a essas tentativas, também flutuantes e diárias, de o humanizar.

A perspectiva socialista deste processo implica, como atrás disse, a sua democratização e a sua comutatividade. Serem todos emissores e serem todos receptores, e constituir com isso um diálogo organizado e produtivo. Tal perspectiva não se deve limitar a um egoísmo reclamativo das classes trabalhadoras, mas assumir, largamente, um vasto programa humano, incluindo a assimilação pela comunicação social das conquistas das outras formas de linguagem (científica e poética) na captação da totalidade do homem, o que pressupõe a libertação (política) de parte do seu inconsciente.

Sob este aspecto, a comunicação social é uma fracção da cultura de massas, tão caluniada pelos humanistas burgueses. Seria desejável que os socialistas se desprendessem de um preconceito da cultura burguesa que afectou, inclusive, muitos marxistas, levados, em nome da denúncia das alienações culturais, a caluniar a cultura de massas, como, meramente, uma

informação e socialismo

monstruosa manipulação do capitalismo, e a tentar, quimericamente, opor-lhe uma cultura popular ou uma cultura proletária, correspondentes, apenas, a um certo desenvolvimento dos meios da produção material, mesmo assim ultrapassado.

A cultura popular, inclusive rural, e a urbana mais depressa ainda, tendem a ser incluídas ou superadas pela cultura de massas. Esta provém do incremento das forças produtivas no sector das indústrias da consciência. A proliferação dos meios de comunicação electrónicos, cada vez mais variados e eficazes, determinou a expansão dessa cultura. A luta por novas relações nesse âmbito é que deve ser o objectivo do socialismo e não a recusa, ou a domesticação de esquerda, dessa cultura. Aliás, esses novos meios, como acentua Hans Magnus Enzensberger ("Elementos para uma teoria de los medios de comunicación", Ed. Anagrama, Barcelona, 1974, págs. 27 e segs.), "no que respeita à sua estrutura, são igualitários: graças a um simples processo de comutação, qualquer pessoa pode participar neles. Os programas, pela sua parte, são imateriais e reproduzíveis à sua vontade. Em consequência, os meios electrónicos encontram-se em franca oposição aos meios mais antigos, como o livro e a pintura, cujo carácter classista é patente. Em potência, os novos meios põem fim a todos os privilégios no ensino, com o que também fica eliminado o monopólio cultural da inteligência burguesa". De resto, afirma ainda Enzensberger, é falso considerar os meios de comunicação de massa como meios de consumo: "Em princípio, são, sempre, simultaneamente, meios de produção. E, uma vez que se encontram nas mãos das massas, são meios de produção socializados. A oposição entre produtores e consumidores não é inerente aos meios electrónicos; pelo contrário, ela deve ser afirmada artificialmente, mediante medidas económicas e administrativas".

Como meios de produção da consciência, eles não só fomentam as manifestações quantitativas desta como condicionam as suas mudanças qualitativas. Aliás, eles determinam a mudança de significado da própria cultura (erudita) quando a reproduzem, a qual, como observou Walter Benjamin, citado por Enzensberger, é emancipada (pela reprodução massiva) da sua dependência parasitária de ritual e passa a fundamentar-se numa praxis de amplitude política.

Mesmo não entendendo, ao contrário dos tecnocratas, que as tecnologias da comunicação social são neutras, deve, porém, atribuir-se-lhes uma ambiguidade relativa, que, na interacção dessas tecnologias com as aspirações sociais e culturais,

se vão decidindo no sentido de se tornar relevante a capacidade das mesmas para desenvolver a liberdade da comunicação social, com a multilateralidade dos fluxos da informação e da opinião. Essas tecnologias não condicionam só por si, mecanicamente, o sistema multilateral de comunicação próprio duma sociedade socialista, mas esta consequência é a mais lógica, e a mais harmónica com a sua estrutura.

De qualquer modo, a multilateralidade da comunicação social é, mesmo sem aquela fundamentação materialista, um imperativo ideológico do socialismo democrático. Ela tem a sua autonomia própria, vale a pena lutar por ela, é necessário que se lute, pois, de outro modo, essa multilateralidade não virá ao mundo. Quer dizer que não basta a proliferação dos meios (emissores) de comunicação em massa para se atingir um tal objectivo. É ainda necessário organizar os seus utilizadores de modo a que estes possam, não só controlar aqueles, mas introduzir-se, com as suas palavras e as suas imagens, na rede das comunicações sociais. Do mesmo modo, só o fomento de uma tal organização pode contribuir para que realidades e experiências até aqui silenciadas e escondidas sejam verbalizadas, fotografadas, gravadas e filmadas, dadas, assim, ao conhecimento público, elas que partiram duma parte desse público. Só tal organização poderá realizar o direito de todos (jornalistas e público) à informação nas suas duas e solidárias atitudes: informar, ser informado. Só ela poderá converter a elitista liberdade de expressão num autêntico diálogo libertador das potencialidades verbais de todos ou da grande maioria dos membros de uma comunidade. Só ela, entrelaçada, por sua vez, nas restantes organizações culturais, que vão das escolas aos gremios especializados, poderá impulsionar a concretização das funções dos órgãos de comunicação social: garantirem, ao nível das relações humanas indirectas, a constituição de uma comunidade assente na paz, na justiça e na liberdade.

a poesia vitaliza a vida

Herberto Helder, *Cobra*, edição & etc., Julho/Agosto de 1977.

Quatro anos depois dos últimos poemas reconhecidamente vivos do autor, COBRA é um acontecimento maior ainda não suficientemente digerido pela vida cultural portuguesa: um grande poeta escreve grande poesia em língua portuguesa. Herberto Helder, regressando, faz em nós um progresso de linguagem.

Livro que chegou às mãos de alguns dos seus leitores em exemplares ultra-corrigidos que davam origem a versões diferentes. Livro que flutua, como diz o seu autor. E por isso insituável, e por isso incitável. Posta a questão, o poeta respondeu.

E.P.C.

Caracas, 6. Out. 77

Caro Eduardo Prado Coelho —

As versões têm variado de destinatário para destinatário, não atendendo a qualquer conjunto de peculiaridades dos destinatários, mas porque o livro, em si mesmo, digamos, flutua. É um livro em suspensão. Talvez só esse suspensão seja citável. Não é excitação que um livro se não cristalice, não seja "definitivo"? Mas parece que esta ou que "perversa" evasão

à gravidade tende a amolecer-se, pela imprecisão de novos poemas, supostos que já dei ao livro todo o peso que ele esperava: há uma versão, que não é nenhuma conhecida dos destinatários, e o acrescento de outros dois textos, que introduziram nova ordem de leitura na parte final do livro e, portanto, uma inclinação de sentido.

Gostei da sua pergunta sobre o que seria citável. Sim, o que é citável de um livro, de um autor? Decerto, a sua morte pode ser citável. É, sobretudo, o seu silêncio. Sinceramente o Herberto Helder

faço-me entender?

(sobre «Escrita do Teatro» de J. A. Osório Mateus)

«Na intenção do grupo: um teatro que no seu terreno específico procure cumprir a totalidade dum projecto revolucionário, que nos limites do seu campo de formas (limites mais vastos do que os supõe uma conferência teatral burguesa) possa, minimamente que seja, contribuir para pôr em causa um (outro) teatro metafísico e autoritário, bem pensante e esquecido de si próprio, infinitamente paternal e subtilmente repressivo. Um teatro que provisória e estrategicamente se assume como um teatro de texto(s) e que, dentro desse círculo, procura as formas e as vias de um efectivo projecto materialista de raiz dialéctica.»

Este pequeno texto surge no programa de *Da vida heróica da burguesia: As cuecas*, de Carl Stenheim, peça-estrela do grupo Os Cómicos, no Instituto Alemão de Lisboa, em Janeiro de 1975. J. A. Osório Mateus funcionava então como acessor dramaturgista do grupo, e esta foi, ao que pensamos, a sua primeira intervenção pública, ou seja, fora dos muito restritos limites da aula (ainda que a aula não se restrinja ao tempo material, físico, da sua execução). Apesar de pública, foi, no entanto, pouco perceptível, porquanto o trabalho do dramaturgista é impossível de distinguir no produto acabado. A dramaturgia é um trabalho de roca e tear, que consiste no desfibrar das possíveis relações entre um texto e algo que com ele e para além dele se vai criando — o espectáculo, e no entretecer dessas fibras, num tecido de tal modo complexo que o tecelão e a sua quota parte nele se desfazem. Se há algum “papel” no teatro cuja manifestação não seja perceptível, porque é, todo ele, um “papel” de suporte, esse é precisamente o do dramaturgista. Assim, pouco mais ficou dessa primeira intervenção de Osório Mateus do que o texto que transcrevemos no início.

Em 6 de Janeiro de 1977, estreou-se *O treino do campeão antes da corrida*, de Michel Deutsch, pelo Teatro da Cornucópia. Simultaneamente, Osório Mateus estreava-se como encenador. Sobre a peça, salientamos um passo do seu texto “Como é evidente, trata-se de um drama”, incluído no caderno de apoio: “Transposição para uma “cena outra” da cena naturalista e análise dos seus ingredientes e movimentos. Teatro anatóni-

co (dialéctico) de um projecto (positivista) de anatomia.”

Em Julho do mesmo ano, Osório Mateus tem a sua segunda intervenção como encenador. Trata-se de *A Guarda*, de Beniamino Joppolo, levado à cena pelo grupo Os Cómicos. Enfermando, à partida, dos males e carências que atingem praticamente todos os espectáculos dos grupos independentes, e de uma declarada má-vontade e (não declarada, mas) patente “dificuldade entendimento” por parte de vários elementos do próprio grupo, *A Guarda* acabou por ser um espectáculo bem nascido e mal vivido, não tanto devido àqueles que o fizeram mas aqueles que, mercê da época (o desmobilizante verão lisboeta) e de uma quase total ausência de divulgação, lá não foram. Assim se perdeu, entre meia dúzia de “aficionados” e pouco mais, um belíssimo texto e, malgré tout, um belo espectáculo.

Tudo isto, afinal, não para libertar as mágoas que cá me ficaram (1), mas para pôr em relevo o âmbito extremamente restrito em que as actividades de Osório Mateus se têm desenvolvido, o que, no entanto, parece-me, não reduz a importância dessas actividades (mas apenas o seu eco), nem dos ensinamentos que podem ser adquiridos por aqueles que nelas se integram.

Quando, no ano lectivo de 1971/72, Osório Mateus era assistente da cadeira de Literatura Portuguesa III, na Faculdade de Letras de Lisboa, e “martirizava” as pessoas com atitudes que iam do “Não a compreendo porque não se sabe exprimir com clareza” à recolha das cassetas dos alunos, a relação estabelecida entre docente/discentes era (para além de

alguns casos de tristíssima memória), essencialmente, a de uma comunidade linguística, ou seja, a elaboração de um formulário comum e específico, orientado pelo rigor e pela propriedade de nomeação. Com alguma violência, por parte daquele; com alguns atropelos, por parte destes...

Curiosamente, muitos destes aspectos mantêm-se quando a sala de aula é substituída pelo palco e “O sentimento dum Ocidental” é uma memória suscitada pela prática agora exercida sobre um texto outro. O curioso está precisamente nessa permanência da prática, nessa persistência de um mesmo rigor de leitura e nomeação, ainda que o vocabulário divirja porque divergentes são também as situações. E essa divergência não se baseia tanto na especificidade de cada um dos textos referidos como naquilo que, de cada um deles, em cada um desses precisos momentos, rigorosamente se pretende obter. Daqui que a atitude perante o texto não seja nunca de uma servil busca de um qualquer “significado” necessário para a sua compreensão “como o pão para a boca”, mas de uma desenvoltura e liberdade que o domínio do texto, como conjunto de relações produtoras de sentido, amplamente permite. Um domínio que permite “brincar” com o texto: fazer-lhe cortes, transpô-lo para a cena, etc.

Com *Escrita do teatro* (2), publicado no final de 1977 (3), Osório Mateus inicia uma outra forma de intervenção na



cena (em sentido lato, em sentido restrito) cultural portuguesa. Intervenção que, em princípio, levará mais longe o seu verbo e, através dele, lhe permitirá actuar sobre um público mais vasto do que aquele que já passou pelas suas aulas ou viu as suas encenações.

Podemos dizer que *Escrita do teatro* se divide em duas partes, embora tal não corresponda à arrumação exposta no índice: a primeira, constituída pelo grupo A (pp. 11/64), em que se faz uma abordagem teórica do fenómeno teatral; a segunda, constituída pelos grupos B a H (o resto do livro: pp. 65/258), em que essa teoria encontra formas várias de exemplificação. Esta divisão pode dar ideia de que se trata de uma obra desequilibrada, mas tal não acontece, e precisamente porque a primeira parte funciona como uma introdução que estipula um certo número de premissas a demonstrar (e demonstradas) na segunda parte. Ou seja, aquela indicia esta.

Inevitavelmente (entenda-se: coerentemente), os primeiros textos debruçam-se sobre questões de terminologia, que o não são apenas. Trata-se de saber de que é que se vai falar e como se vai falar disso. Concretamente, da distinção entre texto dramático e texto cénico e da especificidade daquele: um texto operável, porque tudo nele (aquilo que é "indicado nas didascálias ou pressuposto pelas réplicas") aponta para a sua execução, execução essa que se situa a nível da oralida-

de: "Por aí a dependência, a não autonomia. Do lado do discurso "de ficção" ou do discurso "histórico" (...) temos, imediatamente, um código de representação; do lado do teatro (do seu texto, entenda-se) deparamos com um código de execução, uma vez cumprido, engendrará então um código de representação" (p. 45).

Escrita do teatro deve ler-se, essencialmente, como escrita do texto dramático, aqui actualizado em textos tão distintos como *Sua Excelência*, de Luís de Sttau Monteiro, *Os amantes pueris*, de F. Crommelynck, ou *Fim de Festa*, de S. Beckett. Sobre *Os amantes pueris*, Osório Mateus começa por escrever: "Mesmo quando provoca ou arremete, o próprio do teatro é agradar; com ou sem instrução entremeada. Questionar o teatro poderá consistir em perguntar: a quem agrada? ou melhor: a quem pretende agradar? e ainda: como se multiplicam, em cada circunstância única, irrepitível, os prestígios e prodígios de sedução? E como o teatro consegue que a si próprio agrade os seus modos de agradar." (p. 225) Mais do que agradar ao espectador virtual, a um qualquer público mais ou menos previsível, parece-me que, na perspectiva de Osório Mateus, é esta última questão que assume maior importância, porque é ela que explicitamente aponta para os modos de realização que o teatro abre a si próprio, para a sua maior ou menor correcção, entenda-se: adequação. Daí o constrangimento experimentado perante todo e qualquer teatro que não consegue entender-se a si próprio ou que, abertamente, se contradiz. Por exemplo, o caso extremo do

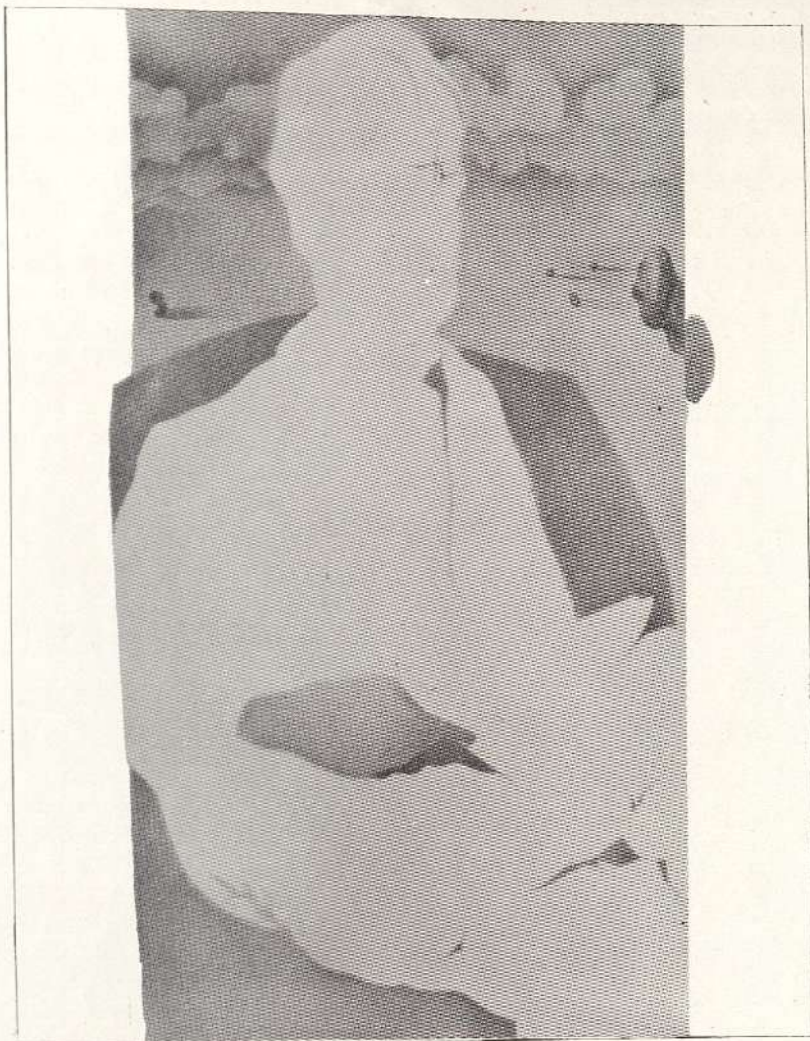
teatro que se quer e crê revolucionário e que pouco se afasta, afinal, daquele "teatro metafísico e autoritário" de que se falava na transcrição inicial deste texto: "Teatro a tal ponto bem pensante e sério que nele o jogo grave e laboriosamente se reduz ao papel (privilegiado?) de transmissão de um saber anterior. Teatro, enfim, que uma linguagem viciosa infatigavelmente vai minando, deixando cada dia mais à flor da página os vícios e as carências. E, no entanto, é bom lembrar, teatro que pôde ser, ou parecer, o teatro de um dia." ("Uma carreira dramática", sobre o teatro de Alfredo Dias Gomes; p. 245). Questão esta extremamente pertinente, porque... Vejamos: "Entre outras coisas, *Filopópolis* aparece como um texto "inocente", um texto que passa à margem do trabalho teórico de que o teatro e a literatura são, ao mesmo tempo, sujeito e objecto (...). As eficiências de "escrita", de construção, aparecem como demasiado óbvias num texto que de tantas responsabilidades se mune. A elaboração das significações passa necessariamente pela própria estrutura e a hesitação da peça entre a alegoria e a farsa, formas e forças antitéticas que o texto não pode sintetizar, é ligada à sua generalizada incapacidade de agressão — uma marca ideológica que inverte (e radicalmente) o sentido da marcha proposta." ("(Não) fazer a história", sobre *Filopópolis*, de V. Martinho; pp. 192/193). Que a actualidade destes comentários (e dos erros para que eles apontam) se mantém, são prova os dois últimos espectáculos do Grupo de Campolide: 1383, de V. Martinho e *O santo inquerito*, de Dias Gomes. Precisamente.

Muitíssimo haveria ainda a dizer desta *Escrita do teatro*, e dos vários caminhos que ela abre e mais ou menos longamente percorre: recuperação de autores e textos esquecidos ou inéditos, o (chamado) "teatro popular", o (pelo autor designado) "teatro narrativo", ou, pura e simplesmente, questões de linguagem (o "pura e simplesmente" pretende ser ligeiramente irónico). Enfim: alguns escritos, exercícios de impressionante rigor e concisão (divertidos alguns, acreditem!) sobre os modos de escrita do teatro e da sua inscrição na vida de todos nós.

- (1) para o leitor, que não sabe da história, esclareço que fiz a dramaturgia da peça;
- (2) e não *Escrita de teatro*, como, por engano, figura na capa;
- (3) Lisboa, Bertrand (col. Crítica Hoje, 3).

Post scriptum: para o J. A., plagiando-o: "Faço-me entender?"

Cascais, Janeiro de 78.
 Maria Tereza Coelho Lopes.



DA PASSAGEM

Os Dioscuros. Eu vi-os, numa praça de Roma, era de noite, levavam os cavalos pela mão. O seu olhar era obíquo à passagem das raparigas, mas era um para o outro que sorriam.

2.8.77

AS CRIANÇAS

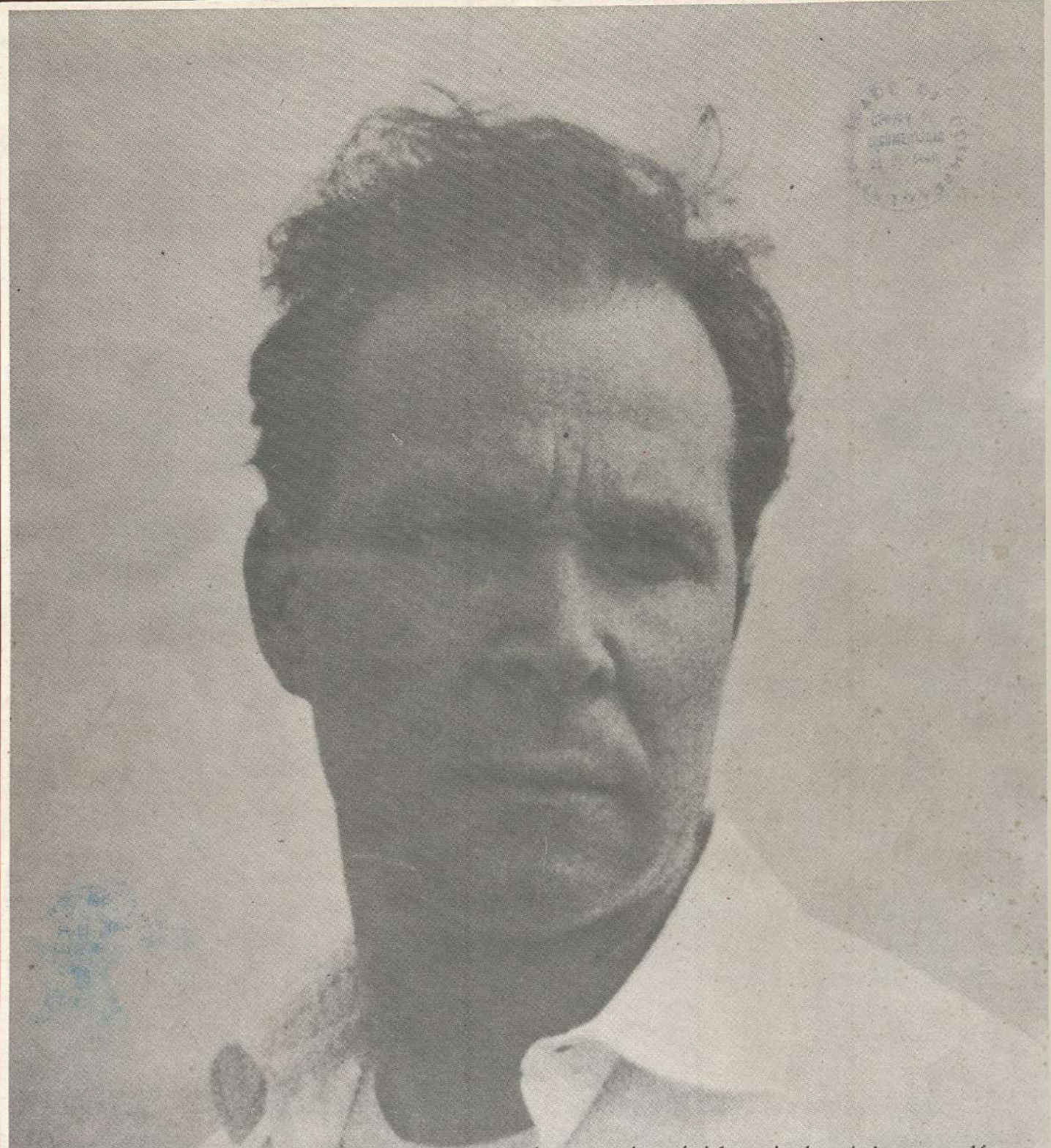
Elas crescem em segredo, as crianças. Escondem-se no mais oculto da casa para serem gato bravio, bétula branca.

Chega um dia em que estás descuidado a olhar o rebanho que regressa com a poeira da tarde, e uma delas, a mais bonita, aproxima-se em bicos de pés, diz-te ao ouvido que te ama, que te espera sobre o feno.

A tremer, vais buscar a caçadeira, e passas o resto da tarde sobre as gralhas, inumeráveis. àquela hora.

13.11.77

Cupido de Amor



Ele procurava palavras, as mãos tateando na noite, ávidas ainda. A luz era débil, roubada ao sono. Chamava-as pelo nome, mas elas não vinham, voltava a chamar. Era o que lhe doía, aquele abandono. Com amor lhes queria, longamente sonhava com as faces do seu corpo fino, luzindo no escuro: essas folhas de aço, prontas a ferir. Navalhas, animais de funduras. Agora não respondiam, mesmo que gritasse. Era uma criança espancada, sem elas, um homem amargo, tocado pelo verde da lepra. Para não morrer precisava desse sol a prumo, dessas águas de seda. Estendidas. Sobre as ervas de Junho.

1.10.77

Luís de Almeida